CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

RELAÇÕES RACIAIS NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES: A IMAGEM DO NEGRO E A TEMÁTICA RACIAL NA *REVISTA DO BRASIL*

Renata Penajoia Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-raciais do CEFET/RJ.

Orientador:
Prof. Dr. Roberto Carlos da Silva Borges

Rio de Janeiro
Setembro 2013

RELAÇÕES RACIAIS NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES:
A IMAGEM DO NEGRO E A TEMÁTICA RACIAL NA *REVISTA DO BRASIL*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-raciais do CEFET/RJ.

Renata Penajoia Silva

Aprovada por:

_____

Presidente, Prof. Dr. Roberto Carlos da Silva Borges

_____

Prof. Dr. Álvaro de Oliveira Senra

_____

Prof. Dra. Rosana Rodrigues Heringer (UFRJ)

Rio de Janeiro
Setembro 2013

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

S586 Silva, Renata Penajoia
Relações raciais na Central Única dos Trabalhadores : a imagem do negro e a temática racial na Revista do Brasil / Renata Penajoia Silva.—2013.
xii, 91f. : il.color. ; enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2013.
Bibliografia : f. 87-91
Orientador : Roberto Carlos da Silva Borges

1. Relações raciais. 2. Negros. 3. Movimentos sociais. 4. Central Única dos Trabalhadores (Brasil). I. Borges, Roberto Carlos da Silva (Orient.). II. Título.

CDD 305.896

Agradecimentos

Agradeço ao companheiro do Sintergia, Tércio “Amaral”. Nosso diálogo foi o mote para o desenvolvimento desse estudo. Agradeço à Central Única dos Trabalhadores e, especialmente, aos dirigentes sindicais e amigos José Antônio Garcia Lima, Glorya Ramos e Jadir Baptista, sempre disponíveis aos diálogos sobre as questões de Raça e Classe. Aos professores do Programa de Pós-Graduação de Relações Étnico-raciais (PPRER - CEFET/RJ). Aos professores Dr. Álvaro Senra (CEFET/RJ) e Dra. Rosana Heringer (UFRJ), obrigada pela atenção e disponibilidade. A todas e todos os colegas do mestrado, obrigada por tornar esta caminhada mais leve, mesmo diante da “dureza” dos temas estudados.

Em especial,
aos meus familiares, juntos sempre;
aos meus amigos do “Verdades Alternativas”, Sylvia Arcuri, Luís Paulo Borges, Francisco Sampaio, Wallace Lopes, Érika Pinheiro e Juliano Gonçalves; que caminharam comigo tanto na especialização, como no mestrado;
ao meu orientador Roberto Borges, amigo e companheiro em todos os momentos.

Se você é capaz de tremer de indignação
a cada vez que se comete uma injustiça no mundo,
então somos companheiros.
Che Guevara

Eu tenho um sonho que minhas quatro pequenas crianças
vão um dia viver em uma nação onde elas não serão julgadas
pela cor da pele, mas pelo conteúdo de seu caráter.
Eu tenho um sonho hoje!
Martin Luther King

Não basta saber ler que Eva viu a uva.
É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social,
quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho.
Paulo Freire

Resumo

RELAÇÕES RACIAIS NA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES:
A IMAGEM DO NEGRO E A TEMÁTICA RACIAL NA *REVISTA DO BRASIL*

Renata Penajoia Silva

Orientador:

Prof. Dr. Roberto Carlos da Silva Borges

Resumo da Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), submetido como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-raciais do CEFET/RJ.

A *Revista do Brasil* é uma publicação mensal e nacional, que divulga as ideias e concepções políticas da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A CUT se compreende classista, democrática e autônoma, comprometida com a solidariedade internacional dos trabalhadores. Ideologicamente, as orientações marxistas e a identidade de classe são marcas importantes desse movimento social. Desde o início da década de 1990, a CUT vem incorporando à sua agenda sindical, temáticas raciais que vão desde o combate ao racismo até a valorização da população negra. Levando em consideração o debate Raça/Classe, o objetivo da nossa pesquisa é investigar: como e em que momentos ocorreram os encontros entre a CUT e os movimentos sociais negros; que pautas ou demandas políticas uniram esses dois movimentos; como e quando a Central incorporou a temática racial à sua agenda sindical; e como a CUT divulga a temática racial e a imagem do negro, através da análise das capas e das reportagens e/ou entrevistas publicadas pela *Revista do Brasil*.

Palavras-chave:

Relações raciais; negro; CUT

Rio de Janeiro
Setembro 2013

Abstract

RACE RELATIONS IN CENTRAL SINGLE WORKERS:
THE IMAGE OF BLACK AND RACIAL ISSUE OF THE MAGAZINE BRAZIL

Renata Penajoia Silva

Advisor:

Prof. Dr. Roberto Carlos da Silva Borges

The *Magazine Brazil* is a monthly publication and national, which disseminates the ideas and political conceptions of *Central Single Workers* (CUT). The CUT is incomprehensible classist, autonomous and democratic, committed to the international solidarity of workers. Ideologically, the guidelines and marxists the identity of class are important marks of this social movement. Since the early 1990, the CUT comes to its Trade Union agenda incorporating, racial issues ranging from combating racism to the valorization of the black population. Taking into consideration the debate race/class, the goal of our research is to investigate: how and at what times, the meetings between the CUT and the black social movements; that agendas or political demands have joined these two movements; how and when the plant incorporated the racial theme to syndicalist agenda; and how to CUT the racial theme and disseminates image from black, through the analysis of the covers and of reports and/or interviews published by the *Magazine Brazil*.

Keywords:

Racial relation; black people; CUT

Rio de Janeiro
Setembro 2013

Sumário

Introdução.....1

Contextualização, Limites e desafios 1

O Impacto das Políticas Neoliberais no Brasil 3

Justificativa 5

Hipótese.....6

O Método 8

I A Central Única dos Trabalhadores 9

I.1 Breve Histórico da CUT.....9

I.2 A *Revista do Brasil* 21

I.3 CUT e os Movimentos Sociais Negros: Encontros e Ações.....25

II Raça/Classe: um Debate Teórico Inconciliável? 34

III A Imprensa Sindical no Brasil e a *Revista do Brasil*.....49

III.1 A Presença Negra nas Capas da *Revista do Brasil*.....52

III. 2 Análise das Imagens.....61

III.3 Reportagens e/ou Entrevistas Relacionadas à Temática Negra na *Revista do Brasil* 75

Algumas Considerações.....83

Referências Bibliográficas.....86

Lista de Figuras

FIG. III.1 - Capa 1 – *Revista do Brasil* - Edição nº4 – Set/2006.....52

FIG. III.2 - Capa 2 – *Revista do Brasil* - Edição nº6 – Nov/2006.....52

FIG. III.3 - Capa 3 – *Revista do Brasil* - Edição nº12 – Mai/2007 (Imagem mista).....53

FIG. III.4 - Capa 4 – *Revista do Brasil* - Edição nº13 – Jun/2007 53

FIG. III.5 - Capa 5 – *Revista do Brasil* - Edição nº15 – Ago/2007.....54

FIG. III.6 - Capa 6 – *Revista do Brasil* - Edição nº17 – Out/2007 54

FIG. III.7 - Capa 7 – *Revista do Brasil* - Edição nº18 – Nov/2007.....55

FIG. III.8 - Capa 8 – *Revista do Brasil* - Edição nº19 – Dez/2007.....55

FIG. III.9 - Capa 9 – *Revista do Brasil* - Edição nº35 – Mai/2009 56

FIG. III.10 - Capa 10 – *Revista do Brasil* - Edição nº37 – Jul/2009 (Imagem Mista).....56

FIG. III.11 - Capa 11 – *Revista do Brasil* - Edição nº38 – Ago/2009.....57

FIG. III.12 - Capa 12 – *Revista do Brasil* - Edição nº40 – Out/2009.....57

FIG. III.13 - Capa 13 – *Revista do Brasil* - Edição nº44 – Fev/2010 58

FIG. III.14 - Capa 14 – *Revista do Brasil* - Edição nº47 – Mai/2010.....58

FIG. III.15 - Capa 15 – *Revista do Brasil* - Edição nº49 – Jul/2010.....59

FIG. III.16 - Capa 16 – *Revista do Br*asil - Edição nº51 – Set/2010.....59

FIG. III.17 - Capa 17 – *Revista do Brasil* - Edição nº53 – Nov/2010.....60

FIG. III.18 - Capa 18 – *Revista do Brasil* - Edição nº54 – Dez/2010 (Imagem Mista).....60

Lista de Abreviaturas

ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário

AE - Articulação de Esquerda

AFL-CIO - Federação das Organizações de Trabalho

APNs - Agentes de Pastoral Negros

AS - Articulação Sindical

ASS - Alternativa Sindical Socialista

CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade

CNB - Confederação Nacional dos Bancários

CNCDR - Comissão Nacional Contra a Discriminação

CNM - Confederação Nacional dos Metalúrgicos

CNQ - Confederação Nacional do Ramo Químico

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CNTS - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social

CNTT - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte

CNTV - Confederação Nacional dos Trabalhadores do Vestuário

CNTV-PS - Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes e Prestadores de Serviços

CONCUT - Congresso Nacional da CUT

CONFETAM - Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal

CONLUTAS - Coordenação Nacional de Lutas

CONTACT - Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, Agroindústria, Cooperativas de Cereais e Assalariados Rurais

CONTICOM - Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira

CONTRACS - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços

CONTRAF - Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro

CONDSEF - Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal

CONCLAT - Congresso Nacional da Classe Trabalhadora

CSA - Confederação Sindical dos Trabalhadores das Américas

CSC - Corrente Sindical Classista

CTB - Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DEM - Democratas

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

EPS - Esquerda Popular Socialista-Sindical

FAZER - Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil

FENADADOS - Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados, Serviços em Informática e Similares

FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas

FENAPEF - Federação Nacional dos Policiais Federais

FENASEMPE - Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais

FENASEPE - Federação Nacional dos Servidores Estaduais

FENASERA - Federação Nacional dos Trabalhadores nas Autarquias de Fiscalização Profissional

FENTEC - Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares

FETRA-SUL - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FISENGE - Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros

FITERT - Federação Interestadual dos Trabalhadores em Radiodifusão e Televisão

FITTEL - Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações

FNA - Federação Nacional dos Arquitetos

FNU - Federação Nacional dos Urbanitários

FMI - Fundo Monetário Internacional

INSPIR - Instituto Interamericano pela Igualdade Racial

INST - Instituto Nacional de Saúde no Trabalho

IOS - Instituto Observatório Social

IPEA - Instituto de Pesquisa Aplicada

IUPERJ - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

MTS - Movimento dos Trabalhadores ao Socialismo

PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PLANAPIR - Plano Nacional da Promoção da Igualdade Racial

PS - Partido Socialista

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSDB - Partido Social da Democracia Brasileira

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PT - Partido dos Trabalhadores

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SEEB/SP - Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região

SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SINAGENCIAS - Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação

SINDPD/RJ - Sindicato de Processamento de Dados do Estado do Rio de Janeiro

SINERGIA - Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia

SINPAF - Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário - Nacional

SINTAPI - Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos

SINTERGIA - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região

SNCR - Secretaria Nacional de Combate ao Racismo

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UGT - União Geral dos Trabalhadores

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNEGRO - União dos Negros pela Igualdade

Introdução

Contextualização, Limites e Desafios

> *"O negro como sujeito ativo*
> *Pesquisa recente realizada pelo CEERT e pela Universidade de São Paulo identificou uma permanente reação negra à discriminação racial no trabalho. Contrariando estudos anteriores que declaravam o trabalhador negro como passivo diante da discriminação racial, a pesquisa aponta uma variedade de formas de reação à discriminação no trabalho, além de ressaltar a resistência e as lutas seculares do negro brasileiro contra o racismo."*[(Resoluções do 5 Congresso Nacional da CUT). CUT,1994, p.135 – Grifo do autor].

Em 2010, antes de iniciarem a primeira reunião do Conselho da Secretaria de Combate ao Racismo da CUT Rio de Janeiro, eu refletia como teria sido difícil para os muitos dirigentes sindicais negros levarem a agenda das temáticas raciais, oriunda das suas participações também nos movimentos negros. Atuei como militante nas bases do movimento cutista desde o ano de 1992, e a partir de 1994 como dirigente sindical do Sindicato de Processamento de Dados do Estado do Rio de Janeiro (SINDPD-RJ). Já em 2010 encontrava-me na assessoria da presidência da CUT Rio de Janeiro.

Ao longo da minha atuação no movimento sindical conheci companheiros que travavam duas frentes de luta: a sindical e a do Movimento Negro[1]. Dentre eles está o companheiro Amaral[2], dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região (SINTERGIA), com atuação reconhecida nos dois movimentos. Percebendo a importância de estar vivenciando aquele acontecimento, aproximei-me do companheiro Amaral e falei das minhas impressões. Questionei o sindicalista sobre o por quê de aquele momento ter levado tanto tempo pra acontecer. O sindicalista respondeu que a militância sindical só tinha descoberto o racismo como um "problema estrutural" há pouco tempo e que, antes, as discussões passavam somente pela luta de classes, a briga do empregado *versus* o patrão. Quanto ao Movimento Negro, só recentemente ele teria se tornado mais aberto e flexível, sendo de menor importância o tom de pele das pessoas que se somam à causa, dispostas a lutar contra o racismo[3].

A resposta do dirigente sindical e uma reunião realizada no auditório da CUT para discutir as questões pertinentes aos trabalhadores negros no mercado de trabalho pareceram-me evidências de que algo tinha realmente mudado nas estruturas desses dois movimentos.

---

[1] Sempre que falarmos Movimento Negro não estaremos nos referindo a nenhuma entidade específica, mas sim do conjunto das entidades negras que se aglutinam, reivindicam e se autodenominam Movimento Negro.
[2] Amaral é apelido. O nome do sindicalista é Tércio Andrade de Oliveira, porém todos o conhecem pelo apelido.
[3] Esta foi uma conversa informal realizada entre eu (na época ocupava o cargo de assessora da presidência da CUT/RJ, portanto, acompanhar estas reuniões era uma das minhas atribuições) e o dirigente sindical Amaral. Não há nenhum registro desta conversa, a não ser a nossa própria memória e o nosso testemunho atestando a veracidade do diálogo.

Mas o que teria motivado tal mudança? Que embates internos teriam sido travados no interior desses dois movimentos? Qual teria sido o discurso construído pelo movimento sindical cutista para justificar a incorporação da temática racial na sua agenda sindical? Essas foram perguntas que não saíram da minha cabeça e que se cristalizaram como um desafio ainda a ser compreendido.

Atualmente sabemos que pessoas negras se organizaram no movimento sindical e nos partidos políticos, no entanto, essa participação ainda carece de estudos e pesquisas. Por consequência, não temos muitas informações a respeito da inserção dos trabalhadores negros nas diversas estruturas do movimento sindical brasileiro. Reside aí um dos grandes desafios aos pesquisadores contemporâneos: a realização de estudos que nos revele como a temática racial foi e vem sendo absorvidos pelas estruturas sindicais. É necessário buscar compreender como os conflitos que envolvem questões de Raça[4] e Classe[5] estão sendo discutidos pelos sindicalistas, representantes dos movimentos sociais negros, militantes, estudiosos e intelectuais.

É importante dizer que realizar um estudo sobre a maior central sindical do Brasil não é tarefa fácil, principalmente se esta tarefa estiver vinculada à questão racial, temática bastante "sensível" e difícil de ser abordada no nosso país, afinal, brasileiro não gosta de dizer que tem preconceito[6]. Assim como HALL (2009) acreditamos que o racismo é um fenômeno ideológico e que merece não somente ser estudado, mas também ser percebido no interior dos movimentos sociais. Portanto, também precisamos ter coragem para enfrentar este debate no interior da classe trabalhadora. Segundo o autor,

> *"Em especial, a dimensão da análise tem sido reduzida por uma concepção homogênea e não contraditória de consciência e ideologia, o que tem deixado a maioria dos críticos desamparados quando obrigados a explicar, digamos, a aquisição de ideologias racistas dentro da classe trabalhadora ou dentro de instituições como os sindicatos que, no nível abstrato, deveriam adotar posições antirracistas. O fenômeno do "racismo da classe trabalhadora", embora de forma alguma o único fator que requer uma explicação, tem se mostrado extraordinariamente resistente à análise."* (HALL, 2009, p.314)

Desta forma, considerando o racismo um fenômeno ideológico, parece natural compreender que ele também esteja presente e faça parte das instituições dos trabalhadores. Será? Os dirigentes sindicais estariam preparados para compreender tal fenômeno e combatê-lo internamente? Os sindicalistas estariam dispostos a enfrentar este debate? Responder estas perguntas não é o objetivo da nossa pesquisa, mas acreditamos que essas questões precisam

[4] A utilização do termo Raça utilizado por mim é dotado de um sentido político, em suas dimensões históricas e sociais, inseridas nas relações de poder, dominação e exclusão e a partir das características do racismo brasileiro. Considerações sobre raça podem ser vista em MUNANGA (2004), GUIMARÃES (2002) e GOMES (2005).

[5] Karl Marx, considerado um pensador clássico e o maior teórico do capitalismo, afirmou que a história das sociedades tem sido a história das lutas de classes. Em linhas gerais, as disputas giram em torno dos meios de produção e do capitalismo. Identifica duas classes sociais fundamentais e que naturalmente estão em disputa pela hegemonia da sociedade, a classe dos proprietários dos meios de produção e a classe dos trabalhadores.

[6] Ver TURRA, C., & VENTURI, G. Racismo cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil. São Paulo: Ática. 1995.

ser refletidas pelo conjunto da classe trabalhadora e, principalmente, pelas suas vanguardas e direções sindicais.

Sobre o desenvolvimento da pesquisa, consideramos importante registrar que tratar de relações sociais e humanas envolve sempre uma série de complexidades e uma rede de possibilidades. Acreditamos que a lógica da regularidade e da previsibilidade que orienta os fenômenos da natureza, modelos de cientificidade estabelecidos pelas ciências naturais, não cabem para as atividades desenvolvidas no âmbito das ciências sociais e humanas. Portanto, cremos ser possível a construção de uma ciência social e humana onde o sujeito produtor do conhecimento possa sim utilizar sua experiência de vida, e também participar diretamente dos resultados dessa produção.

O Impacto das Políticas Neoliberais no Brasil

Nas últimas décadas o panorama político-econômico mundial sofreu outra recente mutação do capitalismo, o neoliberalismo. No Brasil, a política neoliberal começa a ser seguida no governo Collor de Mello (1990-1992), é mantida no governo Itamar Franco (1992-1994), e consolida-se de forma ostensiva nos dois governos consecutivos (1995-2002) do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). A política neoliberal se tornou praticamente hegemônica no mundo, sendo pautada por princípios como a desregulamentação da economia, a mínima intervenção estatal, a privatização, e o incentivo à competição e a obtenção de lucro. Significou ainda a escassez de investimentos em setores básicos como educação e saúde, investimentos em bancos e a privatização de várias empresas estatais. Recursos conseguidos com essas privatizações foram, na sua maior parte, utilizados para manter a cotação do Real (nova moeda) nomesmo nível do dólar. As medidas neoliberalistas originaram falências, arrocho dos salários, flexibilização dos direitos trabalhistas e desemprego em massa, tanto no setor público como no setor privado. (OLIVEIRA & TUROLLA, 2003)

Essas políticas foram duramente criticadas, principalmente pelos movimentos sociais e os movimentos de esquerda, pois estes acreditavam que a economia neoliberal só beneficiava as grandes corporações econômicas e as empresas multinacionais, e que nos países pobres ou em processo de desenvolvimento os resultados somente geravam mais desemprego, baixos salários, aumento das diferenças sociais e dependência do capital internacional.

Neste período, as transformações que atingiram o mundo do trabalho impuseram enormes desafios aos sindicatos, questionando suas práticas e poder de mobilização, bem como suas próprias estruturas burocráticas de organização. As mudanças sofridas no mundo do trabalho provocaram profundas cisões, fragmentando o coletivo de classe e complexificando as relações sociais. Os processos de reestruturação produtiva, ocorridos por conta da adoção de novas tecnologias, os processos de terceirização, o cooperativismo, a flexibilização da

legislação e dos direitos dos trabalhadores se tornariam os grandes responsáveis pela fragmentação da classe trabalhadora durante os anos 1980.

As intervenções tradicionais dos sindicatos não deram o resultado esperado que refletisse na garantia de salários, direitos e empregos. Foi um período de grandes dificuldades para os movimentos de trabalhadores, mas não só para eles. Os movimentos sociais, e dentre eles as entidades que compõem osmovimentos sociais negros, também se ressentiram do ataque neoliberal nesse período. Afinal, radicalizada a exclusão e a concentração de renda, o racismo aparece de forma mais cruel e impiedosa no cenário social, econômico e político. Inaugurou-se algo inédito na nossa sociedade: movimento sindical e movimentos negros perceberam que para combater as políticas neoliberais em desenvolvimento deveriam se aproximar e encaminhar suas lutas em conjunto. (NOGUEIRA, 1996)

As transformações no mundo do trabalho indicaram claramente as grandes dificuldades colocadas para um "fazer sindical" baseado exclusivamente nos setores tradicionais. A organização dos desempregados, dos trabalhadores informais, dos negros e das mulheres representouum desafio crucial para o futuro do sindicalismo.

Foi justamente nessa década que alguns sindicatos da base cutista e até mesmo a própria Central, passou a incorporar nas suas pautas políticas o desenvolvimento de ações antirracistas, ou seja, passoua construir uma pauta sindical vinculada à questão racial, focada principalmente no trabalho, e dirigida às questões dos trabalhadores. Mais efetivamente, a partir dos anos 1990, sindicatos e partidos foram progressivamente influenciados pelo Movimento Negro, que se mostravaconfiante na possibilidade de melhorar as condições de vida da população negra, sobretudo no mundo do trabalho e na política. Esta relação revelou o movimento negro e o movimento sindical como dois atores indispensáveis na busca das transformações estruturais do país. (NOGUEIRA, 1996)

É este contexto sociopolítico que nos provoca a tentar compreender como uma das maiores centrais sindicais do mundo, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), uma instituição sindical pautada pela luta de classes, criou na sua própria estrutura uma Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR/CUT), no ano de 2008. Nossas reflexões pretendem se pautar na busca de respostas a algumas perguntas, a saber: 1) Em que momentos o Movimento Negro e a CUT estiveram juntos, atuando em favor de algumas pautas específicas, comuns aos dois movimentos?; 2) Como a Central se apropriou da temática racial?; 3) Como foram inseridas no interior da agenda sindical cutista?; 4) O que está sendo publicizado nas suas bases?

Elegemos como fonte de pesquisa a *Revista do Brasil*, uma publicação da CUT Nacional que circula por todo o território brasileiro. Desde o lançamento da sua primeira edição impressa, em maio de 2006, a *Revista do Brasil* já atingiu um total de 85 publicações[7].

[7]Todas as edições se encontram disponíveis na internet http://www.redebrasilatual.com.br/revistas. Acesso em 15 set 2013.

Justificativa

A análise das capas da *Revista do Brasil* e o levantamento das matérias e capas ligadas à temática racial justificam-se pelo fato de este material poder ser utilizado como elemento para subdisidiar o debate sobre a participação e o comprometimento político da Central Única dos Trabalhadores com o combate ao racismo.

Não há dúvidas que a questão racial no Brasil, o combate ao racismo e o seu impacto nas relações do mercado de trabalho nacional são de grande importância para o combate das desigualdades raciais no nosso país, e as centrais sindicais não poderiam se furtar de enfrentar esse debate. Pesquisas atuais apontam que a colocação e a ocupação de pessoas negras no mercado de trabalho denunciam como a batalha que travamos contra o racismo ainda deverá ser longa e árdua. Dessa forma, partimos do princípio de que a participação do movimento sindical pôde contribuir enormemente para a modificação da situação do trabalhor negro e da trabalhadora negra no mercado de trabalho brasileiro. Um estudo divulgado em 2011 pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) apontou que na região metropolitana de São Paulo a taxa de desemprego dos trabalhadores negros é maior que a dos não negros, e o rendimento é menor[8]. Segundo o relatório,

> *"Responsável por mais da metade dos postos de trabalho existentes na Região Metropolitana de São Paulo - RMSP (51,7%), o setor dos Serviços abrigava 47,0% do total de ocupados por negros e 54,0% de não negros. A participação destes últimos também era ligeiramente superior na Indústria (18,7% em comparação a 17,8%) e no Comércio (16,1% e 15,1%). Os setores em que a proporção de negros supera a de não negros – Construção Civil (8,8% de negros e 5,0% de não negros) e Serviços Domésticos (10,8% e 5,7%, respectivamente) – são exatamente aqueles em que predominam postos de trabalho com menores exigências de qualificação profissional, menores remunerações e relações de trabalho mais precárias e, por tudo isso, menos valorizados socialmente. No caso específico da construção civil, a retomada de investimentos na infraestrutura e na construção de novas edificações nos últimos anos, permite identificar aumentos da proporção do assalariamento privado com carteira assinada e dos rendimentos médios que, se mantidos, podem alterar em alguma medida as características dos postos de trabalho desse segmento de atividade."* (Relatório "Os Negros no Mercado de Trabalho 2010", SEADE e DIEESE, 2011)

Portanto, a denúncia do mito da democracia racial é necessária e urgente, pois sabemos que suas amarras perversas moldam pensamentos e definem ações e comportamentos. O fato é que a sociedade brasileira reservou por uma série de critérios, e dentre eles o racial, um lugar socialmente determinado para as pessoas de acordo com a sua tonalidade de pele. Conseguiu moldar o racismo brasileiro em um ato de violência tão perverso se utilizando do artifício da invisibilidade, através do mito da democracia racial.

[8] Para maiores informações verificar a pesquisa "Os Negros no Mercado de Trabalho 2010" Disponível em: http://www.dieese.org.br/analiseped/2012/2012pednegrossao.pdf. Acesso em 07 ago 2013.

Dar vida à história dos trabalhadores e, em especial, à trajetória dos trabalhadores e trabalhadoras negros certamente contribuirá para que haja mais trabalhos e pesquisas nesta área, possibilitando novos conhecimentos que apontem caminhos na direção de uma sociedade sem racismo. Não por acaso, o arquétipo tradicional do trabalhador: homem, branco, industrial e adulto, já não comporta mais a dinâmica da vida e do mundo atual. Linhas de pesquisas estão sendo inauguradas graças à atuação dos próprios anseios e lutas dos próprios movimentos sociais, que forçam brechas junto ao governo cobrando direitos. Os movimentos sociais negros e, não poderia deixar de citar também os movimentos de mulheres, quebraram as duras estruturas de análises fechadas sobre o conceito da classe trabalhadora e forçaram um olhar que dão conta dos elementos de raça e gênero dentro da classe.

Comungamos com o pensamento de STUART HALL (2009) que afirma que o debate Raça/Classe se tornou um dos mais complexos e durante muito tempo levou as pessoas a se posicionarem em *campos* opostos, como se uma luta fosse mais legítima que a outra, ou mesmo excluísse automaticamente a possibilidade da existência de outra. Hall (2009) nos alerta para o cuidado de que devemos ter em não adotarmos um olhar limitado e acomodado sobre essa questão. Essa limitação nos impediria de enxergar a riqueza presente nas sociedades justamente pelas diferenças culturais forjadas pelos tempos no decorrer dos processos históricos.

Infelizmente, o racismo continua atuando na nossa sociedade e permanece ceifando liberdades e oportunidades de milhares de pessoas. Essa hierarquização da cor, a discriminação e o preconceito contra as pessoas negras, juntamente com a naturalização e invisibilidade do racismo é parte de uma construção social que sabemos ser histórica. Diante disso, acreditamos que ela possa ser mudada.

Hipótese

Talvez um importante passo para essa mudança tenha sido dado quando as lideranças dos movimentos negro e sindical aproximaram a CUT dos movimentos sociais negros. De um lado tínhamos o movimento sindical, que pauta suas questões e sustenta uma identidade baseada na luta de classes; de outro, tínhamos os movimentos negros, pautando suas lutas pela questão racial, de combate ao racismo e de defesa da garantia e da ampliação dos direitos da população negra.

As pistas que podem sustentar essa nossa hipótese, são duas mobilizações muito expressivas contra o racismo ocorridas nos anos 1990: a primeira foi em 1992, quando a CUT e o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (CEERT) marcaram presença no cenário mundial ao encaminhar à 82ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, um documento de denúncia, e do não cumprimento pelo Brasil da Convenção Sobre

Discriminação (Emprego e Profissão), conhecida como Convenção 111, aprovada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)[9]. A Convenção, que data de 1958, tem como objetivo garantir a igualdade de oportunidade e de tratamento em matéria de emprego e profissão, objetivando a eliminação de qualquer forma de discriminação.

A segunda grande mobilização foi a apresentação do Programa de Superação do Racismo, ao governo federal, durante a "Marcha Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida", realizada em novembro de 1995. Na ocasião, cerca de 30 mil manifestantes estiveram presentes em Brasília para acompanhar a marcha[10].

O encontro destes dois movimentos, no final daquela década, no ano de 1999, produziu uma das fontes mais importantes sobre o trabalho e a questão racial. Lançado nacionalmente, o Mapa sobre a População Negra no Mercado de Trabalho no Brasil, elaborado pelo Instituto Interamericano pela Igualdade Racial (INSPIR), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), e pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho (CEERT-SP), possibilitou uma radiografia inédita da situação do negro no mercado de trabalho brasileiro, pois reuniu os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PEDs) de seis regiões metropolitanas do país, o que fortaleceu ainda mais as ações tanto do movimento sindical quanto dos movimentos sociais negros.

Observando a trajetória construída pela Central Única dos Trabalhadores podemos supor que, a princípio, a mesma vinha se colocando contra a discriminação, seja ela contra a mulher, o negro ou o homossexual. Desde a sua fundação, a CUT se apresentou como vanguarda dos trabalhadores na luta contra o racismo, o machismo, o sexismo e a homofobia. Não por acaso, a CUT constituiu várias formas de organizações internas, e dentre elas podemos citar a Comissão Nacional contra a Discriminação Racial[11], criada em 1992, com o objetivo de elaborar políticas de combate ao racismo para o movimento sindical, e de fortalecimento, junto aos demais movimentos e organizações, da luta antirracial e pela conquista de direitos no Brasil; e a Comissão Nacional de Mulheres, criada em 1986, e que teve como principal objetivo organizar as mulheres e sensibilizar trabalhadores e trabalhadoras, dirigentes sindicais da CUT, para a superação das desigualdades entre homens e mulheres no mundo do trabalho e na sociedade em geral. A ação destas duas comissões internas foi o embrião na criação da Secretaria de Combate ao Racismo e na Secretaria de Mulheres, hoje devidamente projetadas e definidas na estrutura da Central.

[9] As Convenções de princípios da OIT possibilitam que os Estados-membros elaborem normas internas compatíveis com suas respectivas realidades sociais. Sobre a Convenção 111 da OIT, sobre "Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação". Disponível em: http://www.oit.org.br/node/472. Acesso em 07 ago 2013.
[10] Sobre a importância da Marcha Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, ver o relatório final do grupo de trabalho do "Estatuto da Igualdade Racial". Disponível em: http://www.seppir.gov.br/.arquivos/gt-estatuto. Acesso em 07 ago 2013.
[11] A Comissão Nacional Contra a Discriminação Racial fazia parte da Secretaria Nacional de Políticas Sociais da CUT.

O Método

Esta pesquisa consistiu, primeiramente, em realizar um levantamento entre as capas da *Revista do Brasil*, buscando verificar em quantas delas constam a presença de pessoas negras e como elas foram retratadas. Com isso, além de averiguar o quantitativo dos indivíduos negros, tivemos como objetivo observar a incidência no uso de algum estereótipo. Tivemos ainda, por objetivo, verificar a quantidade de reportagens e/ou entrevistas relacionadas à questão racial que foram publicadas na *Revista do Brasil,* e quais temáticas foram abordadas.

Para escolher quantas revistas seriam investigadas fizemos a seguinte seleção: a primeira edição foi lançada em maio de 2006 e na 12ª Plenária da CUT, em agosto de 2008 foi criada a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR/CUT). Contabilizando todas as edições lançadas de maio de 2006 a agosto de 2008, tivemos um total de 27 edições. Para verificar o impacto que a criação da SNCR/CUT pode ter tido sobre a *Revista do Brasil*, decidimos analisar a mesma quantidade de edições posteriores à criação da referida Secretaria. Foram investigadas, então, as primeiras 54 edições.

O trabalho foi dividido em cinco capítulos. O primeiro é uma introdução ao tema, onde exponho minhas considerações iniciais a respeito da Central e do Movimento Negro, do racismo e do debate Raça/Classe.

O segundo capítulo é inteiramente dedicado à Central Única dos Trabalhadores. Recordaremos a História da Central, seus principais desafios, suas demandas atuais, suas bandeiras de luta e sua atuação e importância no cenário político sindical brasileiro. Apresentaremos, também, um histórico do projeto *Revista do Brasil*, a ideia que deu origem à revista, e buscar perceber o que queriam os sindicalistas ao adotar esse projeto. Nesse mesmo capítulo, mostraremos quais foram os momentos e as circunstâncias políticas que aproximaram a CUT dos movimentos sociais negros, unificando pautas e reivindicações, no tocante a valorização do trabalhador negro, a questão do mercado de trabalho e a luta contra o racismo.

No terceiro capítulo realizamos um resgate da discussão teórica que envolveu o debate Raça/Classe. Compreender como este debate se constituiu e se desenvolveu no cenário brasileiro foi o nosso objetivo nesse capítulo, afinal seria impossível realizar qualquer tipo de análise que envolvesse a CUT e os movimentos sociais negros sem estudarmos tal assunto.

No quarto capítulo situaremos a *Revista do Brasil* como uma mídia sindical, tendo elementos que a difere do que consideramos uma mídia comercial. Apresentaremos, ainda, a nossa pesquisa, ou seja, a quantidade de capas, de reportagens e/ou entrevistas da *Revista do Brasil* ligadas à temática racial, realizando uma análise sobre os resultados encontrados.

O capítulo final pretende apresentar as conclusões a que nossa análise nos levou.

Capítulo I - A Central Única dos Trabalhadores

I.1 Breve Histórico da CUT

> *"Escrever sobre a CUT é atual, necessário e perigoso. Atual porque não se pode vislumbrar saídas das crises socioeconômicas na qual o Brasil está mergulhado sem levar em conta as escolhas da CUT. Milhões de trabalhadores se referenciam, em diferentes graus, pelas posições da Central Única dos Trabalhadores. Por isso necessário se faz levar em conta, e seriamente, o que a CUT significa, o que planeja e seu objetivo final. É também perigoso, pois a CUT é uma central pluralista, que abriga diferentes visões, e é preciso evitar parcialidades, superficialidades ou sectarismo*."[12]

A Central Única dos Trabalhadores nasceu das mobilizações populares contra a ditadura militar no final dos anos 1970. Suas principais reivindicações são o fim da unicidade sindical - sindicato único por categoria ou ramo de atividade imposto pela legislação, fim do imposto sindical - contribuição financeira compulsória, o direito normativo da Justiça do Trabalho, e o fim da ingerência do Estado nas relações entre capital e trabalho, defendendo a livre negociação e organização do trabalho em todos os seus aspectos. (ALMEIDA, 2011)

A CUT foi fundada em São Paulo, na cidade de São Bernardo do Campo em 28 de agosto de 1983 durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), no galpão da extinta companhia cinematográfica Vera Cruz, com a participação de mais de cinco mil trabalhadores. Segundo ALMEIDA (2011),

> *"A CUT foi criada como um desdobramento do chamado novo sindicalismo, como parte de um processo especificamente sindical, ainda que, articulado ao PT. Quero deixar claro que entendo a CUT, inicialmente, como um projeto para a organização, representação e mobilização dos trabalhadores. Apesar da presença majoritária de petistas dentre os adeptos de sua formação, havia militantes ligados a outros partidos, como PCB, PC do B, PMDB, e PDT, conferindo um caráter suprapartidário à Central. Talvez se possa afirmar que, enquanto projeto petista, a CUT não deveria ser, especificamente, uma Central sindical petista. A formação quase que exclusivamente por lideranças do novo sindicalismo decorreu sobretudo do "racha" com a Unidade Sindical em 1983. A relação estreita com o PT se constituiu, pois, através da presença de importantes líderes na linha de frente da criação, organização e administração da CUT. E o PT, cabe destacar, foi o desdobramento especificamente político do novo sindicalismo."* (ALMEIDA, 2011, p. 108)

Naquela época o modelo sindical imposto pelos governos militares às classes trabalhadoras serviu como amálgama para a unificação dos diferentes setores de representação sindical que divergiam em termos de concepção e luta política. As diferentes oposições sindicais que se encontravam fora das estruturas de classe toleradas pela ditadura concordavam num ponto fundamental: a necessidade de acabarem com o atrelamento

[12] GIANNOTI, Vito; NETO, Sebastião Lopes. CUT: por dentro e por fora. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

existente entre os sindicatos, chamados de pelegos[13] por estas oposições, e o Estado. A trajetória do sindicalismo, nesse período, insere-se em um processo histórico que se caracteriza pela crise militar e as lutas para o estabelecimento democrático.

A partir de 1978 tivemos o ressurgimento do movimento sindical no país, tornando-se um movimento expressivo da resistência operária à exploração da força de trabalho, um dos pilares do padrão de acumulação capitalista, instaurado pelo governo militar a partir de 1964. A classe operária do principal complexo industrial do país, o ABC paulista, região metropolitana da cidade de São Paulo que concentra as cidades de São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul, insurge-se contra o arrocho salarial questionando a lógica da acumulação capitalista vigente no país. As greves dos metalúrgicos do ABC paulista serviram de referência política e animaram uma série de outros movimentos grevistas no Brasil daquela época, atingindo inclusive os operários industriais e os funcionários públicos. Exige-se democracia política e social, denuncia-se o modelo de desenvolvimento capitalista no país, a exploração da força de trabalho, a imposição de pacotes econômicos que implementam, principalmente a partir da crise da dívida em 1981, uma série de ajustes fiscais impostos pelo Fundo Monetário Mundial (FMI) e o pagamento da dívida externa. (ANTUNES, 2003; ALMEIDA, 2011)

Surge então uma série de fóruns intersindicais. A expressão política do processo social que se deflagra em maio de 1978 no ABC paulista foi a criação de um novo partido político, o Partido dos Trabalhadores (PT), que se organiza ao lado de outros movimentos políticos de esquerda e movimentos populares e, mais tarde, em 1983, esteve presente na criação da CUT. Vivia-se um momento de efervescência política, e o movimento sindical nas suas diversas formas de organização se articulava na realização de greves gerais, greves por categorias ou greves por empresas. A movimentação da classe trabalhadora no decorrer dos anos 80 indica um espírito de luta e resistência aguerrido, que clamava por uma democracia política e social. Era uma “explosão do sindicalismo”, ou ainda, de um “novo sindicalismo”, que surgia e se desenvolvia a partir de um mundo do trabalho estruturado, resultado da expansão capitalista dos anos 1960 e anos 1970. (ANTUNES, 2003; ALMEIDA, 2011)

Sobre o termo “novo sindicalismo”, muitas são as considerações feitas na designação do termo pela utilização da palavra “novo”, principalmente se levarmos em conta BRAUDEL (1992) e seu conceito desenvolvido para abordar acontecimentos históricos no transcorrer da longa duração[14]. Vemos que o termo é utilizado, principalmente, para indicar estruturas sindicais que reivindicavam nas suas lutas democracia, autonomia sindical, desvinculação do Estado e melhores salários e condições de trabalho. Sobre esta questão ALMEIDA (2011) dirá,

[13] Pele do carneiro com a lã usada nos arreios sobre a qual se põe a sela para amaciar o assento - palavra de cunho depreciativo, no movimento sindical (HOUAISS, 2001, p.2172). No jargão do movimento sindical, pelego se refere aos sindicatos ou sindicalistas que buscam amenizar os conflitos existentes entre capital e trabalho, servindo mais aos interesses do patrão que do empregado.
[14] Em 1958, Fernand Braudel, por ocasião de uma controvérsia com Claude Lévi-Strauss, teoriza em sua obra *A Longa Duração* o modelo da pluralidade dos tempos históricos (estrutural /conjuntural /fatual). Sobre isso ver BRAUDEL, Fernand. A longa duração. In: *Escritos sobre a História*. Lisboa: Perspectiva, 1992.

> *"Para Marcelo Badaró Mattos, embora as aspas continuem a acompanhar a expressão "novo sindicalismo", esta teria sido encampada pelos estudos no decorrer do tempo e, se não chegava a possuir precisão de um conceito, não seria questionada em sua pertinência. Tanto pesquisadores acadêmicos quanto o discurso dos próprios sindicalistas, a partir de 1978, consolidaram o uso do termo de forma contrastiva e relacional. Opunham-se às atitudes dos dirigentes sindicais considerados "autênticos", "independentes" ou "combativos" às práticas do "velho" sindicalismo pré-64. Mas também às ações de seus contemporâneos, vistos como "pelegos". Para Ricardo Antunes, o que definiria o "novo sindicalismo" seria a sua atuação por dentro da estrutura sindical, iniciada em meados dos anos 70, promovendo um lento percurso de alteração desta."* (ALMEIDA, 2011, p. 129-130)

O resultado político imediato, num cenário de renascimento do movimento sindical e popular foi o "Movimento das Diretas Já". Um processo político que, apesar da intensa participação dos trabalhadores e das classes populares, teve a presença de uma burguesia liberal[15] insatisfeita com os rumos da crise do padrão de acumulação capitalista no país. Foram acontecimentos que caracterizaram um Brasil em processo de mudanças e que se inseriu num cenário mundial nada promissor. Nos países centrais a mundialização do capital avançou e impulsionou a adoção de políticas neoliberais. (ALVES, 1999)

Sobre a rápida organização e poder de mobilização do movimento sindical brasileiro nos anos 70/80, RODRIGUES (1990) apontará três fatos que buscam explicar tal fenômeno: o primeiro consiste na Ditadura Militar não ter atacado as organizações sindicais com o intuito de destruí-las, mas sim de controlá-las. Tendo preservada a máquina sindical (burocracia, arrecadação e patrimônio), os dirigentes sindicais puderam se articular de uma maneira escapista ao controle da ditadura.

O segundo, na chegada e na formação dos dirigentes sindicais, dispostos a construir uma nova proposta de atuação sindical, desvinculada das amarras do Estado. Segundo o autor, os recém-chegados dirigentes sindicais não foram identificados ao grupo dos comunistas ou dos militantes de esquerda, o que teria gerado um monitoramento menos rígido das autoridades militares, havendo um afrouxamento da vigilância quanto às suas atividades.

Já o terceiro fenômeno reside na aproximação do movimento sindical aos grupos católicos progressistas (Pastorais e Comunidades Eclesiásticas de Base), e dos diversos movimentos populares. Sobre este momento de aproximação RODRIGUES (1991) dirá que,

> *"A análise dos documentos dos diferentes encontros entre sindicalistas e os ativistas católicos indica, de parte destes, a intenção de construir não propriamente uma central sindical, mas uma grande organização popular reunindo sindicatos, pastorais, organizações de bairro e outras entidades controladas ou influenciadas pela Igreja "progressista". Esse projeto, que dificilmente poderia realizar-se em razão da especificidade do movimento, chocava-se com a ideia de uma central fundada*

[15] Após a revolução burguesa (Inglaterra, 1640-60) as instituições foram sendo adaptadas à nova organização baseada na propriedade e um conjunto de ideias constituindo uma ideologia que foi produzida para justificar a nova ordem (LOCKE, 1978), ressaltando sua diferença da anterior (a servidão). Dos pilares constitutivos da ordem capitalista, propriedade e liberdade, foi esse último que deu nome a esse ideário. E liberalismo tornou-se a ideologia da sociedade capitalista, ou burguesa.

> *basicamente sobre os sindicatos, federações e confederações da estrutura oficial, defendida pelos partidos comunistas e outras correntes."* (RODRIGUES, 1991, p. 23)

A fundação da CUT foi um momento de culminância de diversos encontros, congressos, seminários, assembleias e mobilizações de trabalhadores realizados entre os anos de 1978 e 1983. A profusão destes eventos e intensa movimentação sindical no período estão diretamente relacionadas a uma necessidade ímpar de "se fazer política" legitimando esses espaços como instrumentos de democratização. (RODRIGUES, 1990)

Finalmente, no ano de 1983, a CUT seria criada com a participação de 5.059 delegados representando 912 entidades, dentre elas, algumas não sindicais. Como enfatiza GIANNOTTI e NETO (1991), a Central surgiu marcada pelo enfrentamento com o governo, sofrendo ameaças do Ministério do Trabalho, que afirmava ser a Central uma ameaça à economia brasileira e que, portanto, seus idealizadores estavam "sujeitos às sanções legais".

A primeira direção da CUT teve 83 membros, dos quais 15 formaram a Comissão Executiva e 7 compuseram a Coordenação Nacional que tinha a participação de quatro metalúrgicos, dois trabalhadores rurais, e um petroleiro. O presidente era o metalúrgico de São Bernardo do Campo, Jair Meneguelli. Os demais membros eram Paulo Paim (metalúrgico de Canoa – RS), Jacó Bittar (petroleiro de Campinas – SP), João Paulo Pires de Vasconcellos (metalúrgico de João Monlevade – MG), Abdias Santos (metalúrgico de Niterói – RJ), José Gomes Novaes (trabalhador rural da Bahia), e Avelino Ganzer (trabalhador rural do Pará).

Foram tomadas ainda algumas deliberações, criando uma pauta de reivindicações que deveriam ser cobradas do governo e dos empresários. Eram elas:

- a luta pela reforma agrária;
- a defesa da autonomia e liberdade sindicais;
- a luta por eleições diretas para presidente da República;
- o não pagamento da dívida externa;
- a instituição do salário-desemprego;
- estabilidade no emprego a partir da contratação;
- direito irrestrito de greve e revogação do Decreto 2.045, que fixava os salários em 80% do IPCN.[16]

Os princípios básicos da atuação da CUT foram estabelecidos no seu Estatuto e aparecem consolidados ao longo da sua trajetória política e sindical. A CUT se define classista[17], democrática e autônoma, comprometida com a solidariedade internacional dos

[16] DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Entre o velho e o novo: a CGT em discussão. In: Análise & Conjuntura, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, v.6, nº 1, jan/abr, p.106-107, 1991.

[17] Segundo os estatutos originais da Central, o classismo é a afirmação de que a emancipação da classe trabalhadora somente seria possível por meio de uma ação direta da própria classe social, ou seja, a luta pela emancipação dos trabalhadores deveria ser obra dos próprios trabalhadores.

trabalhadores. Para a Central, a unidade da classe trabalhadora é o primordial para que se obtenha sucesso nos embates contra o capital. Atualmente, a corrente sindical majoritária presente na CUT é a Articulação Sindical, consolidada desde o III CONCUT – Congresso Nacional da CUT, realizado em Belo Horizonte no ano de 1988. (RODRIGUES, 1990; OLIVEIRA, 2010)

Ideologicamente, as orientações marxistas estão muito presentes e aparecem marcadamente no interior da Central tendo fundamental importância na construção daquilo que os identifica enquanto classe trabalhadora. As estratégias de atuação sindical estão assentadas nos enfrentamentos contra a burguesia pela opressão imposta à classe trabalhadora, situados no plano econômico e das relações de produção. ARCARY (1988) afirma que assumir uma "identidade marxista" significa perceber a necessidade de uma "ruptura moral e ética" contra uma "ordem de opressão e exploração". Portanto, "ser marxista" seria ter esta compreensão somada à tarefa de lutar em favor de um "projeto de reorganização econômica e social da vida humana" (ARCARY, 1988, p. 163).

Analisando documentos da época, Borges (2009) dirá que a CUT se compreende marxista desde a sua fundação.

> *"Se examinados o Estatuto de Fundação e Resoluções dos dois primeiros Congressos da CUT, (...), pode-se afirmar que, sem dúvida, a Central Única dos Trabalhadores é, no seu nascedouro, marxista. Logo em sua fundação, ela se definirá como 'uma Central que luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, econômica e social'."* (CUT, 1983).

E acrescenta que,

> *"Alguns anos depois, no II Congresso, a Central viria explicitar ainda mais sua opção pelo socialismo, incorporando aos termos de Resolução que 'a CUT repudia essa situação de exploração e miséria imposta à classe trabalhadora e tem como compromisso a defesa de interesses imediatos e históricos dos trabalhadores. Portanto, a CUT tem como preocupação política permanente à articulação das lutas em defesa de melhores condições de vida e trabalho, com as transformações de fundo da sociedade em direção à democracia e ao socialismo.'"* (CUT, 1986).

Durante a década de 1980, com os problemas da alta inflação, do alto custo de vida e do desemprego, a CUT lutou pela redemocratização do sistema político e por um Estado que assumisse a responsabilidade dos direitos sociais e trabalhistas. A Central participou ativamente das discussões políticas e sindicais durante todo o processo da Assembleia Nacional Constituinte de 1988. Luiz Inácio Lula da Silva, dirigente sindical do ramo metalúrgico, fundador do Partido dos Trabalhadores e da CUT, foi o deputado constituinte mais votado do país. Na Assembleia Nacional Constituinte, Lula desempenhou atividades parlamentares na

subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, da Comissão da Ordem Social, como suplente, e na Comissão de Sistematização, como titular[18].

Cabe lembrar a trajetória de vida e de militância política deste líder sindical que tem a sua própria história confundida com as histórias da CUT e do PT, e que chegou até a presidência do Brasil no ano de 2003, permanecendo no cargo eleito para cumprir um segundo mandato até o final de 2010. Lula iniciou sua trajetória política/sindical ainda no período da Ditadura Militar, assumindo a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC[19] em 1975. O sindicalista ganharia projeção nacional com a greve dos metalúrgicos de 1979, onde cerca de 170 mil trabalhadores paralisaram suas atividades no ABC paulista. A greve, apesar de considerada ilegal pelo Ministério do Trabalho prosseguiu e Lula saiu reconhecido como um importante interlocutor político/sindical, tanto pelo governo, como pelo patronato. Em 1980, Lula lideraria nova greve pela garantia no emprego e redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, entre outras reivindicações. Nesta ocasião, o líder sindical, junto com outras lideranças, foi preso pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), órgão de repressão da ditadura. Em 20 de maio de 1980, Lula teve sua prisão preventiva revogada. Julgado pela Justiça Militar, no ano de 1981, receberia pena de três anos e meio de prisão, sentença anulada pelo Superior Tribunal Militar, posteriormente.[20]

Sobre que ideia os trabalhadores faziam do significado de “luta de classes” no interior da CUT e qual a sua importância para o fortalecimento da própria Central, resgatamos a opinião de um dos intelectuais mais críticos da sociedade brasileira naquela época, Florestan Fernandes. A escolha deste teórico não foi aleatória, afinal ele também contribuiu para a compreensão do lugar reservado ao negro no Brasil.

Florestan foi deputado constituinte pelo Partido dos Trabalhadores de São Paulo e era considerado um intelectual orgânico[21] da corrente petista Democracia Socialista. No boletim da CUT do ano de 1987[22], Florestan escreve aos trabalhadores dizendo que estes não poderiam ver o momento da constituinte como um momento de conciliação, mas sim como um momento de choque, de embates. Os trabalhadores precisavam sim encarar a Constituição como uma norma que organiza, sanciona e legitima a distribuição da riqueza e do poder na sociedade capitalista. Para Florestan, a Constituição não era “igualmente horizontal” para todo o povo brasileiro. A desigualdade referida e denunciada por Florestan estava associada ao lugar de

[18] Disponível em: www.camara.gov.br. Acesso em 27 jul 2013.
[19] ABC se refere às regiões de Santo André, São Bernardo do Campo e Caetano do Sul, regiões da grande São Paulo.
[20] Disponível em: http://www2.planalto.gov.br/presidencia/biblioteca. Acesso em 07 ago 2013.
[21] Na luta pela hegemonia entre as classes, aquelas que produzem o maior número de intelectuais, e mesmo conseguem ganhar os intelectuais das outras classes sociais garantem sua hegemonia. Os intelectuais têm um papel fundamental de garantir o consenso e o convencimento das demais classes sociais; ou seja, é através da atuação dos intelectuais que a classe dominante consegue fazer com que seu projeto de sociedade seja aceito como o melhor projeto para todos. Neste sentido, na teoria de Gramsci, a questão dos intelectuais ganha importância na medida em que eles têm um papel fundamental de fazer com que as ideias e a cultura dominante sejam aceitas como ideias e cultura de todos. O intelectual orgânico não necessariamente precisa estar ligado a sua classe originária, pois uma liderança que nasceu na classe operária pode fazer opção de classe pela classe burguesa, e se colocar a serviço do capital, e vice-versa. Sobre esta questão ver Gramsci em Cadernos do Cárcere.
[22] FERNANDES, Florestan. Burguesia usa poder econômico para controlar o processo constituinte. In: Boletim Nacional da CUT, nº 14 jul/ago 1987.

pertença à determinada classe social, seguindo o modelo da desigualdade econômica, cultural, e de dominação de classe que imperaria na sociedade civil. De um lado estariam os trabalhadores, de outro estaria a burguesia. Classes antagônicas na disputa da hegemonia e que, portanto, deveriam se enfrentar como classes diametralmente opostas e irreconciliáveis que eram. Florestan lembra ainda que a batalha não deveria ser fácil, pois a sociedade refletida na constituinte parecia estar de cabeça para baixo. A minoria dominante se fazia representar pela maioria parlamentar, e a maioria social/popular estava representada por uma minoria parlamentar, composta pelos seguintes partidos: PT, PDT, PS, PCB e PC do B. (FLORESTAN, 1987)

Nos anos 1990, a atuação da CUT se concentraria na defesa do trabalho, dos empregos, em frear as tentativas de liberalização do mercado, da privatização das empresas, contra a desregulamentação do trabalho e pela defesa de um Estado de cunho social. A Central se colocou opositora aos governos de Fernando Collor (1990-1992), ao governo Itamar (1992-1994) e ao seu sucessor Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Liberou seus dirigentes sindicais para fazerem a campanha eleitoral tanto para Lula (2003-2010) como para Dilma (2011-2014). Essa decisão suscitou uma série de críticas internas, tendo no centro do debate o apoio ao governo Lula e a questão da autonomia sindical.

Sobre como a CUT deveria se portar diante do governo de um ex-sindicalista cutista, Vicentinho, metalúrgico da região do ABC, candidato à sucessão da presidência no 5º CONCUT realizado no ano de 1994, foi enfático em dizer que a Central não poderia "puxar o saco" do governo, mas também não poderia fazer uma "oposição sistemática" ao governo, pois este era de caráter "democrático-popular", comprometido com a causa dos trabalhadores. (LADOSKI, 2009, p.153, 154).

Segundo LADOSKI (2009),quando Lula venceu a primeira eleição, alguns setores da CUT acharam que havia chegado a hora de implementar as bandeiras históricas da CUT, aproveitando o "clima" favorável das eleições e a mobilização dos trabalhadores. Estes setores consideravam que qualquer postura diferente dessa seria uma traição de Lula aos trabalhadores, e a conversão da CUT em uma Central "chapa branca"[23]. Segundo o autor, muitos sindicalistas no âmbito da Central diziam: *"Agora nós somos governo".* (LADOSKI, 2009, p.61)

Em junho de 2003, Lula estaria presente no 8º CONCUT, falando aos dirigentes. Justificou a política econômica do seu governo, explicou as medidas adotadas e foi aplaudido pela maioria do plenário, mas não pela totalidade. Integrantes da corrente sindical Movimento dos Trabalhadores ao Socialismo (MTS), em geral vinculados ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), não ficaram satisfeitos com a fala do presidente. Começou

[23] Termo utilizado no movimento sindical para indicar que um determinado sindicato é submisso ao governo. Faz referência às placas brancas de veículos oficiais que pertencem ao governo ou aos seus órgãos de poder.

então, a haver uma movimentação deste grupo em direção a uma retirada da Central. (LADOSKI, 2009)

Refletindo sobre a da saída do MTS da CUT e a sua automática migração para a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), o jornalista Waldir Rodrigues Junior, do *Jornal Massas*, escreveu um artigo intitulado *A reforma sindical e a formação da Conlutas*. Neste artigo, Waldir defende a permanência dos companheiros na CUT e argumenta:

> *"Ao invés de se constituir uma frente ultra-esquerdista de rompimento com a CUT, trata-se de organizar a unidade 'nas lutas concretas contra o governo' e forjar-se como instrumento frentista de combate pela independência e democracia sindicais no interior da CUT. Se o objetivo da Conlutas fosse o de travar o combate frentista, teria de expressar o movimento pelas bases, constituindo os comitês de ação direta, e não apenas uma ação circunscrita a aparatos e correntes. (...) Certamente, há uma diferença essencial: o PT é um partido da burguesia e a CUT é uma organização dos explorados. O mais importante de tudo é que um partido que se converteu em instrumento governamental dos exploradores arrastou consigo a CUT. (...) O certo é que a classe operária tem a tarefa de combater a direção colaboracionista da CUT. A tarefa da vanguarda não é a de provocar uma divisão da CUT, mas de trabalhar por uma nova direção, organizando uma oposição revolucionária a partir dos sindicatos, dentro e fora da CUT. (...) Esse movimento tem de começar nas fábricas. A experiência já realizada ajudará a maioria a entender a importância da independência e da democracia proletária, o que favorecerá a tarefa de organizar uma fração revolucionária no interior do movimento sindical. Ao defendermos as reivindicações, colocarmos a unidade na luta, organizarmos a ação direta e combater a política burguesa do governo PT/Lula, estaremos enfrentando a burocracia da CUT e defendendo a sua independência político-organizativa."* (Walmir Rodrigues Junior, editor da *REVISTA MASSAS*)[24]

Em 2004, a ruptura se concretizou e os sindicalistas do MTS migraram para a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), central sindical ligada ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Tendo a Articulação Sindical (ArtSind) como corrente majoritária dentro da CUT, a CUT Socialista e Democrática (CSD) e a Corrente Sindical Classista (CSC) passam a dar o tom da oposição no ambiente interno da Central. (LADOSKI, 2009)

Em 2005, depois da realização da 11ª Plenária da CUT, denúncias de corrupção figuravam os jornais e telejornais da grande mídia. Muitos dirigentes sindicais e militantes consideraram que o governo Lula estava sob forte ataque das forças neoliberais e conservadores, devendo, portanto, sair em defesa do presidente. Em 2006, outra tendência interna se retira da central, a Alternativa Sindical Socialista (ASS). Muitos destes militantes migram para o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e se integram à central denominada Intersindical. Em 2007, a CUT sofrerá nova perda: militantes ligados ao PC do B, que se organizavam na tendência Corrente Sindical Classista (CSC), fundam a Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil (CTB), sob o argumento que encaminhariam uma política mais crítica ao governo Lula, ao mesmo tempo em que não descambariam para o

[24] Disponível em: http://www.sinasefesp.org.br/siteantigo/refsindicalfinal.html. Acesso em 27 jul 2013.

sectarismo e nem para uma política voluntarista que caracterizava o CONLUTAS e a Intersindical. (LADOSKI, 2009)

Hoje, a CUT concentra sindicalistas ligados ao PT e independentes. As tendências que fazem parte da CUT são: a Articulação Sindical (corrente majoritária), a CUT Socialista e Democrática, a Articulação de Esquerda (AE), a Esquerda Popular Socialista-Sindical (EPS), a CUT Independente e de Luta, e a Esquerda Marxista. No seu último congresso, o 11º CONCUT – Liberdade e Autonomia Sindical[25], realizado em outubro de 2012, na cidade de Guarulhos - São Paulo, a Central teve como um dos eixos de discussão um novo projeto político-organizativo, visto a crescente fragmentação do trabalho que naturalmente dificultou a organização da classe trabalhadora. Sobre isso o documento apontou que,

> *"É evidente que a estrutura sindical corporativa existente hoje no Brasil não consegue responder às mudanças que estão acontecendo no mundo do trabalho e na sociedade. Com isso, dificulta a organização da luta pelos direitos dos/as trabalhadores/as como cidadãos/ãs, a solidariedade entre as categorias e a participação dos sindicatos e da CUT de maneira eficiente na disputa pela hegemonia na sociedade. Nossa organização interna e crescimento foram construídos com dois movimentos: romper com a estrutura oficial instalada disputando eleições sindicais e alterando seus estatutos e democratizando as entidades; e ao mesmo tempo, organizar e instituir novas entidades sindicais, ampliando a base de representação dos/as trabalhadores/as. Junto a isto, a organização sindical por ramos produtivos e nos locais de trabalho, embora ainda insuficientes, tornaram a CUT reconhecida na defesa dos/as trabalhadores/as."* (Caderno de Resoluções do 11º CONCUT, 2012)

Sobre o financiamento das organizações sindicais e a autonomia das Centrais, a CUT mantém uma posição contrária às demais Centrais. O Imposto Sindical, também chamado de "Contribuição Sindical" é uma verba recebida através de um rateio realizado entre o Ministério do Trabalho, Sindicatos, Federações, Confederações e Centrais Sindicais. A verba decorre do desconto anual de um dia de trabalho que todo trabalhador que tenha carteira assinada sofre. De acordo com o artigo 589 da Constituição das Leis Trabalhistas (CLT), o rateio é realizado da seguinte forma: 5% para as Confederações, 15% para a Federação, 60% para o Sindicato e 20% para o Ministério do Trabalho[26].

Alguns sindicatos da base da CUT têm por princípio político, a devolução dos 60% que lhes cabe. Podemos citar como exemplo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, o Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia (Sinergia), CUT-SP e o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região. Como a "contribuição" é um imposto, garantido por lei, para realizar a devolução os sindicatos precisam entrar com pedido de liminares na justiça.

Sabemos que para manter qualquer estrutura sindical, partidária ou até mesmo um pequeno movimento social, comunitário, é necessário ter recursos, ter dinheiro. Então, se a

[25] Caderno de Resoluções do 11º CONCUT – Liberdade e Autonomia Sindical: Democratizar as relações de trabalho para garantir e ampliar direitos. 2012. Disponível em http://www.cut.org.br/documentos-oficiais. Acesso em 26 jul 2013.
[26] Sobre a contribuição sindical consultar http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=ART.+589%2C+IV%2C+DA+CLT. Acesso em 07 ago 2013.

CUT é contra o Imposto Sindical, de onde viriam os recursos para manter a Central? Segundo o Caderno de Resoluções do 11º CONCUT, assim se daria o financiamento:

> *"É neste contexto que se insere a decisão de CUT de reafirmar sua histórica campanha pela criação de uma contribuição democrática como base para a sustentação das entidades sindicais, a taxa negocial, aprovada democraticamente pelos/as trabalhadores/as substituindo o Imposto Sindical; e pela Ratificação da Convenção 87, pelo direito de Negociação Coletiva dos/as servidores/as públicos/as através da regulamentação da Convenção 151 da OIT, pela regulamentação da organização no local de trabalho e por uma legislação que ponha fim às práticas antissindicais. A CUT deve ocupar todos os espaços de disputa e de articulação política na defesa destas bandeiras históricas que são condição para mudar a estrutura sindical brasileira, e contribuindo para a transformação das relações de trabalho, a partir das bases, rumo a um Estado Democrático."* (CADERNO DE RESOLUÇÕES do 11º CONCUT, 2012)

Para a CUT, a contribuição sindical deveria ser aprovada de acordo com a vontade dos trabalhadores. A princípio consideramos que esta contribuição, caso fosse aprovada, no modelo que a CUT preconiza, e defende, serviria para "desencastelar" muitos dos dirigentes que hoje estão presos às malhas da burocracia sindical. Contribuiria ainda para a reflexão sobre qual o papel do sindicato no panorama atual e qual a sua importância na organização e defesa dos interesses da classe trabalhadora. Com esta questão somada à outra bandeira histórica da CUT, o fim da unicidade sindical, os trabalhadores teriam autonomia em decidir qual sindicato melhor os representaria. Esta postura da CUT parece ser tão ousada que nenhuma outra Central a apoia.

A CUT vem, no decorrer da sua trajetória, reafirmando suas bandeiras de luta e empreendendo esforço político na aprovação dessas propostas. Uma das campanhas mais recentes sobre o fim da "contribuição compulsória" foi lançada em 2012. Trata-se de um Plebiscito Nacional intitulado "Diga Não ao Imposto Sindical". A campanha que é permanente, mantém na internet uma página específica, http://diganaoaoimposto.cut.org.br/, para tratar da questão. Qualquer pessoa pode acessá-la e votar. Na página de apresentação:

> *"A CUT defende que todo/a trabalhador/a deve ser livre para escolher seu sindicato, ou seja, quem deve representá-lo/a juridicamente na hora de negociar com os patrões e dialogar com o governo, para garantir e ampliar conquistas e direitos. Também deve ter autonomia para decidir qual será a forma de sustentação financeira do sindicato que escolheu! Você é quem deve decidir, no voto, se e quanto quer pagar para garantir a sustentação financeira do seu sindicato."* (site da CUT – CAMPANHA CONTRA O IMPOSTO SINDICAL)[27]

Em relação à estrutura da CUT, atualmente ela se organiza em dois níveis: as organizações horizontais e verticais. Na estrutura horizontal, temos a CUT Nacional, localizada em São Paulo, que conta ainda com um escritório em Brasília. As eleições para a direção

[27] Disponível em: http://diganaoaoimposto.cut.org.br/apresentacao. Acesso em 07 ago 2013. Acesso em 13 Ago 2013.

nacional ocorrem de três em três anos. A CUT está presente nos 26 estados brasileiros, com estruturas autônomas e direções eleitas também de três em três anos.

Na estrutura vertical, temos as organizações sindicais de base e entidades sindicais por ramo de atividade econômica: sindicatos, federações e confederações. A Central conta ainda com organismos voltados para o desenvolvimento de políticas específicas e assessoria: Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), Instituto Observatório Social (IOS), Instituto Nacional de Saúde no Trabalho (INST), além de sete Escolas Sindicais e uma Escola de Turismo e Hotelaria.

Dentre as entidades nacionais filiadas à CUT temos a:

- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE);
- Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes e Prestadores de Serviços (CNTV-PS);
- Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF);
- Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil (FAZER);
- Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ);
- Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais (FENASEMPE);
- Federação Nacional dos Trabalhadores nas Autarquias de Fiscalização Profissional (FENASERA);
- Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (FENTECT);
- Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF);
- Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (FISENGE);
- Federação Interestadual dos Trabalhadores em Radiodifusão e Televisão (FITERT);
- Federação Nacional dos Arquitetos (FNA);
- Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos (SINTAPI);
- Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Instituições de Pesquisa e desenvolvimento Agropecuário – Nacional (SINPAF);
- Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (SINAGENCIAS);
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL).

As entidades orgânicas filiadas à Central são:

- Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM);
- Confederação Nacional do Ramo Químico (CNQ);
- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS);
- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte (CNTT);
- Confederação Nacional dos Trabalhadores do Vestuário (CNTV);
- Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (CONFENTAM);
- Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, Agroindústria, Cooperativas de Cereais e Assalariados Rurais (CONTACT);
- Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira (CONTICOM);
- Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACS);
- Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF);
- Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados, Serviços em Informática e Similares (FENADADOS);
- Federação Nacional dos Servidores Estaduais (FENASEPE);
- Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações (FITTEL);
- Federação Nacional dos Urbanitários (FNU).

As secretarias que compõem a estrutura da executiva CUT Nacional são a Presidência, a Vice-presidência, a Secretaria Geral, Secretaria de Administração e Finanças, a Secretaria de Relações Internacionais, a Secretaria de Combate ao Racismo, a Secretaria de Comunicação, a Secretaria de Formação, a Secretaria de Juventude, a Secretaria de Meio Ambiente, a Secretaria da Mulher Trabalhadora, a Secretaria de Organização, a Secretaria de Políticas Sociais, a Secretaria de Relações de Trabalho e a Secretaria de Saúde do Trabalhador. Fazem parte ainda da executiva nacional 10 diretores e três membros do Conselho Fiscal. Toda a direção executiva é eleita em congresso nacional, com a presença de todas as CUTs Estaduais, todas as entidades nacionais filiadas e as entidades orgânicas da CUT.

A CUT mantém ainda sete escolas de formação sindical, voltadas para estudos e formação política dos seus dirigentes sindicais e trabalhadores de base. São elas:

- Escola Chico Mendes na Amazônia, em Manaus;
- Escola Centro-Oeste, em Goiânia;
- Escola Nordeste, em Recife;

- Escola São Paulo, em São Paulo;
- Escola 7 de Outubro, em Belo Horizonte;
- Escola Sul, em Florianópolis;
- Escola de Turismo e Hotelaria, no Canto da Ilha em Santa Catarina.

A CUT tem como parceiros o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), fundado em 1983, e estruturado para atuar junto aos poderes da República, em especial no Congresso Nacional. O DIAP pode ainda atuar nas assembleias legislativas e câmaras de vereadores, no sentido da institucionalização, da transformação em normas legais das reivindicações predominantes, majoritárias e consensuais da classe trabalhadora.

Outra parceria estabelecida é com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), criado pelo próprio movimento sindical brasileiro. O DIEESE foi fundado em 1955 para desenvolver pesquisas que fundamentassem as reivindicações dos trabalhadores.

Presente em todos os ramos de atividade econômica do país, atualmente a CUT se consolida como a maior central sindical do Brasil, da América Latina e a quarta maior do mundo, com 3.438 entidades filiadas, 7.464.846 associados e 22.034.145 trabalhadoras e trabalhadores na sua base.[28]

I.2 A *Revista do Brasil*[29]

Para além do site da Central, que mantém informações atualizadas a respeito das atividades que a CUT e as entidades sindicais da sua base realizam, como matérias e opiniões dos dirigentes, assessores e trabalhadores sobre as questões pertinentes ao mundo do trabalho, a Central mantém ainda uma página no *Facebook* (facebook.com/CUTBrasil), no *Twitter* (twitter.com/cutnacional), e no *Youtube* (youtube.com/secomcut). Além disso, também possui um jornal impresso chamado *Jornal da CUT* e a *Revista do Brasil*. O jornal tem tiragem bimensal de 20 mil exemplares, distribuídos entre as CUTs estaduais e suas entidades filiadas. Todas as edições do *Jornal da CUT* podem ser acessadas on-line no site da Central.

Em relação à *Revista*, nosso foco, podemos dizer que o projeto surgiu da proposta de um grupo de sindicalistas, jornalistas e intelectuais ligados ao movimento sindical cutista, que buscava construir um instrumento de comunicação que fugisse do discurso imposto pelos grandes monopólios da mídia brasileira. A intenção era construir uma revista nos moldes das

[28] Todas as informações relativas a estrutura da CUT foram retiradas do site da Central. Disponível em: http://www.cut.org.br/ Acesso em 23 jul 2013.
[29] Informações sobre a *Revista do Brasil* que compõem este texto foram retiradas dos sites do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC de São Paulo; da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito no Paraná; da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro; do Partido Comunista do Brasil; do blog Viomundo. Todas as informações estão devidamente referenciadas no transcorrer do texto, com o endereço dos sites. O site da *Revista do Brasil* é http://www.redebrasilatual.com.br/revistas. Acesso em 07 ago 2013.

encontradas em bancas de jornal, mas com uma visão autônoma (em relação às grandes mídias) e diferenciada das demais.

A *Revista do Brasil* "falaria" para a classe trabalhadora, mas não somente para ela. Desejava-se que a revista fosse levada pra casa, lida em família e compartilhada com a comunidade. Para isso, ela deveria não só falar "da" e "para" a classe trabalhadora, mas também para as classes populares e os movimentos sociais. Para além da política e economia, a proposta é que a *Revista do Brasil* deveria tratar de temas ligados à cultura, à atualidade, à cidadania, ao meio ambiente, ao entretenimento, à saúde, à ciência, e do mundo, desde que fosse pautada no ponto de vista do trabalhador.

O "projeto" *Revista do Brasil* era ambicioso, pois extrapolava os limites da seara do mundo do trabalho. Sua ambição não estava pautada em fugir de um discurso identificado com o trabalhador, mas residia em almejara criação de um discurso sindical/político atrativo para todos os que as tivessem em mãos. Vencer as barreiras do corporativismo das categorias também era outro desafio. Entende-se que os sindicatos já exercem esse papel através dos seus sites e jornais de base. A intenção era dar visibilidade a questões mais amplas e diversificadas que orbitavam o mundo do trabalho, mas em torno das opiniões da Central[30].

Dessa forma, a *Revista do Brasil* nasceu com o objetivo de proporcionar um conteúdo afinado com as políticas defendidas pela CUT e direcionada não só à classe trabalhadora, mas que dialogasse com todos aqueles setores vinculados às classes populares, os esquerdistas, os pobres, os negros, os indígenas, os desempregados, as mulheres, os/as homossexuais, os pequenos empresários, os trabalhadores autônomos, enfim, com determinadas visões de mundo e de opiniões que refletissem um interesse amplo, porém classista e popular.

Podemos verificar que tal pretensão aparece no depoimento do presidente da Federação de Trabalhadores em Empresas de Cartões de Crédito CUT/SP,durante lançamento da revista, em que chama atenção para "mais essa proposta ousada" do movimento sindical cutista: a de levar "comunicação de qualidade ao trabalhador e a sua família, sob o ponto de vista do trabalhador".[31]

Tendo seu primeiro número lançado em maio de 2006, mês em que se comemora o Dia do Trabalho, inicialmente a *Revista do Brasil* contou com a participação do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, do ABC, de Brasília, do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte e de Porto Alegre; da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito - CUT/SP; da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro - CONTRAF; da Associação dos Funcionários do Grupo Santander; Banesprev e Caixa Beneficente dos Funcionários do Banesp; do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, de Taubaté e Sorocaba; da Federação Estadual Metalúrgica; da Confederação Nacional Metalúrgica; do Sindicato dos Químicos de São Paulo, do ABC; do Sindsaúde; do Sinergia; do Sidgasistas-SP; do Sindicato

[30] Disponível em: http://www.smabc.org.br/smabc/materia.asp?id_CON=10874&id_SUB=69. Acesso em 23 jul 2013.
[31] Disponível em: http://www.fetecpr.org.br/revista-do-brasil-sera-lancada-na-segunda/. Acesso em 23 jul 2013.

dos Eletricitários de Campinas e Presidente Prudente; da CUT São Paulo e da CUT Nacional. Observadas as instituições que se uniram para viabilizar o projeto da *Revista*, entidades sindicais notoriamente reconhecidas por manter altos índices de filiação e de grande força de mobilização, podemos supor o peso político que a revista teve, e tem no cenário político/sindical nacional. No transcorrer da sua história a *Revista do Brasil* foi fazendo novas parcerias e hoje faz parte de um conjunto de mídias chamada "Rede Brasil Atual", que presta serviços para os sindicatos filiados à CUT. A "Rede Brasil Atual" congrega além da *Revista do Brasil*, o *Jornal Brasil Atual* e a *Rádio Brasil Atual*. No conselho editorial da *Revista do Brasil* ainda figuram muitos dirigentes sindicais, inclusive o próprio presidente da CUT Nacional, Vagner Freitas de Moraes.

Um fato que marcaria a história da *Revista do Brasil* ocorreu em 2010, durante as eleições presidenciais. A *Revista* foi denunciada pela coligação dos partidos Social da Democracia Brasileira (PSDB) e Democratas (DEM), chegando a ter uma de suas edições proibida de circular pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O Tribunal considerou que a matéria intitulada "A vez de Dilma – O país está bem perto de seguir mudando pra melhor", da edição nº 52, out/2010, era favorável a então candidata a presidente do Brasil pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Dilma Rousseff. A ação foi impetrada pelos advogados da campanha adversária, do candidato José Serra, e acusavam a *Revista do Brasil* de produzir "farto material impresso pra campanha" da candidata Dilma. Além do material impresso, o conteúdo postado na internet também teve que ser retirado do ar. À Editora Gráfica Atitude Ltda., responsável pela *Revista*, foi determinado que "se abstenha de continuar distribuindo ou fazer distribuir a *Revista do Brasil*, edição nº 52, OUT/2010, bem como que suspenda a divulgação da referida publicação na internet". Segundo o TSE, "os sindicatos não podem contribuir direta ou indiretamente para a campanha de um candidato ou de um partido".[32]

É claro que o movimento sindical cutista considerou a decisão do TSE um ato de "censura contra os meios de comunicação que expressam a opinião dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que publicações como "Veja" têm liberdade para estampar em sua capa e no conteúdo Aécio Neves", declarou Artur Henrique, presidente da CUT naquela época. Luiza Erundina, reeleita deputada federal pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) de São Paulo, e ex-prefeita de São Paulo, ressaltou seu sentimento de revolta pelos diversos casos de censura, mas também se disse satisfeita, porque "não se chuta cachorro morto". "Eles ficam enciumados da criatividade, do trabalho que vocês fazem. Não conseguem sair da mediocridade", declarou a deputada. [33]

Rosane Bertotti, diretora da Secretaria de Comunicação da CUT, comentou a suspensão da Revista. Reproduzimos aqui parte da entrevista concedia ao Portal Vermelho:[34]

[32] Disponível em: http://www.viomundo.com.br/politica/campanha-de-serra-pediu-censura-a-jornal-revista-e-a-blog-do-presidente-da-cut.html. Acesso em 23 jul 2013.
[33] Disponível em: http://www.contrafcut.org.br/noticias.asp?CodNoticia=24103&CodSubItem=64. Acesso em 23 jul 2013.
[34] Disponível em: http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_secao=8&id_noticia=140344. Acesso em 23 jul 2013.

> *Portal Vermelho: O que a CUT tem a dizer sobre a decisão judicial que proíbe a circulação da edição 52 da Revista do Brasil?*
> *Rosane Bertotti: A Revista do Brasil é uma revista de banca, assim como a Veja, a Istoé... a diferença é que há pessoas no conselho editorial da Rede Brasil Atual que fazem parte do movimento sindical, mas se trata de uma revista de banca, não é custeada pelo movimento sindical. Este é o primeiro equívoco.*
> *Portal Vermelho: Como é custeada a "Revista do Brasil"?*
> *Rosane Bertotti: Como eu disse, é uma revista de banca. E tem anúncios, como qualquer outra revista. Se você abrir a "Revista do Brasil", tem no máximo quatro ou cinco páginas de publicidade estatal. Se você abrir a "Veja", a "Istoé", tem mais de dez. Se pode na "Veja", por que não pode na "Revista do Brasil"? Se defendemos a liberdade de expressão, tem que ser para todos e todas. As mesmas condições que são dadas para a "Veja" têm que ser dadas para a Revista do Brasil. Nesse sentido, repudiamos o discurso da direita de cerceamento da Revista. É o mesmo discurso que fizeram para criticar o 1º Encontro Nacional de Blogueiros Progressistas, classificando os blogs de "sujos". A estrutura dos meios de comunicação que está nas mãos da direita não dialoga com a democracia, com os trabalhadores, com as classes minoritárias. A Revista do Brasil dialoga, e é cerceada.*
> *Portal Vermelho: A legislação eleitoral proíbe entidades dos movimentos sociais de contribuir direta ou indiretamente para a campanha de candidatos ou partidos. Esta lei é coerente com o momento atual da democracia no país?*
> *Rosane Bertotti: Os movimentos sociais têm compreensão do que é melhor para o Brasil. Se decidirem expressar sua opinião, é um direito. Eu, Rosane Bertotti, sou diretora de comunicação da CUT. Mas antes de ser diretora da CUT sou cidadã e tenho direito de expressar a minha opinião. A CUT, que sabe o que é a luta pela democracia, que sabe o que é a construção de um projeto para os trabalhadores, tem que poder expressar sua opinião. Sim, essa legislação tem que mudar, até porque as mesmas pessoas que entraram com o processo contra a "Revista do Brasil" são as que foram contra e não participaram da Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), que estão fazendo uma campanha contra a criação de conselhos de comunicação, então este debate não está fora da discussão sobre a democratização da comunicação.* (Portal Vermelho. Entrevista com Rosane Bertotti, http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_secao=8&id_noticia=140344)

Em "Cadernos do Cárcere", Gramsci mostrou que a imprensa cumpre um papel fundamental para dar coesão ao processo de formação da sociedade civil. A imprensa, apesar de controlada pelo capital privado, trata de assuntos públicos. Ou seja, ela é um veículo privado que trata de assuntos que não são privados, que são da esfera pública. Assim, assuntos da esfera pública são tratados de uma forma privada quanto ao seu conteúdo, ao seu direcionamento, ou a maneira pela qual eles são analisados. Isto faz com que a imprensa tenha adquirido um grande poder com a segmentação da burguesia e com a economia burguesa, porque passa a exercer um papel que só é controlado pelo próprio capital, que não é controlado pelas instituições públicas.[35] Ao discutir a relação entre a mídia e a sociedade civil, ALMEIDA (2011) afirma que,

> *"Na nossa realidade contemporânea, a mídia é, do ponto de vista econômico, acima de tudo, capital privado – mesmo existindo uma parcela minoritária que é estatal ou de organizações da sociedade civil. Porém, a grande mídia talvez esteja mais próxima de ser um aparelho privado de hegemonia muito especial – que, além de ter um papel*

[35] GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro, Editora Civilização; Brasileira, vol 2, 2006. GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, vol 3, 2000. GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, vol 5, 2002.

> *configurante e superestrutural, de direção política, moral e cultural, na batalha das ideias e disputadas representações sociais, também está numa posição de ponta da estrutura econômica e tem uma função estruturante (e de hegemonia econômica).*" (ALMEIDA, 2011, P.130)

Não por acaso a luta pela democratização da comunicação, com o fim dos monopólios privados e com o estímulo à pluralidade informativa, é encarada como estratégica e faz parte da agenda sindical cutista. Iniciativas com o intuito de promover novas mídias, mídias alternativas, estão não só na pauta política da CUT, mas também nas agendas de todas as centrais sindicais e movimentos sociais. Portanto, não parece difícil compreender o interesse e o empenho que as instituições sindicais que se organizam na base da CUT tenham tido em viabilizar a implementação do "projeto *Revista do Brasil*".

I.3 CUT e os Movimentos Sociais Negros: Encontros e Ações

A década de 1990 promoveu uma série de encontros entre a Central Única dos Trabalhadores e os movimentos sociais negros, que se transformaram em ações políticas e acabaram por influenciar a Central na adoção de políticas raciais no que tange os direitos dos trabalhadores e da cidadania. No entanto, é importante retornar à década anterior e relembrar o "clima" daquele momento, como as eleições Gerais, em 1982; a campanha das Diretas Já, em 1984; as eleições estaduais, em 1986; a eleição da Assembleia Constituinte em 1987; e a eleição presidencial, em 1989.

Na perspectiva dos movimentos sociais negros, as atividades políticas nesse período também foram intensas. PEREIRA (2008) relaciona uma série de fatos que deram visibilidade à luta contra o racismo, dentre elas: a invasão à Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro em decorrência do episódio dos negros amarrados pelo pescoço no Morro da Coroa, em 1982; o I Encontro Estadual de Negros, no Rio de Janeiro, no ano de 1983, e os seguintes nos anos de 1986 e 1989; os Encontros semestrais do Conselho de Entidades Negras do Interior do Estado do Rio de Janeiro (CENIERJ), desde 1985; o I Encontro de Negros do Sul/Sudeste, no Rio de Janeiro, em 1985, e o segundo em São Paulo, em 1989; a Marcha "Nada mudou – Vamos mudar!", no Rio de Janeiro, no dia 13 de maio de 1988; e o X Encontro de Negros do Norte/Nordeste, em Salvador, no ano de 1989; e o I Encontro de Negros do Centro-Oeste, em Goiânia, em 1989.[36]

No fim da década de 1980, num ambiente de intensa movimentação política dos movimentos sociais, o papel do Estado passou a ser rediscutido e a limitação do espaço público em favor do privado começa a ser delineada. Essas transformações refletiriam a receita "neoliberal" que estaria por vir. Políticas de caráter conservador com o objetivo de controlar a

[36] Outras informações a respeito das atividades desenvolvidas pelas entidades negras na década de 1980. Disponível em: http://www.enfpt.org.br/eol/timeline/timeline-primeira.php#123. Acesso em 07 jul 2013.

inflação e o déficit público eram acompanhadas por drásticas mudanças na economia e na vida de milhões de brasileiros. Com o insucesso de sucessivos planos de estabilização, o país estava mergulhado na estagnação econômica e beirava a hiperinflação. As ideais liberais em curso no mundo encontraram espaço para se desenvolver no país e inaugurar, com o governo Collor (1990-1992), a "era liberal" no Brasil. O protecionismo estatal, a exemplo do que já ocorrera nos países centrais e em algumas economias latinas, era constantemente "satanizado" pela elite brasileira e cedia lugar, de forma acelerada, a propostas de desregulamentação total da economia, abertura comercial completa, Estado mínimo, privatizações etc. Foi nessa época que a expressão "elefante branco"[37] entrou na moda e foi muito utilizada por Collor para criticar o Estado brasileiro. Inicia-se o período de "enxugamento" do Estado, no que concernem os bens sociais, e a venda das empresas estatais, gerando, principalmente, demissões de trabalhadores do setor público. Em contraposição, as empresas multinacionais foram cortejadas pelo governo. (VELASCO Jr, 1997)

As condições de vida da população agravavam-se e os movimentos sociais, anteriormente sufocados em suas ações pela Ditadura Militar, passaram a reivindicar mais empregos, mais salários, moradia, saúde e educação. Espaços importantes para atuação política passaram a ser ocupados pelos movimentos sociais. Jornais, rádios, partidos políticos, sindicatos, igrejas católicas e os movimentos sociais negros se unem em campanhas diversas.

Esse momento conturbado entre o fim da década de 1980 e o início da década de 1990 foi visto assim por PEREIRA (2008),

> *"Em alguns setores se iniciava uma fase de sensibilidade e abertura; nos meios de comunicação (com exceção, ainda, da televisão); em algumas instituições de prestígio que se abriam para a realização de eventos e eventuais apoios; no sindicalismo que (embora lentamente) ia se tornando mais receptivo; em partidos políticos que inauguravam (alguns com grande alarde) seus núcleos, departamentos, secretarias Afro-brasileiras. A volta dos exilados – no bojo da campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita – amadurecidos por vivência da questão racial em outros países, alguns até com experiências junto a partidos de libertação africanos, também contribuiu bastante."* (PEREIRA, 2008, p.58-59)

Em 1988, ocorreram comemorações do Centenário da Abolição, momento esse que uniu diferentes movimentos em torno da luta contra o racismo e a valorização da cultura negra. O momento era de denúncia do mito da democracia racial e de pressão junto ao governo para que pudesse responder às demandas da população negra. Não por acaso, 1988 foi também o ano de criação da Fundação Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura. Segundo PEREIRA (2008),

> *"Não há dúvida de que o Axé da Globo e a apoteótica conquista do Carnaval do Rio de Janeiro pela Escola de Samba Vila Isabel, com o enredo "Valeu Zumbi", representaram*

[37] No chavão político, chamamos de "elefante branco" toda grande obra, ou empresa pública que tenha demandado (ou demande) grandes investimentos dos cofres públicos, e que não deem o retorno esperado (ou deem, mesmo, prejuízo). Os "elefantes brancos" geralmente estão relacionados ao uso negligente do dinheiro público, ao desvio de verbas e fraudes, mas também podem acontecer por erros técnicos das empreiteiras e do projeto determinado.

> *valiosa contribuição para a difusão do "clima". Mas, de fato, tamanha mobilização de sensibilidades e mesmo estes dois últimos fatos expressavam algo muito mais significativo: a capilaridades da nova Consciência Negra e a inelutável ampliação da Luta Contra o Racismo a quase todos os setores da sociedade brasileira."* (PEREIRA, 2008, p.67)

Para os movimentos sociais negros, esse período inaugurou as chamadas parcerias e convênios entre as entidades negras, órgãos governamentais e setores dos movimentos sociais, dentre eles, o movimento sindical. CUT, movimentos sociais negros e demais movimentos sociais participaram ativamente das discussões referente à constituinte de 1988. (PEREIRA, 2008)

É provável que houvesse um reconhecimento por parte dos sindicalistas sobre os problemas de discriminação enfrentados pelas trabalhadoras e trabalhadores negros em todas as regiões do país, e em todos os segmentos da sociedade. Sobre esta questão NOGUEIRA (1996) dirá que,

> *"A partir da década de 90, importantes categorias profissionais aprovaram o desenvolvimento de políticas anti-racistas. São exemplos os radialistas de São Paulo, a Federação dos Urbanitários do Rio de Janeiro, sindicatos como Bancários de São Paulo, Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto da Bahia, Metalúrgicos de São Bernardo, Sindicato dos Telefônicos - Sintel de Belo Horizonte, Químicos de São Paulo, e tantos outros que realizaram atividades extremamente representativas na luta contra a discriminação racial. A partir de 92, diversos sindicatos, federações e confederações incluíram em suas pautas de reivindicação o item discriminação - o que é relevante para aprofundar o debate e construir uma luta efetiva no combate à discriminação racial no mercado de trabalho. A histórica ausência do movimento sindical no combate ao racismo atualmente vem sendo superada."* (NOGUEIRA, 1996, p.220)

Tanto parece ser verdade o que o autor escreve que, em 1992, a CUT cria a Comissão Nacional Contra a Discriminação Racial (CNDR) com o objetivo de elaborar políticas de combate à discriminação e ao preconceito racial, luta contra o racismo e defesa dos direitos.[38] Nesse mesmo ano a CUT passa a se articular fortemente com os movimentos sociais negros e utiliza alguns tratados internacionais para pressionar o governo. Um deles foi a Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Por meio de um decreto, o Estado Brasileiro se comprometeu em promover políticas que promovessem a igualdade de oportunidades de emprego e tratamento no mercado de trabalho.

> *"Um dado interessante é que a partir do seminário realizado no Estado de Santa Catarina, em maio de 1992, definiu-se que um relatório elaborado pelo CEERT sobre as desigualdades raciais no trabalho deveria ser enviado à OIT, como forma de denúncia do racismo e da não-observância da Convenção 111. O referido relatório foi assumido pela Executiva da CUT e enviado à OIT em novembro de 1992. Em março de 1993, a Comissão de Peritos da OIT julgou procedente a denúncia, remetendo-a a Comissão de Aplicação de Normas, a qual, por sua vez, apreciou a denúncia durante a Conferência Mundial da OIT, realizada em maio do ano passado. Nesta mesma conferência, os*

[38] Disponível em: http://informa.blog.terra.com.br/2008/08/20/cut-cria-secretaria-nacional-de-combate-ao-racismo/. Acesso em 23 jul 2013.

> *representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo reconheceram a existência do problema e manifestaram a necessidade de políticas públicas antidiscriminatórias. Além do mais, em resposta à citada denúncia, o representante do governo anunciou a criação de uma Câmara sobre as Discriminações vinculada ao Conselho Nacional do Trabalho."* (Resoluções do 5º Congresso Nacional da CUT, 1994, p.136-137)

Mas foi somente no ano de 1995 que o governo brasileiro, muito pressionado pela OIT, criou um grupo de trabalho chamado "Grupo de Trabalho para Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação", formado por representantes do Poder Executivo, entidades sindicais e patronais, e foi vinculado ao Ministério do Trabalho. Sua finalidade foi definir um programa de ações que visasse combater a discriminação no emprego e na ocupação, propondo cronogramas, estratégias e órgãos de execução das ações. (MOEHLECKE, 2002)

Em 1993, a CUT realiza um seminário em Belo Horizonte – MG, para discutir e definir linhas de atuação e organizar uma pauta de luta contra o racismo no ambiente sindical. Este seminário foi um marco na luta contra a discriminação, pois combinou aspectos organizativos, de mobilização e planejamento de ações contra o racismo nas diversas Estaduais da CUT[39].

Outro marco na história da CUT e dos movimentos sociais negros foi a Marcha dos 300 anos da Imortalidade de Zumbi dos Palmares, realizada em Brasília, no ano de 1995, reunindo mais de 40 mil pessoas. O principal objetivo foi ampliar o debate sobre o racismo e fazer um protesto contra as péssimas condições em que vivia a maior parte da população negra. A Central participou ativamente da organização da marcha e esteve ao lado de diversas outras entidades negras, tais como: os Agentes de Pastoral Negros (APNs), a Central de Movimentos Populares, as Comunidades Negras Rurais, o Fórum Nacional de Entidades Negras, o Fórum de Mulheres Negras, o Movimento Negro Unificado, o Movimento pelas Reparações, a UNEGRO, entre outras entidades[40]. Sobre a marcha, MOEHLECKE (2002) dirá que,

> *"No âmbito do movimento negro, a Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, representou um momento de maior aproximação e pressão em relação ao Poder Público. O esforço no sentido de pensar propostas de políticas públicas para a população negra pode ser observado no Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, apresentado pelo movimento ao governo federal, e que inclui dentre suas sugestões: incorporar o quesito cor em diversos sistemas de informação; estabelecer incentivos fiscais às empresas que adotarem programas de promoção da igualdade racial; instalar, no âmbito do Ministério do Trabalho, a Câmara Permanente de Promoção da Igualdade, que deverá se ocupar de diagnósticos e proposição de políticas de promoção da igualdade no trabalho; regulamentar o artigo da Constituição Federal que prevê a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; implementar a Convenção Sobre Eliminação da Discriminação Racial no Ensino; conceder bolsas remuneradas para adolescentes negros de baixa renda, para o acesso e conclusão do primeiro e segundo graus; desenvolver ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes,*

[39] Disponível em: http://www.ufpe.br/negritude/images/documentacao/outros/djumbay/djumbay%20n11.pdf. Acesso em 23 jul 2013.
[40] Disponível em: http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PJOMASP10199500X.pdf. Acesso em 23 jul 2013.

> *à universidade e às áreas de tecnologia de ponta; assegurar a representação proporcional dos grupos étnicos raciais nas campanhas de comunicação do governo e de entidades que com ele mantenham relações econômicas e políticas"* (MARCHA ZUMBI, 1996).

Em seu blog pessoal, o dirigente sindical Marco Benedito[41]cita duas importantes conferências interamericanas sobre a temática racial, que teriam ocorrido nos anos de 1994 e 1995: uma, na Bahia; outra, nos Estados Unidos. Essas conferências teriam motivado a criação do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (INSPIR), no ano de 1995, entidade que conta com a presença da CUT e outras entidades sindicais e que tem assessorado o movimento sindical no enfrentamento das discussões raciais. Foi tarefa do INSPIR a construção do "Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho", lançado em outubro de 1999. A pesquisa possibilitou uma radiografia da situação da população negra no mercado de trabalho, potencializou o debate e serviu de subsídio para futuras cobranças, tanto do conjunto do movimento sindical como do Movimento Negro junto ao empresariado e ao governo.

Marco Benedito afirma ainda que o "Mapa da População Negra" foi importante inclusive na I Conferência Mundial Contra o Racismo, a Xenofobia e Todas as Formas Correlatas de Discriminação, realizada em Durban no ano de 2001, pois orientou as intervenções dos sindicalistas naquela conferência. O "Mapa da População Negra" teve lançamento realizado em diversos sindicatos e categorias da base da CUT. Marco Benedito destaca a paralisação na Fábrica da Mercedes Benz, em São Bernardo do Campo, como uma das ações mais significativas, pois o lançamento do "Mapa" ocorreu em meio a uma paralisação dos trabalhadores para discutir a temática racial.

Em relação aos movimentos sociais negros, PEREIRA (2008) afirma que a década de 1990 realmente representou um transbordamento das questões que envolviam a temática racial para outras organizações populares e sindicatos. A este momento o autor chamou de "*o Salto*". Assim ele o definiu:

> *"'O Salto' – as novas condições e resultados alcançados a partir do início da década de 90 – pode ter trazido ao Movimento Negro, de fato, a capacidade de servir como "transferidor de energia": de modo diferente talvez de como pretendem alguns grupos e militantes, algo como uma intervenção monolítica (ou pelo menos organizada e hierarquizada); mas na forma de uma 'sacudida' em todo o espectro das instituições e organismos da sociedade, através da nova postura e das proposições, cada vez mais numerosas e qualificadas, dos agentes da 'Luta Contra o Racismo'".* (PEREIRA, 2008, p.72)

O autor esclarece que, diferente das décadas anteriores, em que os movimentos negros eram vistos com desconfiança pelo sindicalismo, mesmo onde havia dirigentes sindicais negros, os anos 1990 representariam outro momento, marcando uma mudança. Pereira (2008) defende que essa desconfiança do movimento sindical em relação aos movimentos sociais

[41] Disponível em: http://asseplan.blogspot.com.br/2012_11_01_archive.html. Acesso em 23 jul 2013.

negros residiu, principalmente, na recorrente solicitação de apoio material e estrutural para realização de suas atividades. Segundo o autor, os sindicalistas não entendiam a penúria e a falta de profissionalização dos militantes do Movimento Negro. No entanto,

> *"Aos poucos, os partidos políticos, o Sindicalismo, o Movimento Comunitário, o Movimento Feminista e inúmeros setores religiosos, além de outras instituições da sociedade civil, passaram a incorporar militantes e o discurso da luta contra o racismo: era esse o termo mais comum quando se tratava de combater o preconceito, a discriminação racial e a desvalorização do negro e da cultura negra na sociedade brasileira."* (PEREIRA, 2008, p.118-119)

NOGUEIRA (1996) também concorda que os anos 1990 foram momentos decisivos na construção dessa relação entre a Central e o Movimento Negro:

> *"A década de 90 revelou o movimento negro e o movimento sindical como dois atores indispensáveis na busca das transformações estruturais no País. A combinação de estratégias de luta pode vir a ser a mais importante força no movimento social urbano neste início de século no Brasil."* (NOGUEIRA, 1996, p. 220)

A parceria desenvolvida entre a CUT e as entidades negras adentra os anos 2000. A 3ª Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas estava prevista para ocorrer entre os dias 31 de agosto e 7 de setembro de 2001, em Durban, na África do Sul. A definição da delegação brasileira deste encontro foi precedida de inúmeras conferências e encontros antirracismo em diversas partes do território nacional e a CUT esteve presente nessas articulações. A partir de 2001, com a Conferência de Durban, é recolocada a discussão sobre a necessidade de políticas públicas para combater o racismo. Para ALBERTI e PEREIRA (2007):

> *"A questão das cotas e, de forma mais ampla, das ações afirmativas é, com certeza, uma novidade com um vasto potencial de mudança social, que incide não apenas sobre as possibilidades de estudo e trabalho de afrodescendentes, mas sobre as representações que a sociedade brasileira produz sobre si mesma, em especial as camadas média e alta, pouco acostumadas a conviver de forma igualitária com pretos e pardos. Nesse sentido, a discussão provocada pela frase incluída no documento de Durban é profícua e bem-vinda."* (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 159)

É nesse contexto que as ações afirmativas passam a constar na agenda nacional. Outro reflexo desse momento é a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) em 2003. Novos pactos de combate ao racismo são estabelecidos. No cenário político nacional era o fim do ciclo conhecido como "Era FHC", com a conclusão dos dois mandatos consecutivos do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Nada mais significativo que o presidente Lula ter como um dos primeiros atos presidenciais, a assinatura da Lei 10.639/2003, que alterou a LDB 9.394/1996 e incluiu no currículo oficial da rede de ensino pública e privada a disciplina de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Em 2003, a criação da SEPPIR também pode ter sido considerada um

sinal concreto de que o governo federal havia assumido como tarefa do Executivo uma ação articulada de combate ao racismo, evocada pelas entidades negras desde as décadas anteriores.

Em agosto de 2008, na 12ª Plenária Nacional da CUT Nacional, a Central altera seu estatuto e aprova a criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR/CUT). Tal iniciativa parece refletir a vontade da entidade em ter um projeto político específico para a temática racial na área sindical. Precisamos lembrar que a criação de uma secretaria na estrutura burocrática da CUT requer, além de uma alteração estatutária, um mínimo de planejamento orçamentário, pois parece natural que a nova secretaria contrate assessores, encomende trabalhos e pesquisas, use telefone, computadores, necessidade de energia elétrica, produza materiais, desloque pessoas para participação em encontros, seminários e eventos de maneira geral. Enfim, deste ponto de vista, a criação de uma nova secretaria indica gastos, aporte financeiro para a sustentação das políticas que serão implementadas. Para dar um exemplo, além de a plenária deliberar pela criação da SNCR/CUT, saiu do encontro um indicativo para que as CUTs estaduais criassem também secretarias na sua estrutura burocrática direcionadas à questão racial e de combate ao racismo. Provavelmente, uma das tarefas que o dirigente responsável pela SNCR/CUT teve foi visitar os estados, debater com as diretorias estaduais a necessidade de seguir a orientação da CUT Nacional, tentando garantir aquilo que foi deliberado na Plenária Nacional. Desta forma, podemos ter uma pequena amostra do volume dos custos que envolvem a organização de uma secretaria[42].

No final do ano de 2012, a CUT divulgou o que parece ser uma renovação do compromisso da entidade com a temática racial e fez um breve balanço das atividades realizadas. Intitulado “Balanço 2012: Combate ao racismo e à desigualdade foram pautas permanentes da CUT”, a matéria se encontra no site da CUT[43] e diz que,

> *“Sendo protagonista de todas as iniciativas que visam à igualdade de etnia e raça no mundo do trabalho, a SNCR tem se desdobrado em sua atuação em todo o território nacional.*
> *Os desafios da CUT no que tange a questão racial são imensos. A ferrenha oposição dos setores conservadores da sociedade exige da SNCR, ou seja, da CUT, um posicionamento firme na defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras classificados como não-brancos.*
> *É fundamental, portanto, fortalecer a intervenção da Central nos espaços de negociação das ações afirmativas e na defesa do sistema de cotas.*
> *Tem sido intensa a atuação da CUT no combate ao racismo a partir das atividades realizadas por suas Secretarias Estaduais, coordenados com a Secretaria Nacional, o que tem potencializado a pressão na perspectiva de construirmos uma sociedade sem discriminação.*
> *A Secretaria Nacional de Combate ao Racismo da CUT neste ano de 2012 articulou os Ramos e as Secretarias Estaduais no Seminário Nacional realizado em São Paulo nos dias 26 e 27 de abril para debater e encaminhar as propostas de interesse do conjunto*

[42] Disponível em: http://www.cutsp.org.br/noticias/2012/12/26/combate-ao-racismo-e-a-desigualdade-foram-pautas-permanentes-da-cut. Acesso em 23 jul 2013.
[43] Disponível em: http://www.cut.org.br/acontece/22836/balanco-2012-combate-ao-racismo-e-a-desigualdade-foram-pautas-permanentes-da-cut. Acesso em 23 jul 2013.

> *dos trabalhadores da Central, para de forma coletiva pensar propostas e ações a serem apresentadas nos Cecuts e no 11º CONCUT.*
> *De nossa parte, acreditamos que demos um passo importante nesse sentido com a criação da Secretaria de Combate ao Racismo da CUT. Não se trata apenas de uma medida administrativa, ela é fruto do acúmulo de milhares de militantes que se dedicaram, no interior da CUT e do movimento sindical, a pautarem as questões étnicas e raciais na luta da classe trabalhadora. Essa atual conquista não se daria sem a valiosa contribuição de todos e todas que construíram a CNCDR ao longo desses anos.*
> *Na realidade, faz parte do programa da SNCR conscientizar os dirigentes sindicais que as desigualdades de oportunidades e de tratamento são frutos das nossas origens históricas baseadas na exploração do trabalho escravo e que é um desafio a ser enfrentado pela Secretaria e pelo conjunto da Central Única dos Trabalhadores.*
> *Várias foram as atividades em que a SNCR participou e organizou:*
> *- Encontro Nacional de Gênero e Raça em Salvador, Bahia, organizado pela FENADADOS, no dia 7 de Março;*
> *- Presença na posse da Nova Diretoria do INSPIR, nesta gestão a CUT retornou à presidência;*
> *- Participação efetiva na Rio +20, nos dias 11 a 23 de Junho, no Rio de Janeiro, RJ;*
> *- Presença na posse da Nova Diretoria do Solidarity Center no dia 13 de Abril em São Paulo, SP;*
> *- Participação no Seminário "Convenção 189 da OIT" nos dias 14 e 15 de Maio em Brasília, DF.*
> *A Secretaria tem assento permanente no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que se reúne em Brasília, na SEPPIR."* (site da CUT)

Chama especialmente a nossa atenção a preocupação que a SNCR/CUT tem quanto à necessidade de "conscientizar" seus dirigentes sindicais para as questões raciais. Porque esta "conscientização" é ainda necessária entre as lideranças sindicais? Diante do acúmulo das discussões, das atividades e lutas realizadas pela Central em conjunto com entidades negras, porque alguns sindicalistas ainda "não se sensibilizaram" para esta pauta? Apesar de considerarmos um avanço para a luta contra o racismo a aproximação entre esses dois movimentos, ao longo dos últimos 40 anos, o que faltaria para a "conscientização" dos companheiros sindicalistas?

Verificamos ainda que no último congresso da Central, o 11º CONCUT – Liberdade e Autonomia Sindical, realizado em 2012, existe apenas um parágrafo que se refere especificamente à questão racial. Com o subtítulo "Combate à Discriminação Racial", o parágrafo diz que,

> *"A CUT deverá incluir na sua agenda permanente a data magna do povo negro brasileiro, 20 de novembro, para que as Estaduais da CUT, sindicatos filiados, federações e confederações façam neste dia comemorações e eventos em homenagem a Zumbi dos Palmares, como também promover denúncias de todo e qualquer tipo de preconceito e discriminação. É necessário priorizar ações de conscientização e discussão da igualdade de oportunidades no emprego, a aplicação da Convenção 111 da OIT e a inserção de cláusulas de igualdade de oportunidades nos acordos coletivos de trabalho."* (Caderno de Resoluções do 11º CONCUT, 2012)

Notamos que, novamente, a questão referente à "conscientização" vem à tona. Frente a este problema, que parece ser, atualmente, um dos maiores entraves internos encontrados no debate contra o racismo no âmbito das lutas sindicais, ressaltamos a existência de somente

haver um único parágrafo relativo à questão. Em se tratando de um documento produzido em um congresso da CUT, maior instância de deliberação da Central, podemos então supor que o tema não está recebendo o tratamento devido?

Talvez, por isso, haja tanta preocupação com a “conscientização”, seja por parte dos próprios dirigentes, expressa no balanço 2012, seja por parte dos trabalhadores de maneira geral, expresso no “Caderno de Resoluções do 11º CONCUT”. Considerando isoladamente este documento, o modesto parágrafo possa ser percebido como um sinal de alerta, mostrando que a Secretaria Nacional de Combate da CUT ainda tem um grande desafio pela frente, principalmente no que diz respeito à tarefa de conscientização dos seus próprios dirigentes sindicais.

Podemos verificar, neste capítulo, que a CUT participou ativamente de muitos momentos marcantes no combate ao racismo e no acesso e garantia dos direitos da população negra, ao lado dos movimentos sociais negros. Houve ainda um trânsito de pessoas que cumpriram uma dupla militância política: a sindical e a negra, atuando como canais entre os dois movimentos. Campanhas e ações políticas foram realizadas, diálogos foram travados, pensamentos foram disputados. E o debate teórico raça/classe produzido pela academia e pelos intelectuais? O que disseram sobre ele? É o que veremos no capítulo a seguir.

Capítulo II - Raça/Classe: Um Debate Teórico Inconciliável?

> *"No entanto, mesmo diante de todos os avanços e conquistas alcançados principalmente após a participação dos militantes antirracismo da CUT no III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban no ano de 2001, e da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República em 2003, não podemos afirmar que o grau de entendimento da importância do combate ao racismo, seja totalmente linear no interior da CUT. Pois sabemos, que uma central de trabalhadores, assim como todas as organizações brasileiras, tende a refletir e até mesmo em determinadas circunstâncias, reproduzir, os males existentes na sociedade, e isto naturalmente, também ocorre em relação ao racismo e a outros tipos de preconceitos arraigados na população brasileira."*[44]

A fala acima é do sindicalista Marcos Benedito da Silva, militante sindical que participou do CONCLAT de 1983, congresso esse que criou a Central Única dos Trabalhadores. Em seu blog pessoal Marcos Benedito informa que já esteve na direção do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região (SEEB/SP) e na Confederação Nacional dos Bancários (CNB/CUT) que, posteriormente, passou a ser denominada Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF/CUT). Ele representou a CUT na presidência do Instituto Sindical Interamericano Pela Igualdade Racial (INSPIR), que congrega cinco centrais sindicais (CUT, Força Sindical, UGT, CSA e AFL-CIO), coordenou a Comissão Nacional Contra a Discriminação (CNCDR/CUT), que culminou com a criação da Secretaria Nacional Contra a Discriminação Racial da CUT (SNCDR/CUT), exerceu a função de conselheiro no Conselho Nacional da Promoção da Igualdade Racial da SEPPIR, e participou da coordenação da Conferência Nacional pela Promoção da Igualdade Racial que resultou no Plano Nacional da Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), e fez parte da delegação brasileira que debateu o Tratado de Durban em Genebra. Atualmente é um dos coordenadores da REDEAFRO, uma organização em defesa das religiões afro-brasileiras.[45]

O histórico da atuação política deste dirigente sindical cutista não deixa dúvidas quanto ao seu comprometimento em relação à discussão das questões raciais no Brasil, da população negra no mercado de trabalho e na luta do povo negro. Portanto, a fala que abre este capítulo é bem significativa para ilustrar o a complexidade do tema que passaremos a abordar.

O conceito de raça teve sua origem através de uma fundamentação biológica, das ciências naturais, dentro do paradigma de raça inferior e raça superior, reforçado através dos estudos e pesquisas de diversos cientistas e dentre eles, Nina Rodrigues[46]. Influenciado pelo

---

[44] Blog pessoal do sindicalista Marcos Benedito. Disponível em: http://asseplan.blogspot.com.br/2012_11_01_archive.html. Acesso em 27 jul 2013.
[45] Idem. Acesso em 27 jul 2013.
[46] Médico e professor de Medicina Legal, disciplina da Faculdade de Medicina da Bahia, o Dr. Nina Rodrigues foi um dos maiores expoentes da eugenia no Brasil. Em 1899, publicou "Mestiçagem, Degenerescência e Crime", seguida de tantas outras que

gobinismo[47], Nina Rodrigues reforçou a ideia de que, através de pesquisas de medição do crânio, a população negra era uma espécie humana inferior e que a mistura racial no Brasil é uma degeneração, um mal a ser combatido.

Ainda que atualmente as ciências naturais afirmem que a humanidade tenha origem única e que, portanto, exista somente uma raça - a humana -, no âmbito das ciências sociais e humanas esse debate continua a gerar muita polêmica. Para nós, a ideia de raça é compreendida como uma construção social presente no nosso imaginário social e atuante nas nossas relações cotidianas. Segundo HALL (2009),

> *"(...) raça é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja – o racismo. Todavia, como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria. Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza."* (HALL, 2009, p.69)

De um lado, "homens da ciência" produziram trabalhos acadêmicos, principalmente nos campos da Biologia e da Etnografia, tendo como principal inspiração as teorias darwinistas. É daí que a ideia da hierarquização das raças se constitui. Essas ideias chegaram ao Brasil ainda na década de 1870 e aqui encontraram um terreno fértil diante dos desafios que representavam para as nossas elites a formação de uma mão de obra livre, egressa de séculos de escravidão negra. SCHWARCZ (1993) nos apresenta duas escolas do pensamento científico desta época,

> *"Segundo os evolucionistas sociais, os homens seriam "desiguais" entre si, ou melhor, hierarquicamente desiguais, em seu desenvolvimento global. Já para os darwinistas sociais, a humanidade estaria dividida em espécies para sempre marcadas pela "diferença", e em raças cujo potencial seria ontologicamente diverso. Assim, nesse contexto e com o amadurecimento do debate, dois grupos mais claramente delineados podem ser reconhecidos. De um lado, congregados em torno das sociedades de etnologia, estariam os etnólogos sociais (também chamados de evolucionistas sociais ou antropólogos culturais), adeptos do monogenismo e da visão unitária da humanidade. De outro, filiados a centros de antropologia, pesquisadores darwinistas sociais, fiéis ao modelo poligenista e à noção de que os homens estariam divididos em espécies essencialmente diversas."*(SCHWARCZ, 1993)

A autora esclarece que os nossos primeiros doutores da ciência tiveram na sua gênese a formação de uma classe intelectual forjada pela chegada da família Real portuguesa no Brasil em 1808, vindo se consolidar por volta de 1822, com a proclamação da independência, momento em que a formação do "povo brasileiro" era tema dos principais centros de debates políticos e grande preocupação da elite. Era o momento de construir a nação brasileira. SCHWARCZ (1993) afirma que esses professores, médicos, políticos, juristas e intelectuais,

---

buscavam comprovar a sua tese sobre a degenerescência do negro e do mestiço e das suas tendências ao crime. RODRIGUES, Nina. Métissage, dégénérescence et crime. In.: *Archives d'anthropologiecriminelle*. Lion, 1889.

[47] CONDE DE GOBINEAU (1816-1882), escreveu a obra *Ensaio sobre as desigualdades das raças humanas* publicado no ano de 1854. Gobineau, Comte de. *Essaisurl'inégalitédesRacesHumaines*. (1a ed. 1854). Paris: Firmin-Didot & Cie., 1940.

não foram meros receptores e reprodutores dos saberes científicos estrangeiros. Eles atuaram sobre esses conhecimentos adaptando-os ao contexto nacional. (SCHWARCZ, 1993)

Para ilustrar este ponto, traremos o exemplo de José de Bonifácio de Andrade e Silva[48], que atuando como organizador do ministério brasileiro escreveu *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura*, a qual foi encaminhada em 1823 aos constituintes, deixando claro que, em sua opinião, a superação da "heterogeneidade física e civil" da população só seria possível mediante a extinção lenta e gradual da escravidão. Para isso, tornava-se necessário colocar alguns empecilhos ao livre comércio de escravos africanos para o país, pois para BONIFÁCIO,

> *"Esta população escrava, longe de dever ser considerada como um bem é certamente grande mal. Estranho aos interesses públicos, sempre em guerra doméstica com a população livre, e não poucas vezes apresentando no moral o quadro físico dos vulcões em erupção contra as massas que reprimem sua natural tendência: gente que quando é preciso defender honra, fazenda, e vida, é o inimigo mais temível existindo domiciliada com as famílias livres."* (José Bonifácio de Andrade e Silva, Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura, 1840, p.V, pp.3-5)

Não bastassem os perigos representados por este temível inimigo doméstico, Bonifácio dizia que a imoralidade dos negros impregnava a sociedade. Para ele, o mau exemplo que os escravos ofereciam diariamente por seus vícios explicavam-se pelo estado de coação, violência e miséria em que viviam. Esse era o pensamento de um homem liberal que repercute ainda hoje. Por mais contraditório que ele possa parecer, o negro é vítima e algoz da própria escravidão que o subjugou. Para além da argumentação típica do pensamento liberal da época, é preciso lembrar que os reformuladores do século XIX também estiveram às voltas com estas questões que envolviam "raças humanas" e "aptidões naturais". A convergência do liberalismo com o racismo fica explícita, principalmente, na segunda metade do século XIX, quando um posicionamento favorável ao processo de imigração começa a se formar no Brasil. A associação entre os "males da escravidão" e a "inferioridade racial do negro" e sua incapacidade de responder positivamente ao trabalho livre foi um pensamento político-científico predominante na época. (AZEVEDO, 1987)

Em 1881, o médico francês LOUIS COUTY (1854-1884), professor da Escola Politécnica e do Museu do Rio de Janeiro, estudioso da disciplina "Biologia Industrial", debruçou-se sobre a realidade brasileira e diagnosticou que o Brasil vivia um momento de crise devido ao que ele chamou de "irracionalidade da escravidão". Para o professor, o desenvolvimento do país rumo ao progresso e à verdadeira riqueza só seriam retomados quando formássemos um povo inteligente, ativo, produtivo, oriundo das populações avançadas da Europa, leia-se branco. Do contrário, o país permaneceria velho, atrasado, colonial,

[48] Mais informações sobre José do Bonifácio, disponível em: http://www.obrabonifacio.com.br/bibliografia/. Acesso em 23 jul 2013.

estagnado, com uma população amorfa e de reduzido desenvolvimento mental se permanecesse utilizando a mão de obra escrava, leia-se negra. (COUTY, 1881)

Com o processo da Abolição do trabalho escravo em 1888, as perguntas sobre os destinos do Brasil e a sua população imensamente negra permaneciam. O que fazemos com os negros? Como uma mão de obra que até ontem foi escrava poderia ser capaz de nos levar à industrialização e ao desenvolvimento? Estas perguntas estiveram no centro dos muitos debates da nossa elite brasileira e dos nossos intelectuais e estudiosos que se debruçaram sobre ela. (AZEVEDO, 1987)

Projetos sobre a importação de trabalhadores livres e brancos foram, sem dúvidas, idealizados e realizados pelas nossas elites. O imigrante branco foi visto como verdadeira salvação, pois além de efetivamente vir para o labor nas indústrias e campos, ainda "clarearíam" a nossa população. O negro, considerado intelectualmente incapaz de trabalhar na indústria, carregava sobre si o peso moral da escravidão, por pertencer a uma "raça inferior" não saberia trabalhar em regime de liberdade, pois possuía defeitos incontornáveis de origem racial: a tendência à vadiagem, a falta de energia, a indisciplina, a propensão ao crime, o alcoolismo, e o baixo nível mental. (AZEVEDO, 2004)

Por volta dos anos 30, novamente o debate racial passaria por modificações. Artes e literatura estariam inseridas no contexto social. *Casa Grande & Senzala*, obra de Gilberto Freyre produzida em 1933, apresentaria uma visão culturalista favorável à integração do negro e do indígena na sociedade brasileira. Ao contrário de Nina Rodrigues que via o negro e o mestiço como "degenerescência", Freyre atribuía à mestiçagem um valor positivo, exaltando a convivência harmônica entre brancos, negros e indígenas.

Para MUNANGA (2004), no entanto, esse falso sentimento de harmonia racial propagado pelo mito da democracia, dificultou a constituição de uma identidade da população negra, indígena e mestiça, pois

> *"O mito de democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade."*(MUNANGA, 2004, p. 77)

Segundo GUIMARÃES (2006), o termo Democracia Racial, cuja origem e disseminação têm intrigado muitos estudantes das relações raciais no Brasil, nunca foi encontrado em nenhuma obra de Gilberto Freyre. Nas palavras de GUIMARÃES (2006),

> *"Ao que parece o termo foi usado pela primeira vez por Arthur Ramos (1943), em 1941, durante um seminário de discussão sobre a democracia no mundo pós-fascista. Roger Bastide, num artigo publicado no Diário de S. Paulo em 31 de março de 1944, no qual se reporta a uma visita feita a Gilberto Freyre, em Apipucos, Recife, também usa a expressão, o que indica que apenas nos 1940 ela começa a ser utilizada pelos*

> *intelectuais. Teriam Ramos ou Bastide cunhado a expressão ou a ouvido de Freyre? Provavelmente, trata-se de uma tradução livre das ideias de Freyre sobre a democracia brasileira. Este, como é sabido, desde o meado dos 1930, já falava em "democracia social" com o exato sentido que Ramos e Bastide emprestavam à "democracia racial"; ainda que, nos seus escritos, Gilberto utilize a expressão sinônima "democracia étnica" apenas a partir de suas conferências na Universidade da Bahia, em 1943. Na literatura acadêmica, a expressão só aparece alguns anos mais tarde. "O Brasil é renomado mundialmente por sua democracia racial", escrevia Wagley, em 1952, na "Introdução" ao primeiro volume de uma série de estudos sobre relações entre negros e brancos no Brasil, patrocinados pela UNESCO. Ao que parece, Arthur Ramos, Roger Bastide e, depois, Wagley introduziram na literatura a expressão que se tornaria não apenas célebre, mas a síntese do pensamento de toda uma época e de toda uma geração de cientistas sociais."* (GUIMARÃES, 2006, p.1,2)

A "democracia racial" se constituiu num mito tão eficiente que a Frente Negra[49] brasileira, nascida em 1931 e importante movimento político realizado pelos negros, não conseguiria perceber nem questionaria o uso, ou mesmo a própria ideia embutida no termo. Sobre esta questão, GUIMARÃES (2006) cita que em 1942, o presidente da *União Nacional dos Homens de Cor*, Manoel Passos, enviaria uma "Mensagem aos Negros Americanos" criticando as mazelas sociais vividas pela população negra no país. Para Manoel, a situação de "degenerescência" que vivia a população negra ocorria porque não se davam aos negros a possibilidade de instrução escolar. Sem instrução, o negro não tinha oportunidade de sair da situação de miséria que vivia. Abandono, costumes arcaicos e falta de instrução seriam responsáveis pela situação de penúria que vivia a população negra. A Frente Negra, naquela época, não conseguiria fazer nenhuma relação entre cor e situação social dos negros. Segundo MUNANGA (2004),

> *"Esse movimento, transformado em partido político em 1936 e interditado no ano seguinte, como todos os outros partidos políticos do país pela ditadura de Getúlio Vargas, e todos os demais movimentos negros que apareceram e desapareceram entre 1945 e 1970 (por ex.: Primeira Convenção Nacional do Negro, Teatro Experimental do Negro) estavam preocupados em dar ao negro uma nova imagem, semelhante àquela proposta pela ideologia de "democracia racial". Todos escolheram a escola e a educação como campo de batalha. Pensavam eles que o racismo, filho da ignorância, terminaria graças à tolerância proporcionada pela educação. Corolário: era o próprio negro, vítima designada pelo racismo, que devia se transformar para merecer a aceitação dos brancos. Por isso, ele devia renunciar a viver na promiscuidade, na preguiça e na autodestruição. Resumidamente, a educação, a formação e a assimilação do modelo branco forneceria as chaves da integração."* (MUNANGA, 2004, p.92)

Nos anos 1940, o termo "democracia racial" seria amplamente utilizado pelos militantes negros. Na época, Abdias Nascimento, no Jornal *O quilombo* escreveria artigos referentes ao tema, junto com Florestan Fernandes, Roger Bastide e Arthur Ramos, dentre outros. Em discurso proferido por conta do I Congresso do Negro Brasileiro, em 1950, Abdias diria que o país caminhava pra uma "doutrina da democracia racial" muito bem traçada desde o princípio da nossa colonização, que a miscigenação seria marca do nosso processo histórico, e que nós,

[49] Ver BERGMAN, Michel. Nasce um povo. 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 1972, p.23.

brasileiros, caminhávamos para “dar uma lição”de civilidade ao mundo. A “democracia racial”, portanto, seria vista como um “ideal” a ser alcançado e valorizado. (GUIMARÃES, 2006)

Esta ideia da “democracia racial” seria devidamente apropriada no pós-64, pois rompida a democracia de fato, restava a democracia racial para unir os brasileiros, numa amálgama branca, negra e indígena convertida assim em um mosaico de cores. Esta “idealização da democracia racial” se converteria no “mito da democracia racial”. Seria Florestan Fernandes o primeiro a perceber que o discurso do “mito” (da amálgama) estaria sendo manipulado pela minoria da população, a elite (branca) brasileira, sobre a maioria, a população negra com o interesse de mantê-la submetida como teria sido há séculos no Brasil. Assim, Florestan denunciaria o “mito da democracia racial”. (GUIMARÃES, 2006)

Se antes, num passado escravagista, um branco jamais seria um escravo, agora, na sociedade capitalista, o negro poderia pertencer à mesma classe social de um branco. Segundo ele,

> *“A incapacidade do ajustamento econômico dos negros impediu que eles se localizassem coletivamente nas posições sociais conspícuas, o que acarretou uma situação muito parecida à que existia na ordem senhorial, nas relações entre negros e mestiços libertos com os brancos. Daí a seleção e a perpetuação de representações sociais e de expectativas ou padrões de comportamento cuja sobrevivência parece incompatível com a nova condição civil dos indivíduos de cor, e com a organização das sociedades de classes em emergência.”* (FERNANDES, 1955, p. 110)

Para FLORESTAN FERNANDES (1955), se não existiam na legislação brasileira leis baseadas na questão racial, ou seja, não existiam barreiras jurídicas que impossibilitassem, ou não impedissem a ascensão do negro na escala social, caberia somente a ele competir com o branco por um lugar na sociedade. Daí, a própria estrutura capitalista acabaria por romper o “isolamento” social do negro nas classes sociais mais baixas da sociedade, permitindo a sua ascensão.

Florestan Fernandes pertencia à Escola de Sociologia e Política de São Paulo junto com Otávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Produziu importantes trabalhos, muitos dos quais com recursos disponibilizados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)[50]. É necessário ressaltar que esses estudos com financiamento da UNESCO estavam interessados em compreender as relações raciais no Brasil, em comparação à segregação racial que ocorria nos Estados Unidos. De modo geral, estes estudos apontariam para a existência de uma discriminação baseada na cor da pele. Como podemos observar na fala de FERNANDES (1965):

> *“A Abolição não afetou, apenas, a situação do escravo. Ela também afetou a situação do ‘homem livre de cor’. Na verdade, a Abolição constitui um episódio decisivo de uma revolução social feita pelo branco e para o branco. Saído do regime servil sem condições para se adaptar rapidamente ao novo sistema de trabalho, à economia urbano-comercial*

[50] Sobre este assunto ver MAIO, Marcos Chor. 1997. *A História do Projeto Unesco. Estudos Raciais e Ciências Sociais no Brasil*, Rio de Janeiro, IUPERJ, tese doutorado.

> *e à modernização, o homem de cor viu-se duplamente espoliado. Primeiro, porque o ex-agente de trabalho escravo não recebeu nenhuma indenização, garantia ou assistência; segundo, porque se viu, repentinamente, em competição com o branco em ocupações que eram degradadas e repelidas anteriormente, sem ter meios para enfrentar e repelir essa forma sutil de despojamento social."* (FERNANDES, 1965, p.53)

FLORESTAN FERNANDES (1965) concluiria que à medida que as condições de vida e o ganho dos brasileiros fossem se elevando, aumentaria também a profissionalização dos negros e a sua efetiva participação nos setores industriais. Tal processo favoreceria um "encontro" entre brancos e negros no mercado de trabalho e possibilitaria a integração e a ascensão do negro às classes sociais vigentes na sociedade. Sobre este assunto FERNANDES (1965) dirá,

> *"No entanto, o referido fenômeno constitui uma manifestação pura de mobilidade social vertical e possui enorme importância sociológica. Ele evidencia não só como estão se transformando as reações da "população de cor" à ordem social competitiva; demonstra, também, como se manifestam as propensões desta em se tornar aberta às impulsões de ascensão social de uma categoria racial que ficara à margem de nossa "revolução burguesa". Ao que parece, tendem a se diluir ou a desaparecer, pelo menos no nível da proletarização, certas barreiras que impediam ou dificultavam a classificação social do negro e do mulato."* (FERNANDES, 1965, p. 190)

IANNI (2004) também buscaria compreender a participação dos negros na formação da sociedade brasileira, e identificava na população negra um potencial revolucionário. Segundo ele, o preconceito racial seria um instrumento de dominação que, somado ao preconceito de classe, geraria discriminação, intolerância, desigualdades de acesso aos direitos sociais, políticos, jurídicos e culturais, além da violência em suas diversas formas de manifestação. Ianni defenderia a seguinte tese:

> *"[...] a raça e a classe são constituídas simultânea e reciprocamente na dinâmica das relações sociais, nos jogos das forças sociais. Essa é a fábrica da dominação e alienação que pode romper-se, quando uns e outros, assalariados de todas as categorias, simultaneamente negros e brancos, em suas múltiplas variações, compreendem que a sua emancipação implica a transformação da sociedade: desde a sociedade de castas à de classes, desde a sociedade de classes à sociedade sem classes. Na sociedade sem classes, todos podem realizar-se como pessoas, indivíduos e coletividades. As diversidades não se transformam em desigualdades, distintas modalidades de alienação. Os distintos traços fenotípicos não se transformam em estigmas. Ao contrário, as diversidades de todos os tipos participam da formação, conformação e transformação policrônica e polifônica da sociedade"* (IANNI, 2004, p. 147).

Portanto, na medida em que o negro se integrasse na chamada "sociedade de classes", o racismo tenderia a ganhar força, pois segundo este pensamento a raça ganharia importância numa sociedade capitalista norteada por critérios econômicos no preenchimento das posições de classe. Ocorrendo uma revolução que superasse o capitalismo e superasse as classes sociais, esta nova sociedade emergente não mais precisaria se utilizar de arranjos de submissão. Mesmo reconhecida, a diversidade deixaria de fomentar disputas entre os diversos:

brancos, negros e mestiços, conformando um ambiente de transformação (para melhor) desta sociedade.

Este pensamento foi gestado por Otavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso no ano de 1960, a partir da pesquisa[51] sobre as relações raciais e a mobilidade social na cidade de Florianópolis. O preconceito de cor e a discriminação racial não só existiam e eram expressos com razoável espontaneidade, como se sobrepunham, contribuindo para a preservação da "ordem escravocrata". A cor da pele e fenótipo teriam articulado a naturalização das desigualdades entre negros e brancos, permitindo a manutenção do da hierarquia racial que regiam as relações entre os senhores e os escravos, mesmo após a Abolição. Negros permaneceriam prestando os mesmos serviços para os quais a ideologia racial os considerava "naturalmente" adequados, apenas em condições diferentes.

Uma virada nos estudos referentes à raça/classe seria dada pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e pelo do Centro de Estudos Afro-asiáticos da Universidade Cândido Mendes, tendo o professor Carlos Hasenbalg como um dos principais representantes. (OLIVEIRA & SACRAMENTO, 2010)

A perspectiva inaugurada por HASENBALG (1979) apontaria o racismo como um elemento primordial nas relações de trabalho e produção. Na sociedade contemporânea capitalista o lugar reservado ao negro no mercado de trabalho seria diferente do lugar ocupado pelo branco, por meio de uma posição inferiorizada, uma posição que refletiria numa hierarquização do trabalho por conta da questão racial e do racismo no Brasil.

HASENBALG (1979) considerou que o racismo manteria os negros condenados há permanecer nas camadas mais pobres da sociedade, havendo uma desvantagem da população negra em relação à população branca no modelo capitalista. Partindo do método de observação, ele verificou que a cada nova geração, a proporção de negros partindo de baixo era maior que a de brancos, ou seja, os negros efetivamente não conseguiam realizar uma escalada social, ficando "congelados" na mesma classe. A segunda verificação é referente ao racismo e ao impacto dele nas oportunidades e na mobilidade social a partir da qual se constatou que as diferenças seriam de várias ordens e envolveriam habilidades profissionais, acesso à educação, e mesmo aspirações, pois se insere aí a internalização da inferioridade social preconizada pela ideologia racial, que restringe os desejos e os objetivos dos indivíduos do grupo discriminado.

Para o pesquisador, graças à ideologia racial, a tendência seria a negação da discriminação e do preconceito, que levaria a uma espécie de "acomodação das tensões raciais". Essa "acomodação" é que permitiria a existência do "mito da democracia racial" e mascararia uma situação de imobilidade social, encerrando negros e mestiços nos estratos

[51] CARDOSO, F. H.; IANNI, O. Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. (Coleção Brasiliana, v. 307).

inferiores da sociedade. Para HASENBALG (1979), a ideologia racial seria tão eficaz que não era nem preciso a mobilização dos brancos para garantir seus privilégios. Em sua opinião,

> *"Em suma, a raça, como traço fenotípico historicamente elaborado, é um dos critérios mais relevantes que regulam os mecanismos de recrutamento para ocupar posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. Apesar de suas diferentes formas (através do tempo e do espaço), o racismo caracteriza todas as sociedades capitalistas multirraciais contemporâneas. Como ideologia e como conjunto de práticas cuja eficácia estrutural manifestasse numa divisão racial do trabalho, o racismo é mais do que reflexo epifenomênico da estrutura econômica ou um instrumento conspiratório usado pelas classes dominantes para dividir os trabalhadores. Sua persistência histórica não deveria ser explicada como mero legado do passado, mas como servindo aos complexos e diversificados interesses do grupo racialmente supra ordenado no presente."* (HASENBALG, 1979, p.118)

É HASENBALG (1979) que vai discordar de FERNANDES (1965) quanto à possibilidade de uma "integração total" (e real) dos negros na sociedade. O preconceito e a discriminação não seriam vencidos pela simples "chegada dos negros nas classes mais altas". A crítica de HASENBALG (1979) em relação a FERNANDES (1965) residia em considerar que o racismo poderia ser banido da nossa sociedade quando negros e mulatos alcançassem posições de classe equivalentes àquelas ocupadas por brancos, numa "democracia racial autêntica"[52]. FERNANDES (1965) acreditava na gradativa transformação das relações raciais no Brasil, à medida que o modelo econômico fosse sofrendo mudanças de um perfil arcaico para outro, mais moderno e democrático. HASENBALG (1979), através da sua pesquisa e análise, mostraria que o racismo e as desigualdades não só persistiriam, mas aumentariam, em grande parte, devido à discriminação, o preconceito, e às ideais racistas que continuariam vivas. O "mito" da democracia racial, apesar de denunciado, permaneceria atuando na sociedade brasileira, e o preconceito racial e a discriminação, articulados com a exploração de classes, seriam constitutivos da modernidade (HASENBALG, 1979).

Sobre uma suposta identidade mestiça brasileira, reconhecida mundialmente através do "mito da democracia racial", e sobre o debate que a cerca, MUNANGA (2004) irá considerar que se trata de:

> *"[...] uma nova sutileza ideológica para recuperar a ideia de unidade nacional não alcançada pelo fracasso do branqueamento físico. Essa proposta de uma nova identidade mestiça, única, vai na contramão dos movimentos negros e outras chamadas minorias, que lutam para a construção de uma sociedade plural e de identidades múltiplas."* (MUNANGA, 2004, p.16)

Assim, o "mito da democracia racial" permaneceria sendo um impedimento para o efetivo exercício da cidadania. Ele encobriria os conflitos raciais, impossibilitando que mulheres

[52] Sobre isso ver o caso do menino de 7 anos, expulso de uma concessionária luxuosa no Rio de Janeiro. A criança, negra, chegou acompanhada de seus pais, brancos, que estavam interessados em comprar um carro. A criança afastou-se de seus pais quando foi abordada por um funcionário da loja que teria lhe dito: "Aqui não é lugar pra você. Saia da loja!". O funcionário alegou que teria "confundido" a criança, com uma "criança de rua". Disponível em: http://oglobo.globo.com/rio/estado-vai-pedir-que-caso-de-menino-negro-expulso-de-concessionaria-seja-investigado-criminalmente-7400016 . Acesso em 31 jul 2013.

e homens enxergassem a dissimulação das desigualdades raciais e sociais, mantendo parcela significativa da população excluída dos bens materiais e culturais a que teriam direito. Sendo raça um dos elementos estruturantes da sociedade (STUART HALL,2009), e ganhando outros significados no decorrer do tempo, com a classe social ocorreria processo semelhante. A contribuição de Karl Marx para a construção do conceito de "classe social" surge da identificação e localização social das classes sociais a partir das relações de produção. No epílogo de *O Capital*, MARX (1984) identifica a existência de três classes sociais, sendo elas:

> *"Os proprietários de simples força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terras, cujas respectivas fontes de receitas são o salário, o lucro e a renda do solo, ou seja, os operários assalariados, os capitalistas e os latifundiários, formam as três grandes classes da sociedade moderna, baseada no regime capitalista de produção."* (MARX, 1984, p. 99)

Dessa forma podemos verificar que os homens se estabeleceriam em torno da propriedade e das relações em torno da disputa entre as classes sociais, tendo em vista a geração e apropriação dos excedentes produzidos. Assim, as classes sociais seriam definidas, num primeiro momento, de acordo com as condições materiais que possuíssem. Mas também seriam compreendidas em termos políticos, por ocuparem polos opostos nas relações de produção, com interesses igualmente antagônicos. Não por acaso, Marx dirá que a "história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes". (MARX e ENGELS, 1983, Volume 1, p. 21)

A definição de classes sociais em Marx impacta diretamente nas relações sociais, econômicos, políticos e ideológicos. Para tentar compreendê-las seria necessário observá-las nas relações e interações entre si, já que no isolamento isso não seria possível. As lutas de classes determinariam, em grande medida, os conflitos e dinâmicas do nível político e dos demais níveis da sociedade. Tais conflitos e dinâmicas não poderiam, entretanto, ser interpretados como mero prolongamento das lutas de classes, pois a história transcorreria inexoravelmente.

LÊNIN (1979) também reforçaria esse sentido de classes sociais baseado no modo de produção conforme Marx formulou, e assim as definiria:

> *"Chamam-se classes, grandes grupos de homens que se distinguem pelo lugar que ocupam num sistema historicamente definido de produção social; por sua relação, na maioria das vezes fixada e consagrada pela lei com os meios de produção; por seu papel na organização social do trabalho; e, consequentemente, pelos meios que têm para obter parte da riqueza social de que dispõe e o tamanho desta. As classes são grupos de homens dos quais um pode apropriar-se do trabalho de outro em virtude da posição diferente que ocupa num regime determinado da economia social."* (LÊNIN, 1979, p.30)

Portanto, todos os demais planos, níveis ou dimensões do social se organizariam e adquiririam seu sentido a partir das relações de produção. Assim a concepção de luta social

que não se organizasse “da” e “para” a economia seria mistificadora, enganosa e desviante. Então, “raça” seria vista como uma “distração ideológica”, forjada pelo capitalismo, e perigosa para a unidade dos trabalhadores. Nesta perspectiva, o racismo seria considerado parte de uma estratégia utilizada pelos capitalistas para desviar a atenção dos oprimidos do que seria realmente importante, a organização da classe trabalhadora e a luta de classes. (BENEDICTO, 2010)

Preconceito racial ou desigualdade social? Qual “problema” deveria ser combatido primeiro? Qual “desigualdade” seria “mais legítima”? Haveria relação entre estes dois conceitos que, a princípio, pareceriam tão distintos e de natureza tão diferentes? Hoje, num mundo global dominado pelas tecnologias, incontáveis avanços da ciência e intensos fluxos migratórios, haveria ainda espaço para a “velha luta de classes[53]”? Questões raciais não seriam muito limitadoras para se analisar as sociedades?

Não há dúvidas de que nesse início de século, assistimos a grandes mudanças no mundo, dentre elas a (re)construção de identidades a partir da (re)definição de fronteiras econômicas, políticas e culturais, do intenso desenvolvimento tecnológico e do aumento do deslocamento de pessoas por todo o mundo.[54] O processo de globalização tem dado o tom desse momento singular, como se sabe, informação, capital, pessoas e negócios movimentam-se em escala global, cuja marca principal seria a flexibilização das fronteiras nacionais. Tanto os grupos que se deslocam, quanto os grupos que permanecem nas suas localidades, parecem igualmente expostos a esses novos questionamentos sobre a identidade. Por conta disso, poderíamos dizer que essas dinâmicas de migração provocariam mudanças marcantes nas formas como os grupos se veem e como percebem as demais populações.

Essa “redefinição identitária” está diretamente relacionada ao desenvolvimento e ao uso das novas tecnologias da comunicação, em especial, as tecnologias da internet. Novos atores políticos surgem, ultrapassando antigas barreiras de comunicação, vencendo os limites geográficos para denunciar ou defender causas agora consideradas transnacionais, como por exemplo, a defesa da Floresta Amazônica ou o direito à educação das meninas muçulmanas.

As antigas identidades nacionais assentadas na unidade e na homogeneidade da população, centralizada na identificação do Estado-nação se flexibilizaram e incorporam diferentes dinâmicas que apontam para a diversidade e o pluralismo. Surgiram possibilidades de diálogo entre os “desiguais”, entre os diferentes, e a busca pelo respeito e a valorização da sua própria identidade.[55] Os fluxos migratórios apontariam para uma redefinição das

[53] Sobre esse assunto, Ricardo Antunes constrói um nexo argumentativo que demonstra a nova composição assumida pela classe trabalhadora hoje. Com efeito, não nega que o proletariado passou por profundas transformações em seu interior, fundamentalmente nas últimas quatro décadas. Ao contrário, Antunes enfatiza e explicita algumas dessas mudanças, deixando claro, no entanto, que a efetividade, processualidade e concretude da classe permanecem vivas. Pensar o proletariado como elemento estático na história reforçaria, na visão do autor, os pressupostos teóricos que veem a classe como fenômeno em extinção, na mesma medida em que postos de trabalho são eliminados no mundo da fábrica. Ver ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

[54] Para uma síntese desse processo, ver: GRYNSZPAN, Mario. *Memória, história e identidades nacionais*, 2005.

[55] Sobre multiculturalismo ver D’ADESKY, Jacques. Multiculturalismo e Educação. In: OLIVEIRA, Iolanda de. (org) *Relações Raciais e educação: temas contemporâneos*. Cadernos Penesb 4. Niterói: EdUFF, 2002.

identidades que romperia com as antigas “unidades nacionais”, consideradas até então homogêneas.[56]

Em meio a tantas mudanças, surgiram grupos que buscaram legitimidade e reconhecimento a partir de outras categorias quer sejam elas: religiosas, étnicas, ou de gênero, mas em acordo com os recentes “rearranjos culturais” e “fluxos migratórios”. Esse processo envolve as novas formas de “autoidentificação”, a valorização de uma história particular, as demandas por inclusão sem homogeneização, as lutas por reconhecimento público de sua existência, o significado para a nação, a representação política e, por fim, a ampliação dos direitos civis e políticos.

Nesse momento recente em que os direitos universais vêm sendo rediscutidos, surgem também outras demandas e a expansão por mais e outros direitos decorrentes das especificidades históricas e culturais dos “grupos sociais”. Na esteira dessas mudanças globais, as identidades estariam se tornando o centro dos novos movimentos sociais. Paradoxalmente, em tempos de tamanhas dúvidas e incertezas, nada mais confortável que retomarmos construções que foram, há muito tempo, desconsideradas. A Biologia, por exemplo, tem atendido a alguns destes pressupostos, nos ligando a ancestralidades que geneticamente encontram-se adormecidas no nosso DNA, enquanto que o processo histórico, os laços culturais e de solidariedade política nos fornecem a liga necessária para a constituição dessas identidades emergentes. (MUNANGA, 2008; SILVA, 2011)

HALL (2006) chama nossa atenção para o equívoco que as correntes liberais e marxistas poderiam estar cometendo ao afirmar que as identidades vistas como “locais” e “particulares” cederiam espaço para as identidades “universalistas, cosmopolitas ou internacionais”. Para estas correntes a modernidade estaria diminuindo as forças identitárias nacionalistas e étnicas. É o que chamaríamos de “o triunfo do global sobre o local”. O autor defende, no entanto, que o processo de globalização não se consolidou da forma como “se tinha planejado”, ao contrário, mostrou-se bastante contraditório e, possivelmente, pode ser *parte daquele lento e desigual, mas continuado, descentramento do Ocidente*. (HALL, 2006, p.97)

HALL (2006), autor marxista e um dos representantes dos Estudos Culturais realizará uma análise sobre classes sociais que merece ser resgatada. Para ele, o racismo tem uma especificidade histórica que não pode ser desconsiderada, principalmente em relação às suas características gerais que são modificadas de acordo com essas especificidades e contextos históricos. Apoiado no pensamento de Gramsci, HALL (2006) observará que o racismo não se desenvolve de forma homogênea ou linear, sendo necessário *compreender as tensões e contradições geradas pelos compassos e direções irregulares do desenvolvimento histórico*. (HALL, 2006, p.308)

[56] Ver, entre outros, HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

Com isso, Hall justifica que as questões referentes às classes sociais, raciais, e as intersecções entre elas, não podem ser reduzidas a determinações que aprofundem ou exacerbem a relação entre elas, evitando-se "posições extremas", ou seja, duais e limitantes. Dessa forma,

> *"Ou se 'privilegiam' os relacionamentos de classe subjacentes, enfatizando que todas as forças de trabalho étnica ou racialmente diferenciadas estão submetidas à mesma relação de exploração do capital; ou se enfatiza a centralidade das categorias e raciais em detrimento da estrutura de classe fundamental à sociedade. Embora esses dois extremos pareçam constituir polos opostos, de fato eles são imagens em reflexo um do outro, no sentido de que ambos se sintam compelidos a produzir um único e exclusivo princípio determinante de articulação – classe ou raça – mesmo que discordem sobre qual deveria ser o signo privilegiado. Creio que o fato de Gramsci adotar uma abordagem não redutiva para as questões de classe, junto com a sua compreensão da conformação profundamente histórica de qualquer formação social específica, ajuda a apontar o caminho para uma abordagem não reducionista da questão da raça/classe."* (HALL, 2006, p.309)

Desta maneira, o autor também confere às formações de classe um caráter culturalmente específico, baseado na historicidade das sociedades. Ou seja, abrir-se-ia um leque de possibilidades decorrentes desse pensamento de não homogeneidade das classes. Ao realizar análises através do recorte da diferença e da diferenciação, os efeitos econômicos, políticos e sociais inerentes à sociedade capitalistas poderiam ser analisados com o recorte da igualdade e da homogeneidade, ganhando amplitude e novas interpretações. Assim,

> *"As abordagens que privilegiam a classe, ao contrário daquelas que se concentram sobre a estruturação racial das classes trabalhadoras, ou dos camponeses, sempre se apoiam sobre o pressuposto de que, devido ao modo de exploração frente ao capital ser o mesmo, o sujeito de classe de qualquer modo de exploração deve ser o mesmo não apenas economicamente, mas também política e ideologicamente. Seja qual for o caso, a análise de Gramsci, que diferencia o processo condicional, os "momentos" e o caráter contingente da passagem de uma 'classe em si' a uma 'classe por si' ou dos momentos do desenvolvimento 'econômico-corporativo' ao 'hegemônico', problematiza radicalmente essas noções simplistas de unidade."* (HALL, 2006, p.311)

Apesar da predominância do econômico nas relações de classes, podemos perceber que a existência do fator cultural não pode ser desconsiderada. Para THOMPSON (2001), a classe se estrutura a partir de uma complexa e contraditória dinâmica, no interior da qual atuam as instituições interior e exterior a elas, seus valores e seus recortes internos (gênero, raça, etc.), e conformam um quadro em que a consciência e a identidade de classe não são constituídas somente por conta da posição que cada sujeito social ocupa no processo produtivo, mas, sim, seria algo construído na coletividade, produto de lutas e conflitos com outras classes. Daí, o sentimento de pertença a uma classe não poderia ser algo dado. Para ele, o principal é a questão da consciência de classe, que gera a luta de classes e, por isso, defenderia que sem consciência a classe não existiria (ela existiria apenas como categoria analítica, mas não como categoria real, histórica). Sem consciência não se empreenderia a luta

de classes, pois esta é fruto da ação coletiva empreendida pela classe através da consciência de si mesma, através de uma identidade construída e vivenciada na coletividade. Dessa forma,

> "*A classe se delineia segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do "conjunto de suas relações sociais", com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural."* (THOMPSON, 2001, p. 277)

Como podemos observar, THOMPSON (1987), também um autor marxista, dá grande importância ao fator cultural e a experiência na formação da classe social. A classe seria um acontecimento histórico, resultado da ação de sujeitos que vivenciam experiências comuns de classe e constroem uma identidade baseada nos seus interesses de classe. O autor nos aponta as relações de produção como fatores determinantes das classes sociais, demonstrando como as classes sociais são reais e não abstrações estruturadas para categorizar os grupos sociais. Segundo THOMPSON (1987),

> *"A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma."* (THOMPSON, 1987, p. 10)

Ao acrescentar a dimensão cultural ao materialismo histórico, as teorias elaboradas por THOMPSON (1987) contribuíram para a renovação historiográfica que vem ocorrendo desde os anos de 1960. No tocante à questão da relação entre a História Social e a Historiografia brasileira, nota-se uma receptividade acadêmica, no que se refere aos temas e discussões da História Social, acerca da História do Brasil. Thompson redimensionou, em particular, a escrita da História dos negros e da escravidão no Brasil. A historiografia, influenciada por essa nova dimensão cultural e social, contribui para a ampliação dos estudos sobre a escravidão, sendo referência teórica constante entre os historiadores desde 1980.[57]

Retomamos então a pergunta: desigualdade social ou preconceito racial, qual deveria ser a "luta" a receber/merecer atenção prioritária? Vamos verificar o que o sindicalista Marco Benedito, o autor da fala que abriu este capítulo, tem a dizer sobre o assunto.

> *"A CUT desde a sua origem sempre teve como um dos seus princípios a construção de uma sociedade democrática, igualitária e socialista. Desde então, vem desenvolvendo um conjunto de ações, lutas e mobilizações que visam alterar a base do padrão de*

[57] Disponível em: http://www.janduarte.com.br/textos/e_p_thompson.pdf . Acesso em 27 jul 2013.

> *desenvolvimento econômico capitalista predominante forjado nos anos 30, cujas raízes advém das relações sociais servis, de trabalho degradante e escravagista que caracterizaram os 4 primeiros séculos do nosso país. Para a CUT, o fortalecimento da unidade da classe trabalhadora, compreendida como grupo social que se forja a partir da sua condição econômica, de trabalho, passa necessariamente pela construção da sua identidade como classe, que não significa a negação das suas diferenças físicas e biológicas (que é da natureza humana), mas pelo enfrentamento das desigualdades resultantes da construção social influenciada por um determinando tipo de modo de produção (capitalista) que se reflete na organização do conjunto da sociedade. Compreendendo que a acentuada desigualdade entre brancos e negros é fruto de uma construção social que buscava eliminar a presença significativa dos negros no processo de formação da sociedade brasileira, constituindo-se, portanto, em uma problemática estrutural do nosso país, e que a mesma demandava uma ação específica do movimento sindical, a CUT não apenas incorpora em suas resoluções as reivindicações dos militantes sindicais que atuavam no combate à discriminação racial, como também cria espaços para a organização desses militantes no seu interior com o intuito de fortalecer esta luta, como uma luta do conjunto da classe trabalhadora."* (Blog pessoal do dirigente sindical MARCOS BENEDITO)[58]

Verificamos que o militante sindical constrói um discurso que legitima a participação da CUT, enquanto entidade de classe, na discussão da temática negra e das relações raciais. O depoimento de Marco Benedito revela que a ideia de classe social está presente, mas a mesma foi ampliada no sentido de comportar outras discussões como a identidade, a diferença e a discriminação racial. Aliás, a desigualdade racial é citada como um entrave na nossa formação social, visto que ela pertence a um problema "estrutural" da sociedade. Diante de um desafio tão grande, a CUT não só não poderia se furtar em incorporar "a causa" às pautas de reivindicação dos trabalhadores, como deveria também criar espaços no seu interior (na sua estrutura) ampliando o debate interno sobre essa questão. Assim, podemos verificar como o pensamento e o fazer sindical do dirigente não parece estar dissociado dos conceitos formulados e desenvolvidos nas universidades pelos intelectuais marxistas, e os não marxistas, que atuam no campo dos Estudos Culturais, e que foram apresentados neste capítulo.

Dessa forma, acreditamos ter conseguido recuperar e apresentar o pensamento dos intelectuais que contribuíram para o desenvolvimento e a ampliação do debate classe/raça. Verificamos que por um determinado período, essas categorias foram contrapostas,resultando numa série de conflitos que, em certos momentos, foram quase excludentes uma da outra. Vimos como intelectuais marxistas importantes desenvolveram estudos que, sem desconsiderar a importância da questão econômica, valorizaram os encontros culturais, as identidades e as diferenças, trazendo para os estudos culturais novas possibilidades de leituras, interpretações e análises, e ampliando ou construindo conceitos que abarcaram questões de raça, classe, gênero, no campo das ciências políticas, sociais e culturais. Depois de realizar uma retomada teórica do "grande debate" raça/classe passamos para a apresentação da pesquisa e a observação dos resultados.

[58] Disponível em: http://asseplan.blogspot.com.br/2012_11_01_archive.html. Acesso em 27 jul 2013.

Capítulo III - A imprensa sindical no Brasil e a *Revista do Brasil*

> *"Discutir as dinâmicas da mídia perante as questões de raça e etnicidade é, em grande medida, discutir as matrizes do racismo no Brasil."*[59]

Os sindicatos têm investido muito na área de comunicação, não sendo mais possível compreender a imprensa sindical reduzida somente a produção de jornais impressos. Segundo CARVALHO (2013), a imprensa sindical brasileira vem buscando se adaptar às mudanças tecnológicas, desde os anos 2000, quando o setor de comunicação (de forma geral) sofreu forte impacto graças ao avanço tecnológico e o desenvolvimento de novas ferramentas, como a internet. Este avanço pode ser percebido pela diversificação e disponibilidade de diferentes instrumentos de comunicação, tais como,

> *"Jornais e revistas sindicais, agora produzidos com menores custos e maior agilidade, fazem parte de um conjunto de plataformas utilizadas com a intenção de divulgar conteúdos. Páginas na internet, programas de webrádio, produção de vídeos para internet, alimentação de perfis em redes sociais, boletins eletrônicos, clipping de notícias, produção de releases para imprensa, troca de informações com maior agilidade e a constituição de redes de notícias, têm feito parte da vida de jornalistas de sindicatos com maior intensidade a cada dia."* (CARVALHO, 2013)[60]

Outra mudança significativa ocorrida no interior da imprensa sindical foi a profissionalização da chamada "atividade meio", ou seja, investimentos, por parte das organizações sindicais, na contratação de jornalistas, fotógrafos, diagramadores, ilustradores, entre outros profissionais da área. Com isso, abandonava-se uma concepção de "militância" da imprensa sindical, baseada numa certa "doutrinação ideológica", para outra mais "interativa" e "dialógica". (MIANI, 2010; CARVALHO, 2013)

Quanto aos temas abordados pelos veículos de comunicação da imprensa sindical, estes também passariam por mudanças significativas. Se antes as pautas jornalísticas privilegiavam, quase que exclusivamente, questões baseadas na economia e o seu impacto naquela categoria específica, atualmente se busca, sem abandonar o aspecto econômico, abordar questões que digam respeito também às atividades cotidianas do trabalhador, como lazer, saúde, moradia, transporte, cultura, cidadania, entre outros. (MIANI, 2010; CARVALHO, 2013)

Outro aspecto que merece ser considerado está no próprio "sentido" da atividade jornalística. Para CARVALHO (2013), existe uma diferença fundamental entre um "fazer" jornalismo comercial,de um "fazer" jornalismo sindical. Para ele,

---

[59] Ver em: RAMOS, Sílvia (org.). Mídia e Racismo. Rio de Janeiro: Pallas, 2007, p.08.
[60] Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2013v10n1p256. Acesso em 14 ago 2013.

> *"O jornalismo sindical diferencia-se do jornalismo comercial na medida em que, ao invés da busca pela venda de notícias, tem a intenção principal de propagação de ideias e informações. Ao contrário da empresa, em que a comunicação é a atividade-fim, e na qual a informação tem valor de mercado, a figura do proprietário do jornal ou do grupo de acionistas é substituída pela do presidente ou secretário de comunicação do sindicato. O dirigente sindical, em geral, não é gestor ou empresário e sua experiência decorre ou da prática do cargo que ocupa ou da sua sensibilidade, o que não reduz o fato de ser um leigo responsável por gerenciar a máquina sindical, cuja principal finalidade é representar os interesses do grupo pelo qual foi eleito. A diferença fundamental entre os objetivos do dono de um veículo de comunicação (lucro) e um dirigente sindical (prestígio) ilustra as separações entre o tipo de informação que se produz em uma empresa de comunicação e um sindicato."* (CARVALHO, 2013)[61]

Vale lembrar que a *Revista do Brasil*, apesar de ser comercializada nas bancas de jornal de todo o país, é distribuída gratuitamente pelas CUTs estaduais e pelos sindicatos que contribuem na sua confecção (tendo seus dirigentes no Conselho Editorial), além de estar disponível, sem nenhuma restrição, na internet. A *Revista do Brasil* é distribuída nas categorias e nos locais de trabalho. Ao compreendermos que a *Revista do Brasil* é uma mídia sindical que se situa no âmbito das ideias políticas da CUT, que busca unificar publicações que tanto dizem respeito às suas entidades filiadas quanto ao universo dos trabalhadores de modo geral, poderemos, então, enquadrá-la como parte de um jornalismo sindical.

CARVALHAL (2000) afirma que o sindicato não se encontra imune ao movimento da própria sociedade, dos mecanismos da grande imprensa que tenta influenciar na conduta humana e o de criar ou manter uma sociedade voltada às determinações do capital. Da mesma forma, acreditamos que as questões raciais fazem parte desses embates que permeiam a nossa sociedade. Daí, mesmo não havendo uma norma ou lei que restrinja a participação do negro nos meios de comunicação, basta vermos TV, lermos jornal, vermos as novelas, observarmos as propagandas, folhearmos as revistas, observarmos as campanhas publicitárias, para verificarmos a quase inexistência de pessoas negras nos espaços midiáticos. Para RAMOS (2007),

> *"Nenhum processo cultural de superação do racismo, de combate aos estereótipos e de luta contra a discriminação será realizado sem os jornais, a televisão, as artes, a música. Por essa centralidade – e a despeito de ter sido até recentemente pouco explorada pela militância anti-racista -, a mídia tende a ter cada vez mais, na sociedade brasileira, um papel na construção de saídas capazes de reduzir a exclusão racial."* (RAMOS, 2007, p.9)

Merece ser considerado que a violência simbólica exposta por BOURDIEU (1979) permearia os grandes meios de comunicação, que noticiam e enfatizam determinados eventos e acabam influenciando as mídias de médio e pequeno porte. A globalização facilitaria a observação desse fenômeno, pois um olhar mais cuidadoso observaria certa homogeneização das informações, ou seja, basta assistir aos noticiários de diferentes emissoras de TV para

[61] Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2013v10n1p256. Acesso em 14 ago 2013.

constatar que a maior parte das notícias são dadas e refletidas de maneira praticamente iguais. Assim, essa massificação das informações exerceria grande influência na formação de opinião pública, variando apenas em decorrência de certas restrições de cunho cultural, religioso, enfim, dos filtros de canalização social. (BOURDIEU,1979)

Para THOMPSON (1998), os meios de informação e comunicação (mídias) seriam recursos usados pelas instituições culturais para exercer um tipo de poder denominado simbólico, ou seja, aquele que nasce da atividade de produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas. Os indivíduos seriam envolvidos constantemente na comunicação um com o outro, na troca de informações de conteúdo simbólico. Para fazer isso, utilizariam dos recursos midiáticos disponíveis, com os quais realizariam ações no sentido de intervir no curso dos acontecimentos. Seriam as ações simbólicas responsáveis por provocar reações, induzir pensamentos, sugerir respostas, propor caminhos e decisões, induzir a crer e a descrer, ou seja, influir no pensamento e na decisão dos sujeitos. O poder simbólico seria assim capaz de intervir no curso dos acontecimentos. (THOMPSON, 1998)

Não é por acaso que os movimentos sociais estariam cada vez mais interessados em ter suas próprias mídias. Podemos dizer que há um movimento em tornar público essas pautas de reivindicações, caras a um determinado grupo social, que buscam apoio às suas demandas por meio da visibilidade que a mídia pode proporcionar. Conforme THOMPSON (1998), "*o desenvolvimento dos movimentos sociais [...] fornece amplo testemunho de que as reivindicações de grupos, até então subordinados ou marginalizados, só se conquistam através de lutas pela visibilidade na mídia*" (THOMPSON, 1998, p.24.). Dessa forma, compreendemos que a CUT (como parte destes movimentos sociais) tem investido fortemente na consolidação das suas redes de informação e comunicação, e sendo a *Revista do Brasil* uma dessas mídias associadas à política cutista, não poderia ser somente virtual ou impressa, pois a visibilidade desejada é a maior possível.

Depois de localizarmos a *Revista do Brasil* como parte de uma mídia sindical cutista, o nosso objetivo é investigar o nível de comprometimento da Central com a temática racial, levando em consideração a atenção que a revista dispensa às questões raciais. Será que encontraremos, na *Revista do Brasil,* a imagem do negro e as temáticas raciais tratadas de uma forma que reflita os encontros ocorridos com os movimentos sociais negros, conforme vimos no capítulo dois, ou ainda encontraremos marcas do racismo presente, ainda hoje, nos grandes meios de comunicação e mídias comerciais?

Iniciamos, então, ao levantamento e análises da *Revista do Brasil.*

III.1 A Presença Negra nas Capas da *Revista do Brasil*



Figura III.1 - Capa 1 – *Revista do Brasil* - Edição nº4 – Set/2006

Descrição da imagem: Homem negro mostra somente metade do seu rosto. Sobre sua cabeça projetam-se diversas seringas. Cada seringa carrega o nome de uma grande mídia impressa, sendo elas: Época, Veja, Folha de São Paulo, Correio Braziliense, O Estado de São Paulo, O Globo, Isto É, Jornal do Brasil.



Figura III.2 - Capa 2 – *Revista do Brasil* - Edição nº6 – Nov/2006

Descrição da imagem: Jovem negro, sorridente, em foto tirada na porta de uma universidade.



Figura III.3 - Capa 3 – *Revista do Brasil* - Edição nº12 – Mai/2007 (Imagem Mista)

Descrição da imagem: Três pessoas num típico ambiente de trabalho, um escritório. No primeiro plano, a mulher, branca, loira, mostra a *Revista do Brasil*. No plano seguinte um homem e uma mulher, ambos negros, observam a revista.



Figura III.4 - Capa 4 – *Revista do Brasil* - Edição nº13 – Jun/2007

Descrição da imagem: Jovem, negro, dançarino, numa academia de dança. O jovem está sorridente. No fundo, uma jovem negra está sentada no chão da academia, conversando com uma pessoa a sua frente. Dessa pessoa só conseguimos enxergar os pés e as pernas.



Figura III.5 - Capa 5 – *Revista do Brasil* - Edição nº15 – Ago/2007

Descrição da imagem: O cantor Luiz Melodia aparece em foto de corpo inteiro, encostado em um muro, vestindo camisa branca, jeans e sandálias, com os braços levantados. Ao lado do cantor, pintado no muro, aparece a imagem de um homem negro, de olhos fechados e boca aberta, como se estivesse gritando.



Figura III.6 - Capa 6 – *Revista do Brasil* - Edição nº17 – Out/2007

Descrição da imagem: Rosto de uma criança negra com os dedos cruzados sobre a boca.



Figura III.7 - Capa 7 – *Revista do Brasil* - Edição nº18 – Nov/2007

Descrição da imagem: O escritor e rapper Ferréz aparece com um moletom vermelho cobrindo a cabeça. Atrás dele surge a imagem de um punho fechado, característico símbolo do movimento Black Power, nos Estados Unidos.



Figura III.8 - Capa 8 – *Revista do Brasil* - Edição nº19 – Dez/2007

Descrição da imagem: Breno, jovem negro, zagueiro do São Paulo, corre em um campo de futebol. A imagem é de comemoração, como se o jogador tivesse acabado de fazer um gol.



Figura III.9 - Capa 9 – *Revista do Brasil* - Edição nº35 – Mai/2009

Descrição da imagem: Rosto de um homem negro, expressão séria, encarando quem olha a revista. No entorno do seu rosto, uma imagem desfocada.



Figura III.10 - Capa 10 – *Revista do Brasil* - Edição nº37 – Jul/2009 (Imagem Mista)

Descrição da Imagem: Criança negra, sorridente, de pé, localizada atrás de uma mala de viagem. Atrás da criança, duas mulheres: a mais jovem segura uma "nécessaire".



Figura III.11 - Capa 11 – *Revista do Brasil* - Edição nº38 – Ago/2009

Descrição da Imagem: Um homem com duas crianças no colo. Todos são negros. O fundo da foto é verde, com rajada de raios amarelados. Todos olham para a esquerda do homem.



Figura III.12 - Capa 12 – *Revista do Brasil* - Edição nº40 – Out/2009

Descrição da Imagem: Mulher negra, sorrido, olhando para frente. Com o corpo levemente inclinado para o lado, ela não sorri para o leitor. Seus dedos estão nos bolsos da calça comprida.



Figura III.13 - Capa 13 – *Revista do Brasil* - Edição nº44 – Fev/2010

Descrição da Imagem: Resgate de uma criança dos escombros. Ela está machucada e recebe atendimento médico.



Figura III.14 - Capa 14 – *Revista do Brasil* - Edição nº47 – Mai/2010

Descrição da Imagem: Mulher apoiada em uma bancada de costura. Sorridente, a mulher está com um tecido nas mãos.



Figura III.15 - Capa 15 – *Revista do Brasil* - Edição nº49 – Jul/2010

Descrição da Imagem: Menino negro, sentado de pernas cruzadas lê atentamente um livro infantil. O ambiente parece de uma biblioteca.



Figura III.16 - Capa 16 – *Revista do Brasil* - Edição nº51 – Set/2010

Descrição da Imagem: Quatro adolescentes com uniformes do município do Rio de Janeiro. Três meninos, uma menina. Consideramos todos negros.



Figura III.17 - Capa 17 – *Revista do Brasil* - Edição nº53 – Nov/2010

Descrição da Imagem: Imagem sorridente do rosto do cineasta Jeferson De. É interessante perceber um pequeno detalhe nesta edição, uma pequena imagem, no canto direito da capa, da presidente Dilma Roussef, com a mão levantada, acenando.



Figura III.18 - Capa 18 – *Revista do Brasil* - Edição nº54 – Dez/2010 (Imagem Mista)

Descrição da imagem: Seis pessoas aparecem nesta imagem. A única mulher aparece no primeiro plano. Todos estão vestidos como operários e usam capacetes. Consideramos todos negros nesta imagem, exceto o quarto homem.

III.2 Análise das Imagens

Para que fosse possível chegar aos números que apresentaremos abaixo, coube-nos uma difícil tarefa que se transformou num enorme desafio: dizer quem era branco e quem era negro nas capas da *Revista do Brasil*. Realizamos a seleção, mas antes da apresentação dos números e considerações, achamos necessário situar o que pensamos e refletimos dessa discussão, que obviamente envolve uma seleção a partir das características físicas das pessoas.

Sabemos que a teoria da "hierarquia das raças" foi pensada, desenvolvida, propagada e estabelecida por muitos cientistas e intelectuais dos séculos XVIII e XIX. Tais estudiosos criaram uma escala de valores (superior e inferior) diretamente relacionada às características dos grupos humanos, ou seja, qualidades morais, intelectuais, estéticas, culturais seriam determinadas pela cor da pele, tipo de cabelo, estatura, formato do crânio e outros traços físicos. Assim, ao homem branco coube a retidão, a inteligência, a honestidade, a nobreza, o caráter, a criatividade, a beleza, quanto aos negros (e aos não brancos), coube a ignorância, a bestialidade, a infantilidade, a violência, a vulgaridade, o sujo, o feio, o horror, a incapacidade, a incompetência e a necessidade de serem orientados no caminho da retidão moral e da civilidade por aqueles que ocupam o topo da tal escala de valores, os brancos. (FANON, 2008; SOVIK, 2009; SCHWARCZ, 1993)

Certamente, a cor das pessoas passa a fazer sentido quando os traços negros ou brancos adquirem significado dentro de uma ideologia racial. SEYFERTH (2002) dirá:

> *"Afinal, para o discurso racista, o uso de estereótipos é mais eficaz do que as classificações baseadas no fenótipo, posto que são imaginados como sua consequência. Isto é mais evidente quando mestiços entram em cena [...] os mestiços são considerados instáveis, não se encaixam irredutivelmente nesse esquema e vão ser neles incluídos a partir da conformidade dos fenótipos com os extremos do continuum, mas, principalmente através da definição de vícios e defeitos associados à própria mestiçagem."* (SEYFERTH, 2002, p.13)

A presença do mestiço para a sociedade se abriu como um leque de cores, ultrapassando a ideia de a sociedade ser dividida somente entre dois grupos: brancos e negros. No entanto, introduzida a figura do mestiço no seio social, este não seria redimido e permaneceria carregando o estigma do "ser negro". VIANA (1987) afirmaria que o "*mulato, como um tipo único, tal como o branco, ou o negro, é uma pura abstração*" (VIANNA, 1987, p.106).

GILBERTO FREYRE (2004) fará uma contribuição importante neste debate. Para ele, os mestiços, frutos das "intersecções" entre negros, brancos e indígenas, influenciaram e contribuíram fortemente na constituição da nossa cultura brasileira. Dessa forma, Freyre

negaria a ideia da degenerescência[62] e adotaria um viés culturalista, valorizando a mestiçagem e a presença do mestiço na nossa sociedade. Porém, a valorização da mestiçagem daria origem àquilo que chamamos de mito da democracia racial. A mestiçagem biológica e cultural seria apropriada por uma "falsa ideia" de convivência harmônica entre os diferentes grupos raciais brasileiros. ABDIAS NASCIMENTO (1978) consideraria esse processo de miscigenação como um atentado ao povo negro, pois segundo ele, o sangue misto do mulato se deu às custas do estupro da mulher negra. (MUNANGA, 2004)

O Movimento Negro busca, atualmente, recuperar os laços entre os negros e os mestiços, perdidos nos labirintos do mito da democracia racial que "suplantou"os conflitos raciais, manteve os privilégios dos brancos e permanece no imaginário coletivo (nacional e internacional). (MUNANGA, 2004)

Assim, como compreendemos que não existe um critério científico que aponte, ou determine quem é branco e quem é negro, adotaremos os critérios utilizados pelos movimentos sociais negros, ou seja, o uso social do somatório de pretos e pardos, compreendendo os pretos como as pessoas de pele escura e os pardos como aqueles que têm, na sua aparência, algum traço fenótipo que o aproxima das características das pessoas que convencionalmente consideramos "pretas", ou mesmo um traço que se distancie do que é considerado "branco".[63]

Importa dizer ainda que as análises levaram em consideração as imagens e os títulos da edição, não sendo verificados os subtítulos. Feitas às considerações, passamos então ao levantamento.

Selecionadas as primeiras 54 edições da *Revista do Brasil*, retiramos sete que não foram ocupadas por imagens de pessoas, totalizando assim, 47 números pesquisados. Verificamos que, dentre as 47 capas selecionadas, 18 apresentam pessoas negras. Em termos percentuais, isso significa 38,29% do total de edições pesquisadas.

Em relação a uma suposta influência que a criação (em agosto de 2008) da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo da CUT (SNCR/CUT) poderia exercer na escolha de pessoas negras para as capas das edições da *Revista do Brasil*, constatamos a existência de oito capas em edições anteriores à criação da Secretaria, e 10 capas posteriores.

É importante dizer que em três edições do período selecionado a composição é mista, ou seja, existem negros e brancos nas capas. Se levarmos em consideração à criação da SNCR/CUT, uma das capas mistas é anterior à criação da Secretaria, e as outras duas, posteriores.

---

[62] Sobre a teoria da degenerescência, ver: RODRIGUES, Raimundo Nina. Os mestiços brasileiros. In: RODRIGUES, R.N. *As coletividades anormais.* Organização, prefácio e notas de Artur Ramos, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

[63] Segundo o pesquisador do IBGE JOSÉ LUIS PETRUCCELLI, os pretos seriam vistos mais facilmente pela cor da pele mais escura, mas em relação aos pardos, isso não seria tão simples assim. Para o pesquisador, a decisão em reunir pardos e pretos em um grupo de negros, como fazem as instituições que compõem o Movimento Negro, é válida. Disponível em: http://noticias.terra.com.br/educacao/voce-sabia/qual-a-diferenca-entre-preto-pardo-e-negro.395c952757b7e310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html. Aceso em 08 ago2013.

Num total de 47 edições, em 29 delas, ou 61,70%, temos pessoas brancas nas capas, sendo que, em duas dessas capas aparecem apenas às mãos das pessoas. Percebemos, ainda, uma possível simetria entre as edições com pessoas brancas nas capas, lançadas antes e depois da criação da SNCR/CUT, pois até a edição 27 temos 15 capas, e da edição 28 a 54, temos 14 capas.

Na capa 1, podemos verificar um homem negro com várias seringas espetadas sobre a cabeça. Essas seringas trazem os nomes das grandes mídias de comunicação que temos em nosso país. O título da edição é “Tratamento de choque”. Cremos que a mensagem sugerida pela imagem seja mostrar que somos maciçamente “bombardeados” por diversas “injeções de informações” dadas por diferentes mídias, que sabemos, compõem um dos maiores conglomerados de comunicação, o Instituto Millenium. A ideia é denunciar essas mídias que, no duelo da luta de classes, seriam porta-vozes do discurso das elites.

Ao colocar um negro na capa dessa edição, acreditamos que o interesse da *Revista do Brasil* tenha sido o de criar uma “identificação” entre a revista e o leitor, o trabalhador brasileiro em geral. Segundo o relatório “Os Negros no Mercado de Trabalho 2010”[64], realizado pelo SEADE e DIEESE, e publicado no ano de 2011, a maior parte da classe trabalhadora é composta por pessoas “não brancas”, daí, apresentar uma pessoa branca poderia romper com essa possível identificação.

Apesar da mensagem, somada ao título, transmitirem com clareza a mensagem desejada, em relação à utilização da imagem do homem negro nessa situação, compreendemos que a revista desvaloriza a capacidade intelectual e política desse homem, estigmas do racismo no Brasil.

A capa 2, mostra um jovem negro, com um grande sorriso, em frente a uma universidade. O título da edição é “Igualdade na raça”, e apesar de não mencionar a palavra “cota”, nos leva imediatamente a pensar sobre ela. O sorriso do jovem é muito significativo, pois mostra como a conquista daquele espaço foi importante para ele, parece um sorriso de vitória.

Ao relacionar título e imagem, é interessante perceber que a ideia sugerida é a de que em um momento anterior àquele, não haveria “igualdade” quanto à presença de brancos e negros nas universidades. “Igualdade”, aliás, é uma palavra que, a princípio, nos leva a pensar em “algo positivo”, “democrático”, até mesmo “justo”, afinal, quem poderia ser contra a igualdade? Mas aqui, nessa capa, a palavra igualdade ganha “outro sentido”, e esse “sentido” parece ter sido disputado, pois a igualdade teve que ser conquistada “na raça”.

Vale lembrar que as cotas receberam inúmeras críticas e oposições de diversos setores da sociedade, sendo apoiados por parte significativa da mídia que, na maior parte das vezes, se colocou contrária às cotas. A reação às cotas foi tão grande que levou o senador

[64] Para maiores informações verificar a pesquisa “Os Negros no Mercado de Trabalho 2010”. Disponível em: http://www.dieese.org.br/analiseped/2012/2012pednegrossao.pdf. Acesso em 07 ago 2013.

Demóstenes Torres, a questionar a sua legitimidade e legalidade, por meio de uma ação no Superior Tribunal Federal. Porém, em 26 de abril de 2012, os juízes decidiriam, por unanimidade, pela constitucionalidade das cotas.

Portanto, a imagem da capa mostra que a conquista das cotas se deu em meio a muitas lutas e disputas políticas e, inclusive, jurídicas. Assim, consideramos que a capa é favorável ao negro, afirmando a sua presença, inclusive por meio das cotas, nas universidades públicas brasileiras.

A capa 3 é a primeira que classificamos como mista. Temos uma mulher branca, no primeiro plano, mostrando a *Revista do Brasil*. No plano seguinte vemos duas pessoas negras, um homem e uma mulher, lendo a revista. A imagem da mulher branca, loira, em primeiro plano, olhando diretamente para o leitor com a revista em mãos, busca criar adesão em torno da importância da revista. O título da edição é sugestivo, “Do seu lado”. A ideia seria transmitir legitimidade e confiança, visto que a *Revista do Brasil* estaria ao lado do leitor em geral, independente da sua cor de pele.

No entanto, quando direcionamos nosso olhar para as questões raciais a leitura da imagem se torna complexa, pois sugere a perpetuação do ideário racista. Alguns diriam: os negros estão na capa, e é isso que importa, afinal, até algum tempo atrás, somente os brancos estavam presentes nas capas das revistas! Mas isso não é bem assim. Concordamos que houve algum avanço em relação à presença dos negros nas capas das revistas e campanhas publicitárias, fruto das ações e denúncias dos movimentos sociais negros, no entanto, compreendemos que, para além de “estar” presente, é fundamental compreender o “como” estar presente.

A imagem da capa está, praticamente, focada na mulher loira destacada em primeiro plano. Somente ela dialoga com o leitor, pois é a única que está olhando e sorrindo para ele, numa atitude cortês e afável. As pessoas negras, no segundo plano, leem a revista, numa atitude que parece ser de subordinação, como se acatassem a ideia sugerida, pois têm a segurança de ter “ao seu lado”, uma pessoa branca.

Mas porque a revista elegeu a mulher branca como representante da imagem de autoridade e confiança? SOVIK (2009) disse que “*ser branco no Brasil implica desempenhar um papel que carrega em si uma certa autoridade e que permite trânsito, baixando barreiras*”. (SOVIK, 2009, p.36) Nesta capa, a *Revista do Brasil* sustenta na figura do branco a credibilidade que deseja obter do leitor e reforça o papel social subordinado, destinado às pessoas negras.

Dessa forma, apesar de termos, na mesma capa, uma pessoa branca e duas negras, expressando até uma maioria numérica das pessoas negras em relação à branca, manteve-se aí a hierarquia racial com o branco no topo da escala. A imagem também não sugere a existência de uma hierarquia profissional, entre as pessoas, no entanto, é a mulher branca que

comanda a cena: primeiro porque a sua imagem ocupa, praticamente, metade da capa e está em primeiro plano; segundo por ser ela a única pessoa a dialogar com o leitor.

Logo, vemos nessa capa como a hierarquia racial não só se fez presente, como ainda reforçou o discurso implícito de autoridade e confiabilidade que a imagem do branco projeta para a sociedade. Assim, consideramos que essa capa não favoreceu o sentimento de autoestima dos negros.

A capa 4 mostra um jovem dançarino negro, sentado no chão de uma academia, em um movimento performático. No fundo vemos uma jovem, também negra, que parece conversar com uma terceira pessoa, que não conseguimos identificar, pois só vemos as pernas e pés. O assunto principal dessa edição é a dança. Aqui, o interessante é perceber que a cultura negra, apesar de "aceita", sempre esteve vinculada à periferia, à margem, vista como uma atividade desenvolvida nas ruas de bairros pobres. A imagem de dois jovens negros, em um ambiente privado, o da academia, é que nos parece ser a questão. Ambientes de academias são frequentados por quem tem condições econômicas de pagar. Jovens negros, em sua maioria, pertencem às camadas mais empobrecidas e não teriam, a princípio, recurso financeiro disponível para esse fim.

Mas ainda temos que avaliar a imagem de acordo com o título da edição, que é "Dança da comunhão". Aí o sentido da capa para nós se revela, pois a revista demonstra que aquele é um espaço de "comunhão", de partilha de culturas, experiências e conhecimentos entre brancos e negros. Mas, por que somos levados a achar que a "comunhão" da dança deve existir entre brancos e negros no espaço da academia? Porque na imagem, o elemento estranho na academia é o negro, ou seja, para o leitor em geral, o trabalhador, estar frequentando uma academia é algo fora dos seus padrões, principalmente no campo financeiro. A academia é o espaço do branco e das suas expressões culturais, é o espaço do balé clássico, por exemplo. HALL (2009) fará um debate importante no capítulo *"Que negro é esse na cultura negra"*, revelando que a cultura negra, ainda hoje tratada como inferior pelo senso comum, foi desvalorizada porque era necessário adequar o discurso à prática da escravidão, ou seja, como era preciso desumanizar o negro para o trabalho cativo, também era preciso destituí-lo de cultura, pois a cultura humaniza. Achamos que essa capa seja favorável às questões raciais, pois sugere que a presença dos negros nas academias de dança, espaço reservado ao branco e à sua cultura, contribuirão na valorização daquilo que se compreende popularmente por "cultura negra"[65].

Com o título "O Rio resiste", a capa 5 apresenta o cantor Luiz Melodia encostado em um muro. Ao lado dele temos a pintura do rosto de um homem negro, de olhos fechados e boca

[65] Sobre cultura negra na diáspora africana, Hall (2009) dirá que "*na cultura popular negra, estritamente falando, em termos etnográficos, não existem formas puras. Todas essas formas são sempre o produto de sincronizações parciais, de engajamentos que atravessam fronteiras culturais, de confluências de mais de uma tradição cultural, de negociações entre posições dominantes e subalternas, de estratégias subterrâneas de recodificação e transcodificação, de significação crítica e do ato de significar a partir de matérias pré-existentes. Essas formas são sempre impuras, até certo ponto hibridizadas a partir de uma base vernacular.*" (HALL, 2009, p.325)

aberta, como se estivesse gritando. O cantor aparece sorridente e com os braços levantados, passando a impressão de que estaria vibrando pelo fato do Rio resistir. Porém, a que, ou a quem, o "Rio resiste"? Podemos então dizer que o Rio resiste ao racismo?

Com uma grande importância política e econômica na História do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro se tornou uma das cidades mais conhecidas do mundo pelas suas belezas naturais. No entanto, também foi uma das cidades que mais recebeu pessoas sequestradas do continente africano[66].

A cidade do Rio de Janeiro foi palco de importantes iniciativas dos movimentos sociais negros, tal como o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado por Abdias do Nascimento, em 1944. Porém, com o Golpe Militar de 1964 e movimentos negros desarticulados, no Rio de Janeiro

> *"[...] ocorria um fenômeno novo, efetuado pela massa de negros anônimos. Era a comunidade negra jovem, dando resposta aos mecanismos de exclusão que o sistema lhe impunha. Era o Movimento "Soul", depois batizado de Black Rio. O "Soul" foi um dos berços do Movimento Negro no Rio de Janeiro, uma vez que a moçada que ia aos bailes não era apenas constituída de trabalhadores, mas de estudantes secundários e universitários.*
> *Os negros jovens da zona norte e sul começaram a se cruzar nesses bailes, que reuniam milhares de pessoas, todas negras.*
> *O Renascença Clube inaugurou seus bailes-soul com as famosas noites do Shaft, ponto de encontro da turma que articulou o Movimento Negro do Rio. Nesse mesmo ano (1974), o Centro de Estudos Afro-Asiáticos, a Sociedade de Estudos da Cultura Negra do Brasil de Salvador (SECNEB),com a colaboração do Museu de Arte Moderna, realizaram as Semanas Afro-Brasileiras, no período que se estende de 30 de Maio a 23 de Julho, com exposições de arte brasileira, experiências de danças rituais Nagô, de música sacra, popular e erudita afro-brasileira. Tudo isso acompanhado de seminários e palestras, com a presença de seis mil pessoas, vindas de diferentes bairros e camadas sociais do Rio."* (MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, 1988, p.76)

Tivemos ainda, no Rio de Janeiro, o surgimento de alguns institutos de pesquisa e iniciativas no campo da cultural, reconhecidos nacionalmente: o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), o Centro de Estudos África-Brasil (CEBA), o Grupo de Trabalho André Rebouças, o Grupo de Arte Negra e a Escola de Samba do Quilombo, iniciativa de Antônio Candeia Filho e vários outros sambistas e compositores do Rio de Janeiro. (MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, 1988)

Podemos perceber que a cidade do Rio de Janeiro tem uma tradição importante na luta pela afirmação e valorização das pautas negras. Assim, ao associar numa mesma imagem a cidade do "Rio", a palavra "resiste" e a presença negra, a *Revista do Brasil* sugeriu que a pauta negra e os movimentos sociais negros, no Rio de Janeiro, resistiriam ao racismo, a discriminação e ao preconceito.

---

[66] Estima-se que o Rio de Janeiro, somente pelo Cais do Valongo, tenha sido porta de entrada para mais de meio milhão de pessoas escravizadas vindas da África. Para maiores informações, ver HONORATO, Claudio de Paula. *Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758 a 1831*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense (UFF). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Rio de Janeiro, 2008.

Na historiografia brasileira, a palavra “resistência”, associada à luta dos negros contra a escravidão, seria inaugurada nos trabalhos do historiador JOÃO JOSÉ REIS (1988), quando realizou um balanço sobre as revoltas escravas na cidade da Bahia.

Na perspectiva das classes sociais, o trabalho de Reis fundamentou-se em THOMPSON (1987), admitindo que os escravos da Bahia não poderiam se constituir como classe, mas,

> *“[...] num sentido amplo seria lícito identificar a resistência do oprimido, em situações pré-capitalistas, como luta de classe e, num sentido mais estrito, a classe se formaria a partir da luta, ainda que não fosse empiricamente “de classe”. Seria aplicável, portanto, o conceito classe para pensar a exploração do trabalho em sociedades complexas como a escravista, na qual as relações de produção expressariam e, em grande parte, delimitariam as estratificações sociais.”* (NEVES, 2010, p. 154-155)

A historiografia passaria assim a produzir trabalhos mostrando que mesmo num contexto social extremamente desfavorável como o da escravidão, o povo negro resistiria às diferentes formas de exploração a que eram submetidos, assim como lutaram, em diferentes arenas, pela efetiva liberdade e reconhecimento dos seus direitos. (MATTOS, 1998; REIS, 1988, 1998, 2003; SLENES, 1999; FLORENTINO, 1997)

Portanto, consideramos essa capa favorável ao debate racial e aos movimentos sociais negros, pois a palavra “resistência”, associada à história “negra” do Rio de Janeiro, e ao homem negro, num contexto de comemoração (sorriso e braços levantados) revela que, apesar das dificuldades encontradas, a luta e as ações políticas contra o racismo, o preconceito e a discriminação não estão paralisados nem foram anulados.

A capa 6 mostra a imagem do rosto de uma criança negra, com as duas mãos na frente da boca, como se estivesse impedida de falar. O olhar nos parece de seriedade. O título da edição é “Alegria ferida” e sugere que a impossibilidade de comunicação impediria a felicidade da criança. Mas, por que uma criança negra e não uma criança branca? Segundo os dados do Relatório IBGE/PNDA 2009[67], 54,5% das crianças brasileiras são negras ou indígenas e, entre as crianças negras, 70% têm mais chance de serem pobres do que uma criança branca.

Em entrevista do site da BBC-Brasil, ainda no ano de 2006, a representante da UNICEF, Helena Oliveira Silva, revelaria que,

> *“existem 500 mil crianças e adolescentes trabalhando como domésticas no Brasil. Cerca de 400 mil são meninas, e, destas, 98% são negras. Na faixa dos 7 a 14 anos, são negras 500 mil das 800 mil crianças que estão fora da escola. A proporção de crianças e adolescentes negros fora da escola é 30% maior que a média nacional, e o dobro, se consideradas apenas as crianças brancas.”* (PNUD/2006)[68]

[67] IBGE, Pnad 2009. Crianças pobres – população de até 17 anos vivendo em famílias com rendimento mensal familiar per capita de até 1/2 salário mínimo. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/. Acesso em 25 ago 2013.

[68] Dados retirados do Programa da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD/2006. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/11/061117_criancasnegras_pu.shtml. Acesso em 25 ago 2013.

Ao silenciar a si mesma, a criança parece esconder um “segredo”, ou temer “algo” que não queira, ou “não possa” mencionar. Esse “segredo” pode revelar essa situação de extrema vulnerabilidade social e econômica, vivida pelas crianças negras. Diante do nosso contexto/social de desigualdade e de racismo, elas, realmente, têm sua “alegria ferida” e poucos motivos para sorrir. Na perspectiva do debate racial, consideramos que a imagem da capa 6 chama atenção para a situação de violência, quer seja pelo racismo, quer seja pela desigualdade econômica, que a maioria das crianças negras estão submetidas.

A capa 7 apresenta o rapper Ferréz. Por trás da sua imagem vemos um quadro com vários braços levantados e punhos cerrados com o título “A grife das quebradas”. Quanto à aparência de Ferréz, novamente a polêmica sobre o que é “ser negro” no Brasil se apresenta. Para nós, o rapper é negro, pois além de carregar traços físicos típicos da população negra, é parte integrante, e representante, desse movimento cultural.

A revista reforça a própria negritude do cantor ao associá-lo aos punhos fechados, relembra outro movimento conhecido mundialmente, o *Black Power* (Poder Negro), iniciado nos Estados Unidos na década de 1960, cujos ideais e simbologia influenciaram, inclusive, os movimentos sociais negros no Brasil[69]. Assim, a capa valoriza o rapper como expressão cultural, parte de um movimento da cultura negra.

A capa 8apresenta o jogador Breno, do São Paulo, correndo dentro do campo de futebol, como se estivesse comemorando um gol. Para além da dança e da música, o futebol é outro espaço que pertenceria “naturalmente” ao negro. O futebol, como esporte nacional, faz parte da identidade brasileira. O negro estaria habilitado ao sucesso na carreira, visto que seria um privilegiado, conforme o imaginário social, por possuir determinados “atributos”, tais como, a habilidade, a criatividade, a desenvoltura e a força. No entanto, estes atributos podem estar associados ao racismo, conforme cita SOARES (1999),

> *“Observe-se que o argumento que soa como politicamente correto poderia conter as sementes de um certo "racismo invertido" que se manifestou, tradicionalmente, no elogio da sensibilidade do negro para a música e de sua força, resistência e habilidade corporal. O negro seria "naturalmente" bom para o trabalho pesado e para a expressão estética na dança, na luta da capoeira e na música. A capacidade intelectual ou de razão e de condução ficava, por certo, fora do elogio. O argumento a favor do negro no futebol poderia tornar o preconceito tradicional virtude esportiva.”* (SOARES, 1999, p. 131)

Dessa forma, achamos que o título presente na capa “Adeus, país do futebol”, somado à imagem de um jogador negro, denuncia uma situação da qual, muitos jovens negros e pobres, passam. Na perspectiva do debate contra o racismo no futebol, quer seja ele denunciado no contexto nacional ao confundir “habilidade natural” com preconceito racial, quer

[69] Sobre o movimento Black Power e a sua percepção no Brasil ver: NACKED, Rafaela Capelossa. Identidade em diáspora: o movimento Black Power no Brasil. Revista Desenredos. Ano IV, número 12. Teresina, Piauí. Janeiro, fevereiro e março de 2012. ISSN 2175-3903. Disponível em: http://desenredos.dominiotemporario.com/doc/12-artigo-Rafaela-BlackMusic.pdf. Acesso em 07 ago 2013.

seja no contexto internacional, quando vemos nos noticiários que bananas foram atiradas aos nossos jogadores, acreditamos que a *Revista do Brasil* tenha contribuído nesse debate.

A capa 9 intitulada “Cerco à escravidão”, mostra o rosto de um homem negro, olhando fixamente para o leitor. Ao vincular a palavra “escravidão” à imagem de um homem negro, a revista aciona uma memória coletiva nacional na qual a escravidão esteve diretamente relacionada à cor da pele. Conforme diz BURITY (2006),

> *“O caráter da marginalidade que atualmente condena milhões de brasileiros à pobreza, à insegurança, à dispensabilidade econômica e à falta de perspectivas de futuro está nessa construção histórica da articulação do negro e do dependente de qualquer cor, rural ou urbano, como “imprestáveis” às exigências da ordem moderna. Essa exclusão é inteiramente moderna, e não um resquício do passado. Mas, ao mesmo tempo, suas raízes se projetam sobre a centralidade da instituição da escravidão no Brasil e sobre o “esquecimento” deliberado de seu impacto e seus condicionamentos à formação de uma compreensão do lugar da “ralé” na vida nacional e na cidadania. Para tanto, os dados contemporâneos são mais do que eloquentes e, de todos os pontos de vista, confirmam a incompletude da Abolição e a resiliência dos padrões de (não) reconhecimento do outro, que dão o tom das nossas brutais desigualdades.”* (BURYTI, 2006, p.27)

Daí, constatamos que a *Revista do Brasil*, ao acionar essa memória da escravidão, nada mais faz do que reforçar o estereótipo do negro/escravo.

A capa 10, intitulada “A base que reage”, é uma capa mista. Temos um menino negro, uma jovem e uma mulher, ambas brancas. A imagem sugere que todos irão viajar, pois a jovem e a criança seguram malas de viagem. A semelhança entre as duas mulheres é nítida, parecendo mãe e filha. Apesar de presumirmos que a criança é também filho da mulher mais velha, não encontramos neles semelhanças físicas que comprovem tal parentesco. Todos se vestem de forma simples, com roupas comuns. Podemos dizer, então, que se trata de uma família de classe média baixa. Associando imagem e título, verificamos que a condição social e econômica dessa família foi alterada recentemente, permitindo assim que todos desfrutassem de uma viagem de avião, algo até pouco tempo atrás acessível somente às pessoas com uma boa situação financeira.

Consideramos que essa imagem seja favorável à questão racial e de classe, inclusive, pois expõe que negros e pobres melhoraram sua condição econômica e passaram a consumir bens e usufruir de serviços antes reservados a uma pequena parcela da população.

Na capa 11, temos a presença de um homem e um casal de crianças pequenas, sentadas no seu colo. Todas as pessoas da capa são negras e parece se tratar de uma família. Intitulada “Justiça para todos”, a capa apresenta os membros dessa família vestindo roupas em tons amarelos e o fundo da imagem mescla tons em verde e amarelo. A ideia parece ser a de criar uma imediata identificação com as cores da bandeira brasileira. Ninguém olha na direção do leitor. A imagem passa a impressão que essas pessoas estão “indefesas”, parecendo aguardar ajuda, ou auxílio de alguém. Para nós, juntando título e imagem, a ideia que se tem é que essa família aguarda que a justiça chegue até eles.

Sabemos que o Direito e o Poder Judiciário são tidos também como locais de disputas e demandas por direitos antirracistas. Nessa medida, o acesso à justiça por um tratamento igualitário passou a ser um campo importante para os movimentos sociais negros, e um direito crucial a todos os cidadãos brasileiros. No entanto,

> *"O tema do acesso à justiça é aquele que mais diretamente equaciona as relações entre a igualdade jurídico-formal e desigualdade socioeconômica. Em síntese, os obstáculos são de ordem econômica, social e cultural. A justiça para uma pessoa pobre é proporcionalmente mais cara que para um cidadão que tenha condições de arcar com despesas de honorários profissionais. Outro aspecto é o tempo, a lentidão que acaba vitimando as pessoas mais débeis economicamente, pois há um custo adicional com que nem sempre os cidadãos de menos recursos podem arcar. No caso da transformação de racismo em injúria, que tem um prazo de decadência de seis meses, a agilidade do profissional contratado e sua experiência são fundamentais. O que acaba acontecendo é que, por falta de conhecimento dos direitos e de recursos, a denúncia acaba sendo arquivada. Em uma análise recorrente do sistema de justiça brasileiro, verifica-se que é crescente a complexidade socioeconômica, nos últimos tempos, e se questiona se os tribunais e seus respectivos magistrados estariam aptos, funcional e tecnicamente, a lidar com os conflitos classistas e as transgressões envolvendo diversos grupos e coletividades. Com a população negra ocorreu uma dessas situações de crescimento de procura por justiça nos casos de prática de racismo, como pode ser evidenciado em alguns estados da Federação. Inicia-se pelo Rio de Janeiro, com o quadro estatístico elaborado pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro."* (SANTOS, 2013, p.74)

Essa relação complexa entre Poder Judiciário, justiça e racismo se apresenta como uma das situações que agravam a permanência de atos discriminatórios e reforço do preconceito, pois, segundo Santos (2013), desde o momento que a justiça ignora, ou minimiza situações de racismo, ela deixaria aberta *uma lacuna ética, com efeitos perversos para o conjunto da população negra*. (SANTOS, 2013, p.76)

Diante disso, acreditamos que apesar da imagem da capa 11 contribuir para fomentar essa discussão, que envolve racismo, população negra e Poder Judiciário, ela reforçou uma atitude passiva das pessoas negras diante desse complexo problema.

A capa 12 mostra a figura de uma mulher, sorridente, de pé, numa atitude altiva. O título da edição é "Basta de covardia". Aqui a *Revista do Brasil* busca ganhar adesão relacionando a palavra "covardia" à imagem da mulher negra, que parece determinada a não mais aceitar o seu lugar social subordinado e está disposta a enfrentar todos os desafios que porventura vierem. A luta por garantia de direitos das mulheres negras tem recebido cada vez mais atenção por parte dos movimentos sociais feministas negros, que buscam a valorização das condições de vida, de trabalho e o resgate da autoestima. No entanto, as mulheres negras continuam na base da pirâmide social e ocupam 56% dos postos de trabalho domésticos. As mulheres negras estão em desvantagem também quanto às estatísticas relacionadas à saúde e à educação, conforme mostram os dados publicados em "Igualdade Racial: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes"[70], com dados recolhidos pelo Instituto Brasileiro de

[70] Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_igualdade_racialbrasil01.pdf. Acesso em 20 Ago 2013.

Geografia e Estatística (IBGE) no Censo de 2010, e organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Consideramos essa capa da *Revista do Brasil* favorável ao debate racial, pois afirma que esse grupo social, o das mulheres negras, assumiu um lugar de protagonismo na luta contra a violência, a exploração nas suas diferentes formas e na conquista de direitos.

A capa 13 traz a foto de uma criança negra, sendo resgata e recebendo o primeiro atendimento médico. Com o título "Humanidade solidária", a imagem, apesar de mal iluminada, não nos deixa passar despercebido que as mãos que concedem o atendimento médico, são de uma pessoa branca.

No Brasil, os cursos de Medicina são muito caros e muitas vezes, acessíveis somente às classes sociais mais abastadas. Quando relacionamos este fator social ao fator racial, as chances de vermos médicos negros caem consideravelmente. Utilizando os dados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), chegou-se ao impressionante índice de que somente 2,66% de alunos negros (pretos + pardos) concluíram a carreira de Medicina no ano de 2009.[71]Somam-se a esse fato, problemas que vão desde uma educação básica de má qualidade, até a falta de recursos e estrutura para manter os alunos negros nesses cursos.

Recentemente, essa discussão eclodiu na sociedade brasileira. A falta de médicos interessados em atender a população pobre, residente em lugares afastados das grandes capitais, principalmente a das regiões Norte e Nordeste, levou o governo brasileiro a adotar um projeto intitulado "Mais Médicos". Protestos foram realizados pelos órgãos de representação das classes médicas contra a vinda de profissionais estrangeiros, para ocupar as vagas não preenchidas pelos médicos nacionais. Para além da questão de classe, em decorrência dos altos custos empenhados na formação dos médicos, chamou especial atenção, a manifestação organizada pelo Sindicato dos Médicos do Ceará contra a presença dos médicos estrangeiros, especialmente os médicos cubanos, em grande parte médicos negros, chamados pelos manifestantes de "escravos". Segundo o presidente do sindicato,

> *"Eles [os médicos cubanos] vão ser utilizados para trabalho escravo. E o que aconteceu, então, não foi no sentido pejorativo, de chamá-los de negros. O que ficou colocado é que a gente estava dizendo para eles que eles iam exercer trabalho escravo. (Blog PRAGMATISMO POLÍTICO)"*[72]

Podemos verificar que, para o representante do sindicato dos médicos a palavra "negro", ainda guarda resquícios de uma memória da escravidão no Brasil, marcada pela cor de pele, imputando aos negros uma grande carga de depreciação e inferioridade, marcas inegáveis do racismo brasileiro.

[71] Disponível em: http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos. Acesso em 20 ago 2013.
[72] Disponível em: http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/08/conheca-medico-liderou-xingamentos-cubanos.html. Acesso em 25 ago 2013.

Dessa maneira, a capa 13, ao mostrar o socorro médico sendo prestado a uma criança negra por um profissional branco, revela e reforça um problema que ainda precisa ser enfrentado e solucionado pela sociedade brasileira: o racismo dentro da categoria médica. Associando a imagem ao título da capa, a palavra “humanidade” recairia na “generosidade” do profissional de Medicina, em atender uma pessoa negra.

A capa 14 apresenta uma mulher negra, sorridente, segurando um tecido que está sendo costurado. Compõe o ambiente uma máquina de costura e diversas roupas penduradas em um cabide, por trás da mulher. O título da edição é “Deixa com elas” e sugere que oferecidas às condições profissionais adequadas e os incentivos fiscais necessários, a mulher conseguiria manter uma renda, mantendo o seu sustento e, consequentemente, desfrutar de uma melhor condição de vida.

A questão das mulheres negras no mercado de trabalho é apresentada pela *Revista do Brasil*. Aqui, a expressão “deixa com elas” não sugere um abandono dessas mulheres, ao contrário, sugere a necessidade de se estabelecer uma rede de proteção no campo dos direitos sociais.

No Brasil, as discriminações raciais têm atuado como eixos estruturantes dos padrões de exclusão social. Esta lógica se reflete no mercado de trabalho, no qual as mulheres, especialmente as mulheres negras, vivenciam situações desfavoráveis, sofrendo tripla discriminação no mercado de trabalho brasileiro: racial, de classe e de gênero. O empreendedorismo social[73] feminino possibilita que as mulheres negras tenham direito à renda e proteção dos direitos sociais, fortalecendo assim a autonomia e a autoestima desse segmento da população. Compreendemos, então, que ao apresentar uma mulher negra nesse contexto de geração de renda através de uma ação empreendedora, a *Revista do Brasil* favoreceu a sua imagem, fortalecendo assim a sua capacidade profissional.

A capa 15 traz a imagem de uma criança negra, um menino, sentado no chão, que parece ser o de uma biblioteca, lendo atentamente um livro. O título da edição é “O mundo mágico da leitura”, e chama atenção que o livro lido pela criança é de uma literatura voltada para atender às demandas no campo das questões raciais e da valorização da cultura afro-brasileira e africana, de acordo com a Lei 10.639/03[74]. Em 2004, seriam instituídas as Dire*trizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, compreendida como um marco nas relações étnico-raciais e no ensino da História e da Cultura dos afrodescendentes e africanos. A adaptação dos livros didáticos também foi uma das exigências nascidas com a instituição da lei.

[73] Sobre empreendedorismo social ver OLIVEIRA, Edson Marques. *Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias*. Revista da FAE - Volume 7 / nº 2 - julho/dezembro – 2004. Disponível em: http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v7_n2/rev_fae_v7_n2_02.pdf. Acesso em 20 ago 2013.
[74] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em 20 ago 2013.

A capa, então, nos remete à instituição da lei, e reforça a importância do resgate da autoestima dos alunos negros, em uma tomada de consciência e valorização da sua própria cultura, no sentido de construir junto aos alunos brancos, e de outros matizes étnicos, um ambiente humanizado e pautado no respeito à diferença.

A capa 16 apresenta quatro adolescentes negros, três rapazes e uma moça, todos vestindo uniformes da escola. O título da edição é “Donos da história”. Novamente, fomos desafiados a refletir sobre a questão do “ser negro” e concluir que apesar de dois adolescentes terem a pele mais clara que os outros, devido às condições sociais e sustentarem traços físicos atribuídos aos negros, consideramos todos eles negros.

O uniforme escolar sugere que todos, por estarem na escola, e por terem acesso à educação, teriam a oportunidade de construir seus próprios caminhos profissionais e usufruírem da mobilidade social, se tornando, dessa forma, os donos da sua própria história. Em princípio essa ideia pode ser verdadeira, já que do ponto de vista do mercado de trabalho, um melhor nível de instrução os qualificaria para melhores oportunidades de emprego. No entanto, vale lembrar que a ideia de elevar o grau de instrução da população negra, não significa garantia na diminuição de práticas raciais discriminatórias, pois somente através de uma tomada de valorização da cultura negra e de uma tomada de consciência antirracista poderá livrá-la da aceitação da superioridade do branco. (MUNANGA, 2008)

Dessa forma, acreditamos que a capa 16, reforça a ideia de que o acesso à educação, por si só, seria a garantia de ascensão social e reconhecimento profissional, camuflando o debate da questão de raça.

A capa 17 apresenta o rosto do cineasta negro Jeferson De, sorrindo, e tem como título “Menos desigual”. A imagem e o título sugerem que o setor cultural, no caso específico da produção de filmes, começaria a se abrir e incorporar profissionais negros. A ideia transmitida é a de que existe uma grande ausência de cineastas negros, na produção de grandes filmes na indústria nacional.

No Brasil, Zózimo Bulbul foi um dos primeiros cineastas que trouxe para as telas do cinema temas relacionados ao negro. Ele foi o fundador do Centro Afro-Carioca de Cinema, um local que exibe filmes que retratam o negro através do seu próprio olhar. A inspiração para a idealização desse projeto nasceu com a ida a um festival de cinema em *Burkina Faso,* no continente africano em 1997. (CARVALHO, 2006)

Segundo o próprio site, o Centro Afro-Carioca teria por finalidade desenvolver projetos artísticos e atividades culturais voltados para a valorização da cultura afro-brasileira e dos seus artistas, além de “*valorizar a criação de produção cinematográfica brasileira, africana e caribenha como um ato social de transmissão de sabedoria, formação técnica e artística, a profissionalização e a inclusão no mercado de trabalho*”[75].

[75] Site do Centro Afro Carioca de Cinema: http://afrocariocadecinema.org.br/. Acesso em 26 ago 2013.

Nesta capa, percebemos que a *Revista do Brasil* buscou denunciar a ausência de cineastas negros e divulgar a importância da presença do negro no nicho do mercado cinematográfico brasileiro, que poderá, certamente, abordar a temática racial e da negritude através do seu próprio olhar.

Cabe observar que no canto esquerdo da capa 17 aparece a imagem da presidente Dilma Roussef, eleita pelo Partido dos Trabalhadores, e que contou com a simpatia e o apoio dos dirigentes da Central Única dos Trabalhadores.

A última capa analisada, a 18, tem como título “O Nordeste vira o jogo” e apresenta seis pessoas, em um ambiente de trabalho que parece ser do ramo da construção civil. A única mulher encontra-se em primeiro plano, seguida de cinco homens. A imagem da capa 18 é mista, pois consideramos apenas o terceiro homem, branco. Sorridentes, os trabalhadores transmitem a ideia de reconhecimento profissional. A presença de apenas uma mulher na imagem sugere que a divisão do trabalho, neste ramo de atividade profissional, ainda é restrita.

Nacionalmente, o setor da construção civil vem absorvendo grande parte da mão de obra negra, conforme a pesquisa “Perfil dos Trabalhadores na Construção Civil da Bahia”[76], realizado pelo DIEESE em parceria com a Federação dos Trabalhadores da Construção da Bahia, que mostra que entre os 443 mil operários registrados no setor, 83% são de pessoas negras. Essa maior incidência da população negra no setor da construção civil se daria, principalmente, devido a sua baixa escolaridade aliada à falta de qualificação profissional.

Somado a participação expressiva dos negros no setor da construção civil, temos um crescimento, no Nordeste, do ganho de participação de 17% no pessoal ocupado, em 2007, para 20%, em 2011, e de 11,7% no valor das obras e serviços da construção, para 13,7%. A “Pesquisa Anual da Indústria da Construção” (PAIC), do IBGE 2010, atribuiu esse crescimento à expansão das obras de grande porte em curso, entre as quais a transposição do Rio São Francisco, as obras para a Copa do Mundo e a Refinaria Abreu Lima.

Assim, acreditamos que a *Revista do Brasil* buscou associar a expansão do setor de construção civil no Nordeste ao aumento de postos de trabalhos que, conforme visto, são ocupados, principalmente, por uma mão de obra pobre e negra em situação de vulnerabilidade social.

Após a realização da análise das 18 capas, averiguamos que doze apresentavam argumentos que podem ser considerados favoráveis à imagem das pessoas negras, da história do povo negro, de questionamento social contrário ao racismo, da valorização da cultura negra, da importância da Lei 10.639/03, da resistência negra, das cotas raciais nas universidades, do lugar do negro no mercado de trabalho, sendo as capas 2, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 12, 14, 15, 17 e 18.

Quanto às capas 1, 3, 9, 11, 13 e 16, consideramos que as presenças dos negros não tenham sido favoráveis, reforçando os estigmas do racismo, tais como: a incapacidade

[76] Disponível em: http://onim.com.br/miscelanea/economia-nome/negros-sao-83-dos-operarios-da-construcao-civil/#sthash.BQHRmXUC.dpuf. Acesso em 26 ago 2013.

intelectual, a subordinação em relação ao branco, a permanência do vínculo do negro à escravidão, a necessidade de proteção e dependência do branco, a omissão do preconceito e a discriminação racial e de classe.

Dessa forma, concluímos que, em termos percentuais, a *Revista do Brasil*, dentre as primeiras 18 edições, teve 66,66% de capas consideradas favoráveis à imagem e a representação do negro, bem como às temáticas raciais, enquanto 33,33% das capas foram consideradas desfavoráveis, pois permaneceram ligadas a um estereótipo que depreciava a imagem e a luta política de valorização da pessoa e da população negra.

Acreditamos que a *Revista do Brasil,* esteja imbuída num esforço em promover e valorizar a imagem da pessoa negra, construindo e divulgando, entre os seus leitores, uma visão favorável da superação do racismo e da promoção da igualdade racial. Porém, ao analisarmos as capas da *Revista do Brasil*, ainda encontramos imagens estereotipadas que carrega em si, reflexos de um senso comum combatido pelos movimentos sociais negros, ditados pelo mito da democracia racial.

Agora passaremos para o segundo momento da pesquisa, o levantamento de reportagens e/ou entrevistas relacionadas à temática racial e/ou negra.

III.3 Reportagens e/ou Entrevistas Relacionadas à Temática Negra na *Revista do Brasil*

O levantamento realizado entre as 47 edições da *Revista do Brasil* pesquisadas mostrou que, em 16 delas existiram reportagens e/ou entrevistas que envolveram a temática das relações raciais, sendo sete delas, entrevistas com pessoas negras. Em números percentuais, 29,62% das edições discutiram a temática examinada. O total de matérias que trouxeram a questão racial somou 27 reportagens e/ou entrevistas.

Dentre as 16 edições, oito delas que trazem a questão racial em matérias, são anteriores à criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo/CUT, e oito são posteriores. Ainda levando em consideração a criação da SNCR/CUT, ocorreu um equilíbrio também em relação ao número de reportagens e/ou entrevistas publicadas: 13 antes da criação da Secretaria e 14 depois da criação da mesma.

Passamos, então, à apresentação das revistas pesquisadas, assim como o levantamento das edições onde encontramos reportagens e/ou entrevistas, que continham temas afins à questão racial ou à temática negra. Os números em que não houve nenhum tipo de referência à temática sob investigação não serão citados.

- ✓ **6ª Edição – Nov/2006 – Título da Capa: IGUALDADE NA RAÇA**

Entrevista com Kabengele Munanga: Discriminação positiva

"O antropólogo Kabengele Munanga diz que combater a discriminação racial no país é mais difícil porque, oculto sob o mito de uma suposta democracia racial, o racismo brasileiro não mostra a cara ao fazer suas vítimas."

http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/6/discriminacao-positiva

Reportagem: Ensinar para a Igualdade

"Há 35 anos, o movimento negro adotou a bandeira de Zumbi dos Palmares como símbolo da luta contra o racismo e vem alcançando conquistas. Mas o caminho a percorrer ainda é longo e passa pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial."

http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/6/ensinar-para-a-igualdade

Reportagem: Finalmente Protagonistas

"Quando Joel Zito Araújo levou para as telas o filme *Filhas do Vento*, os atores deixaram de ser porteiros, jardineiros, empregados domésticos, motoristas e assumiram o papel principal – uma família brasileira às voltas com o preconceito racial."

http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/6/finalmente-protagonistas

- ✓ **9ª Edição – Fev/2007 – Título da Capa: CINEMA NACIONAL**

Reportagem: A cara do Brasil

"O samba com que o mundo identifica o Brasil tem sotaque carioca, sangue nordestino e africano e defensores de suas raízes nos quatro cantos do país. Acima de tudo, sua alma é genuinamente popular."

http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/9/a-cara-do-brasil

Reportagem: No berço da humanidade

"A presença do Fórum Social Mundial, na África, tem significado simbólico muito grande. O melhor conhecimento que temos diz que a África é a mãe da humanidade. Encontramos aqui a nossa história com raízes muito mais profundas do que aquilo que a história do Ocidente conta."

http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/9/no-berco-da-humanidade

Reportagem: O Brasil visto da África

"Em Nairóbi, o país-berço do FSM (Fórum Social Mundial) perdeu espaço para as novas estrelas da América Latina, mas segue bem situado no imaginário dos africanos."

http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/9/o-brasil-visto-da-africa

- ✓ **15ª Edição – Ago/2007 – Título da Capa: O RIO RESISTE**

Entrevista com Pena Branca: O mano mais veio

"A expressão "mano véio" tem sido usada como um pronome de tratamento por toda uma geração recente de violeiros. Especialmente aqueles que, a partir do início da década de 80, mantiveram um pé na chamada Música Popular Brasileira e uma viola debaixo do braço: Renato Teixeira, Almir Sater, Vital Farias, entre outros. Pois Pena Branca é o mais véio dos manos."

http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/15/o-mano-mais-veio

- ✓ **18ª Edição – Nov/2007 – Título da Capa: A GRIFE DA QUEBRADA**

Reportagem: Palmares virou muitos

"O Brasil demorou um século para reconhecer, na Constituição, direitos das comunidades negras às suas terras. E setores conservadores ainda empregam pretextos de cunho racial para fazer valer seus interesses econômicos."

http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/18/palmares-virou-muitos

Reportagem: Um dia o caldo entorna

"A literatura do escritor e rapper Ferréz conquistou o respeito da periferia e tem a classe média como maior consumidora. Mas ele alerta: "o outro lado" não sabe nada da "quebrada". E sem um entendimento, em breve a periferia terá mudado tanto que nem ele mais vai poder falar."

http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/18/um-dia-o-caldo-entorna

- ✓ **21ª Edição – Fev/2008 – Título da Capa: DINHEIRO SEM RUMO**

Reportagem: O terno do capitão

"Agora, 45 anos depois, o capitão José Inácio sabe a real importância de seu terno de Moçambique para a comunidade negra de Ibiraci, sul de Minas."

http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/21/o-terno-do-capitao

- ✓ **24ª Edição – Mai/2008 – Título da Capa: 1968. ELES QUERIAM MUDAR O MUNDO. E NÃO É QUE MUDARAM?**

Reportagem: Apartheid nunca mais

"Uma viagem ao passado de opressão e segregação racial na África do Sul – e o que isso tem a ver com o Brasil."

http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/24/apartheid-nunca-mais

- ✓ **25ª Edição – Jun/2008 – Título da Capa: EM 2011 VOU DESCANSAR**

Reportagem: Obama, origem e destino

"Parece mentira, mas a origem política de Barack Obama tem a ver com os chineses, e é possível que o seu destino também dependa deles."

http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/25/obama-origem-e-destino

- ✓ **26ª Edição – Jul/2008 – Título da Capa: JUCA KFOURI CHUTA O BALDE**

Reportagem: O avesso do Pelô

"Por trás das paredes dos casarões do Centro Histórico de Salvador, patrimônio do mundo, milhares de pessoas travam uma luta diária contra o preconceito, por moradia e um pouco de humanidade."

http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/26/o-avesso-do-pelo

- ✓ **34ª Edição – Abr/2009– Título da Capa: JOGO PERIGOSO**

Entrevista com Lázaro Ramos: O que esse baiano tem?

"Lázaro Ramos não se incomoda com gente cujo o único atributo é a beleza ocupando espaço de gente talentosa. Para ele, sucesso é permanência: É estar velho, olhar para trás e ver que seu trabalho teve coerência. O tempo se encarrega de peneirar."

http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/34/o-que-esse-baiano-tem

- ✓ **41ª Edição – Nov/2009– Título da Capa: O GÁS DO FIM DO MUNDO**

Entrevista com Edson Santos: Autoestima em ascensão

"Para o ministro Edson Santos, o país ainda está em débito em relação à igualdade racial. Mas políticas afirmativas dos últimos anos já elevam a identidade da população negra."

http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/41/autoestima-em-ascensao

Reportagem: Fé no futuro

"Lafaiete Simões Machado não é estreante na *Revista do Brasil*. Em novembro de 2006, ele estampou a capa da sexta edição, cujo tema era a promoção da igualdade racial. Beneficiário das políticas de inclusão é bolsista do curso de Relações Públicas da Universidade Metodista de São Paulo e já vai concluir o penúltimo semestre."

http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/41/fe-no-futuro

- ✓ **44ª Edição – Fev/2010– Título da Capa: HUMANIDADE SOLIDÁRIA**

Entrevista com Luís Pereira: O dono da área

"Um dos maiores zagueiros da história, Luís Pereira, hoje dirigente do Atlético de Madri, segue atento na marcação de empresários que tentam se dar bem à custa da molecada."

http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/44/o-dono-da-area

Reportagem: *Pourquoi-mon-dieu*

"O Haiti é uma expressão doentia de tudo o que o neoliberalismo idealizou: Estado mínimo, governo fraco, sociedade descarnada de máquina pública, economia sem planos de desenvolvimento e agricultura destruída pelo livre mercado."

http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/44/pourquoi-mon-dieu

Reportagem: Um bico na segregação

"Num momento em que o futebol aflora como esperança de redenção africana, *Invictus*, de Clint Eastwood, lembra o papel histórico do Mundial de Rúgbi de 1995, golaço de Mandela pela igualdade racial."

http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/44/um-bico-na-segregacão

- ✓ **46ª Edição – Abr/2010 – Título da Capa: NO MESMO TOM**

Reportagem: Ela faz a cabeça

"Andrelina Amélia Ferreira é especialista em trançar cabelos. Mas lá na Praia Grande, no litoral sul paulista, faz mesmo a cabeça das pessoas com o projeto social Anjos do Gueto."

http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/46/ela-faz-a-cabeca

- ✓ **47ª Edição – Mai/2010 – Título da Capa: DEIXA COM ELAS**

Entrevista com Chiquinha Gonzaga: A sanfoneira caçula

"Irmã do Rei do Baião, a forrozeira Chiquinha Gonzaga está chegando aos 85 anos e não tem a menor vontade de se aposentar."

http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/47/a-sanfoneira-cacula

- ✓ **48ª Edição – Jun/2010 – Título da Capa: PROJETOS EM JOGO**

Reportagem: O neorracismo na África do Sul

"Os novos líderes do Movimento de Resistência Afrikaner afirmam que não são racistas. Apenas acreditam na pureza da raça branca e querem um país só para eles."

http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/48/o-neorracismo-na-africa-do-sul

- ✓ **53ª Edição – Nov/2010 – Título da Capa: MENOS DESIGUAL**

Entrevista com Jeferson De: Não é Brother. É mano!

"Jeferson De reuniu em seu filme Bróder, com estreia prevista para março, Mano Brown e Daniel Filho, Capão Redondo e Globo Filmes. "Como cineasta, mostro que a gente pode ser muitas coisas além de motoboy."

http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/53/nao-e-broder.-e-mano

Reportagem: A cor da ciência

"A pobreza, a ausência de políticas públicas e o racismo impedem o acesso dos negros a cursos de maior prestígio, à pós-graduação e à carreira científica."

http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/53/a-cor-da-ciencia

Reportagem: A era dos oprimidos

"Há quase 30 anos, em entrevista que me concedeu, Alceu Amoroso Lima profetizava que o século 21 seria o da redenção das mulheres e dos negros."

http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/53/a-era-dos-oprimidos

- ✓ **54ª Edição – Dez/2010 – Título da Capa: O NORDESTE VIRA O JOGO**

Reportagem: Gana de brasileiros. E vice-versa

"Além da paixão pelo futebol e do passado marcado pela escravidão, Brasil e Gana resistiram igualmente ao tempo. Eles estão na comunidade Tabom, fundada por escravos da Bahia que regressaram à terra natal."

http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/54/gana-de-brasileiros.-e-vice-versa

Reportagem: Por que a agressividade?

"Se estereótipos regionais ainda dão margem para agressões, as punições poderiam ensinar novas gerações a não ser preconceituosas nem de brincadeira."

http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/54/por-que-a-agressividade-1

Conforme vimos, os assuntos que envolveram a temática racial, apresentados nas reportagens e entrevistas pela *Revista do Brasil,* foram diversos. Citamos: a promoção da igualdade racial; importância do Estatuto da Igualdade Racial; denúncia e combate ao preconceito racial; família negra; manifestações culturais identificadas com a cultura negra: música, samba, religiosidade, futebol; Fórum Social Mundial, identidade e diáspora africana; comunidades quilombolas, tradição e a questão do direito à terra; trajetória política de Barack Obama; cotas raciais nas universidades públicas; Mandela e a luta contra a segregação racial; denúncia sobre o "Movimento de Resistência *Afrikaner*", de cunho "neorracista" na África do Sul; tranças, tradição e estética negra; população negra e a questão da ocupação em cursos universitários de maior prestígio; políticas públicas voltadas para a valorização da população negra; educação como uma das ferramentas contra o preconceito; produção cinematográfica negra (cineastas e temas); remoções e o direito à moradia.

Além disso, a *Revista do Brasil* apresentou, ainda, reportagens referentes a seis países africanos e caribenhos: Nairóbi – cidade origem do Fórum Social Mundial; África do Sul – luta contra o *apartheid*; Gana – o futebol na relação diaspórica; Cuba e Haiti –história social, política e econômica diversas; Moçambique – manifestação cultural diáspórica.

Os entrevistados negros foram Kabengele Munanga, Pena Branca, Ferréz, Lázaro Ramos, Edson Santos, Jeferson De, Chiquinha Gonzaga e Luiz Pereira.

Notamos, também, que três edições tiveram como matéria de capa a questão racial: a 6ª edição – "Igualdade na Raça"; a 18ª edição – "Grife nas Quebradas"; e a 53ª edição – "Menos Desigual". As edições relacionaram a atividade profissional, o mercado de trabalho e a valorização da periferia à importância de combater o racismo e promover a igualdade de oportunidades.

A edição "Igualdade na Raça" apresenta as cotas raciais nas universidades públicas como um dos caminhos possíveis que garanta um acesso a postos de trabalhos e funções mais qualificados, em carreiras profissionais de maior prestígio social; a desconstrução do mito da democracia racial; o Movimento Negro e a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

"Grife das Quebradas" é uma edição que trata do moroso caminho jurídico percorrido pelas comunidades quilombolas para o reconhecimento e posse das suas terras, além da necessidade em haver programas governamentais que promovam o desenvolvimento sustentável nessas comunidades; do preconceito de classe da criminalização das pessoas que vivem nas periferias, da instrução educacional como forma de valorização pessoal e comunitária, da relação da periferia com a grande mídia, as políticas sociais e as oportunidades de trabalho e emprego.

A edição "Menos Desigual" apresenta o racismo como um empecilho ao acesso dos negros a cursos universitários de maior prestígio; apresenta pessoas negras em profissões consideradas espaços hegemônicos brancos, como as áreas da ciência, da medicina e da produção cinematográfica.

Mesmo parecendo um número irrisório de edições diante do total pesquisado (47), essas três edições podem revelar um debate importante dentro da Central Única dos Trabalhadores, com reflexos na *Revista do Brasil.* Vamos lembrar que a *Revista do Brasil* é uma revista do setor sindical, que tem na sua conformação e na sua origem,a identidade de classe social afirmada e defendida. Conforme WOODWARD (2000), os movimentos sociais dos negros, das mulheres, e outros, trouxeram à tona outras identidades construídas pelo viés cultural, mostrando que "*lealdades políticas tradicionais, baseadas na classe social, foram questionadas por movimentos que atravessam as divisões de classe e se dirigem às identidades particulares de seus sustentadores*". (WOODWARD, 2000, p.34)

Muitas edições apresentaram mais de uma matéria relacionada à pesquisa. Verificamos então que, dentre as 16 edições que continham a temática racial, 9 delas apresentaram 1 matéria, e 7 apresentaram mais que uma matéria. Por se tratar de uma revista de orientação sindical e classista, o fato da *Revista do Brasil,* mesmo tratando da temática racial em 29,62% das edições do período selecionado, não deixa de ser curioso o fato de ela apresentar mais de uma matéria relacionada ao tema pesquisado, em 7 das suas edições. Supomos que esse

fenômeno aconteça por três motivos: um apelo dos leitores em favor dessas temáticas, alguma influência dos sindicalistas sensíveis ao debate racial, ou uma consciência da própria equipe da *Revista do Brasil*.

Chamou ainda nossa atenção, o fato da edição de novembro de 2008, ano da criação da SNCR/CUT, não abordar nenhuma matéria relacionada à temática negra, visto que no dia 20 de novembro comemora-se o Dia da Consciência Negra. Fato esse bastante interessante se considerarmos que as edições de novembro de2006, de 2007, de 2009 e 2010, trazem essa temática nas suas edições.

Verificando a matéria de capa escolhida pela *Revista do Brasil* em novembro de 2008, observamos que a crise econômica mundial que assolava vários países europeus e os Estados Unidos estava em pauta e era uma das grandes polêmicas nos meios políticos e nas grandes mídias daquela época.

Consideradas potências mundiais econômicas, esses países vivenciavam forte abalo nas suas economias, diferente do Brasil, que mantinha sua economia estável, mesmo diante dessa "crise global". A *Revista* ressaltava que o Governo Federal estava tendo competência em atravessar aquele momento com cautela, mas também com sucesso, mantendo suas políticas e compromissos sociais, e preservando os empregos. Graças a uma política econômica sólida, o Brasil não passaria pelos problemas vivenciados pelos países do 1º mundo. Dessa forma, a *Revista do Brasil* saía em defesa da orientação econômica e política, adotada pelo governo Dilma.

Essa parece ser uma justificativa plausível para a edição de novembro de 2008 não publicar nenhuma matéria relacionada ao tema racial, mesmo porque, nas suas três edições anteriores (maio, junho e julho), cada uma trouxe uma matéria referente ao tema pesquisado. Sendo assim, é provável que a *Revista* estivesse planejando uma edição com a temática racial para novembro de 2008. Pois, para além do dia 20 de Novembro, foi criada a SNCR/CUT, um espaço de disputa de poder político importante. Mas diante da crise econômica mundial e dos posicionamentos contrários à política do governo Dilma, propagadas fortemente nas grandes mídias, talvez a *Revista do Brasil* tenha, no último momento, decidido mudar o tema dessa edição.

Algumas Considerações

Vimos então que a Central Única dos Trabalhadores passou a interagir mais fortemente com os movimentos sociais negros, a partir da década de 1990. Para os movimentos sociais negros, esse período inaugurou parcerias e convênios com órgãos governamentais e setores dos movimentos sociais, dentre eles, o movimento sindical. CUT, Movimento Negro e movimentos sociais participariam ativamente das discussões referente à constituinte de 1988. (PEREIRA, 2008)

Nosso corpus de análise, a *Revista do Brasil*, mídia sindical que se situa no âmbito das ideias políticas da CUT, distribuída gratuitamente pelas CUTs estaduais e pelas suas entidades de base filiadas, vendidas em bancas de jornal e disponibilizadas gratuitamente no site http://www.redebrasilatual.com.br/revistas, mostra-nos a forma como a Central Única dos Trabalhadores tem publicizado o debate das questões raciais. O material analisado na *Revista do Brasil* faz-nos acreditar que a Central tem buscado estar em consonância com as ideias e propostas oriundas dos movimentos sociais negros.

No entanto, o debate da desconstrução do mito da democracia racial é um desafio que se apresenta cotidianamente para a sociedade brasileira, inclusive para o movimento sindical, que parece ainda necessitar "conscientizar" seus militantes para enfrentar o debate racial. Assim como o debate Raça/Classe precisa ser aprofundado e revisto, deixando de ser um empecilho, para se tornar uma possibilidade de ação concreta e conjunta, independente do signo que esteja mais evidente, compreendidos como reflexos de uma mesma imagem. (HALL, 2006)

Vimos que, dentre as 47 capas da *Revista do Brasil* que foram selecionadas, 18 apresentaram pessoas negras, perfazendo um total de 38,29%, enquanto em 29 delas figuraram pessoas brancas, num total de 61,70%.

Quanto à análise da forma como essas pessoas negras estavam representadas nessas imagens, observamos que 66,66% das capas foram consideradas favoráveis no que diz respeito à representação do negro e das temáticas raciais, enquanto que 33,33% das capas foram consideradas desfavoráveis, pois permaneceram ligadas a um estereótipo que depreciava a imagem e/ou as lutas políticas das populações negras.

Já o levantamento realizado para aferir o número de reportagens e/ou entrevistas que envolveram a temática racial, vimos que entre as 47 edições pesquisadas, 16 edições apresentaram matérias referentes ao tema pesquisado, o que representa 29,62% das edições examinadas.

Em relação a uma possível influência que a Secretaria de Combate ao Racismo da CUT (SNCR/CUT) poderia exercer sobre a escolha das pautas jornalísticas da *Revista do Brasil*, verificamos que nem em relação às capas nem em relação às reportagens, houve um aumento

considerável que expressasse essa influência. Tivemos 15 capas e 13 entrevistas e/ou reportagens antes da criação da SNCR/CUT, e 14 capas e 14 reportagens e /ou matérias no período posterior à sua criação.

Acreditamos que a *Revista do Brasil* esteja imbuída num esforço em promover e valorizar a imagem da pessoa negra, bem como, através de suas reportagens e/ou entrevistas, promover um debate favorável à temática racial, construindo, assim, uma visão de combate ao racismo em prol da igualdade racial. Porém, ao analisarmos as capas da *Revista*, ainda encontramos imagens estereotipadas, que carregam em si, reflexos de um senso comum ditados pelo mito da democracia racial, mas permanentemente combatido pelos movimentos sociais negros.

Outras possibilidades de análises podem, e devem ser construídas e utilizadas nos debates que confrontam Raça/Classe. As mulheres negras estadunidenses trouxeram para nós reflexões sobre a interseccionalidade[77],conceito que rompe com antigas barreiras que as impediam de construir laços de solidariedade política com outros movimentos sociais, quer sejam eles os Movimentos Feministas ou os Movimentos Negros. Refletindo e amadurecendo esse conceito, as mulheres negras têm feito um esforço pra utilizar cada vez menos a expressão “ou”, substituindo-a pela expressão “e”, buscando agregar cada vez mais aliados nas discussões que tem impacto sobre elas, preservando aquilo que as identifica, o fato de serem mulheres negras.

A classe trabalhadora deve também ser compreendida não como uma massa disforme e homogênea, pois isso representaria limitar a sua capacidade de ação. O interior da classe trabalhadora comporta homens, mulheres, heterossexuais e homossexuais, jovens, idosos, brancos, negros, indígenas, descendentes de nacionalidades estrangeiras, nortistas, sulistas, enfim, toda sorte de pessoas e identidades, não pode deve desconsiderada, tamanha a sua diversidade. Preservada a classe, aos trabalhadores não pode nem deve ser negado outras identidades, ou empobrecê-los, encerrando-os em uma única identidade. Não somos ingênuos em acreditar que exista um movimento social capaz de dar conta de tudo, mas também não podemos fechar os olhos e negar a existência dessa multiplicidade identitária. Como diz Hall (2009), as “*dimensões críticas ideológicas*” não podem ser reduzidas por uma “*concepção homogênea*” e “*não contraditória de consciência*” e de “*ideologia*”[78].

Ainda sobre a *Revista do Brasil*, defendemos que a publicação é um material riquíssimo e tem muito ainda a ser explorado pelos pesquisadores da temática racial, pois sendo uma revista mensal, com tiragem de mais de 300.000 exemplares, que traz o discurso da maior e principal Central de trabalhadores do Brasil e América Latina - a CUT. Lembramos também que

[77] Sobre interseccionalidade ver o relatório Cruzamento: Raça e Gênero, produzido pela UNIFEM (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher) com a participação de Kimberle W. Crenshaw, Matilde Ribeiro e Nilcéa Freire. Disponível em: http://www.unifem.org.br/sites/1000/1070/00001668.pdf. Acesso em: 25/08/2013.
[78] HALL, Stuart. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p.314.

todo o material encontra-se disponível na internet, o que facilita o acesso aos dados e informações para pesquisadores desse campo de estudo ou interessados por essa temática.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena; PEREIRA, A. Araújo (Orgs.). *Histórias do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC.* Rio de Janeiro: Pallas/CPDOC-FGV, 2007.

ALMEIDA, Jorge. *A Relação entre Mídia e Sociedade Civil em Gramsci*. Revista Compolítica (on-line). n.1, vol. 1, ed. março-abril, ano 2011.

ALMEIDA, Gelson Rozentino de. *História de uma década quase perdida, PT, CUT, crise e democracia no Brasil: 1979-1989*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

ANDRADE, Maria. *A trajetória de mulheres negras na formação educacional e inserção no mercado de trabalho em Ituiutaba – MG*. Brasil Escola. 2000. Disponível em: <http://meuartigo.brasilescola.com/historia/a-trajetoria-mulheres-negras-naformacao-educacional-.htm>. Acesso em 18 ago. 2013.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ARCARY, Valério. *É preciso arrancar alegria ao futuro*. Lutas Sociais, 5, 1998.

AZEVEDO, Célia M.M. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BENEDICTO, Ricardo Matheus. Sobre o pensamento crítico como supremo dever do "intelectual Orgânico". In: MOORE, Carlos. *O Marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

BORGES, Célia Regina Congilio. *Karl Marx, os sindicatos e a Central Única dos Trabalhadores frente à reestruturação do capital.* Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/celiareginacongilioborges.pdf. 2009>. Acesso em 23 jul. 2013.

BOURDIEU, P. *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas temporais*. Tradução de Silvia Mazza et al. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BRAUDEL, F. História e ciências sociais. A longa duração. In: *Escritos sobre a História*. (F. Braudel, org.) São Paulo: Perspectiva. p. 41-78, 1992.

BURITY, Joanildo A. *Desigualdades e a Abolição Inconclusa*. Impulso, Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, v. 17, n. 43, p. 21-31, maio/ago, 2006.

CARDOSO, F. H.; IANNI, O. *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Coleção Brasiliana, V. 307, 1960.

CARVALHAL, M. Dornelis. *Trabalho, Sindicatos e Gestão Territorial da Sociedade*. In: Revista Pegada, v. 1, n. 1, setembro, 2000.

CARVALHO, Guilherme. *Muito além do jornal: a nova imprensa sindical*. Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol. 10, Nº 1. Janeiro a Junho de 2013. ISSN 1984-6924. Disponível em: <http://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2013v10n1p256>. Acesso em 15 ago. 2013.

CARVALHO, José Jorge de. *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. São Paulo: Attar, 2006.

CARVALHO, Noel dos Santos. *Cinema e representação racial: o cinema negro de Zózimo Bulbul*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Faculdade de São Paulo, FFLCH-USP, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2006.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos* (1902), ed. crítica por Walnice N. Galvão. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Entre o velho e o novo: a CGT em discussão. In: *Análise & Conjuntura*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v.6, nº 1, jan/abr, p.106-107, 1991.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FERNANDES, Florestan. Do escravo ao cidadão; A luta contra o preconceito de cor. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*. São Paulo: Editora Anhembi, 1955.

_____, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes.* São Paulo: Dominus Ed. USP, 1965.

_____, Florestan. Burguesia usa poder econômico para controlar o processo constituinte. In: Boletim Nacional da CUT, nº 14 jul/ago, 1987.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto de. A paz nas senzalas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 49ª Ed. São Paulo: Global, 2004.

GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião Lopes. *CUT por dentro e por fora*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

GOMES, Nilma Lino. Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais no Brasil: Uma breve discussão. In: *Educação Antirracista: Caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03*. Brasília, 2005.

_____, Nilma Lino. *Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça.* Educação Sociedade (online). 2012, vol.33, n.120 ISSN 0101-7330.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo Editora 34, 2002.

_____, Antonio Sérgio Alfredo. *A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos)*. Tempo Social; Rev. Sociologia, USP, 13(2): 121-142, Nov, 2001.

_____, Antonio Sérgio Alfredo. *Depois da democracia racial.* Tempo soc., vol.18, no.2, p.269-287. ISSN 0103-2070, Nov, 2006.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro, Editora Civilização; Brasileira, vol 2, 2006. GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, vol 3, 2000.

_____, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, vol 5, 2002.

GRYNSZPAN, Mario. *Memória, história e identidades nacionais*, 2005. Ms, 13p.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais.* Belo Horizonte: UFMG, 2009.

_____, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* Tradução: Thomaz Tadeu da Silva. Guaracira Lopes Louro – 11 ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

HOBSBAWM, Eric Jr. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HONORATO, Cláudio de Paula. *Valongo: O Mercado de escravos do Rio de Janeiro*, 1758-1831. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

IANNI, Octavio. A dialética da globalização. In: *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia: estudos culturais, identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru: EDUSC, 2001.

LACLAU, Ernesto. *Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2, 1986.

LADOSKY, Mario Henrique Guedes. *A CUT no governo Lula: Da defesa da "liberdade e autonomia" à reforma sindical inconclusa*. Tese de Doutorado. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-07122009-115001/pt-br.php>. Acesso em 16 jul. 2013.

LÊNIN, V.I. Una gran iniciativa. Cf. STAVENHAGEN, R. *Classes Rurais na Sociedade Agrícola*. São Paulo: Loyola, 1979.

LOCKE, John. Ensaio Acerca do Entendimento Humano. In.: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARCHA ZUMBI. *Por uma política nacional de combate ao racismo e à desigualdade racial: Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e a vida.* Brasília: Cultura Gráfica e Ed. Ltda, 1996.

MAIO, Marcos Chor. *O projeto Unesco de relações raciais e as trocas intelectuais e políticas Brasil-EUA. Interseções*, Rio de Janeiro, Ano 6, n. 1, p. 123-142, 2004.

_____, Marcos Chor. *O Projeto Unesco: ciências sociais e o credo racial brasileiro.* Revista da USP, São Paulo, n. 46, p. 115-128, 2000.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XZX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro 3, volume 5, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, s/d.

_____, Karl. *O Capital: crítica da economia política* – Vol. I – livro primeiro – tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Imprensa sindical: conquistas, impasses e desafios no contexto da disputa pela hegemonia. In: *Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina*. Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI. Londrina: UEL, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-esquisa/gepal/anais_ivsimp/gt2/16_RozinaldoMiani.pdf>. Acesso em 19 jul 2013.

MOEHLECKE, S. *Ação afirmativa: história e debates no Brasil*. Cadernos de Pesquisa, 117, 2002.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. *1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo.* São Paulo: Confraria do Livro, 1988.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo horizonte: Autêntica, 2004.

_____, Kabengele. Lutas contínuas concretizam mudanças sociais e raciais. RIBEIRO, Matilde (org). *2003-2010 O Brasil em transformação - Volume VI*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2011.

NEVES, Erivaldo Fagundes.Historiografia sobre o Negro, a Escravidão e a Herança Cultural Africana na Bahia. POLITEIA: História e Sociedade, Vitória da Conquista, V. 10, n. 1, p. 151-171, 2010. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/668/654>. Acesso em 13 jul. 2013.

NOGUEIRA, João Carlos. A discriminação racial no trabalho sob a perspectiva sindical. In: MUNANGA, Kabengele. (org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial.* São Paulo: Ed. da USP: Estação Ciências, 1996.

OLIVEIRA, Iolanda de, SACRAMENTO, Mônica do. *Raça, currículo e práxis pedagógica.* In: OLIVEIRA, Iolanda de, GONÇALVES, Maria das Graças, MÜLLER, Tânia Mara Pedroso (orgs.). *Cadernos PENESB.* Rio de Janeiro/Niterói, V. 7, 2010.

OLIVEIRA, Gesner e TUROLLA, Frederico . *Politica Econômica do Segundo Governo FHC: Mudanças em Condições Adversas*. Tempo soc. [online]. 2003, ISSN 0103-2070. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702003000200008>. Acesso em 12 ago. 2013.

COLLINS, Patrícia H. *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment.*2 ed. NY: Routledge, 2000.

PEREIRA, Amauri Mendes. *Trajetória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. *Classes e extratos sociais no capitalismo contemporâneo*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2005. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/1965>. Acesso em 25 jul. 2013.

RAMOS, Sílvia (org.). *Mídia e Racis*mo. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

REIS, João José. *A greve negra de 1857 na Bahia*. Revista USP, nº 18, São Paulo, 1993.

_____, João José Reis (org.). *Escravidão e Invenção da Liberdade: estudos sobre o negro no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RODRIGUES, Iram Jácome. *Trabalhadores, Sindicalismo e Democracia: a trajetória da CUT*. São Paulo, SP. Tese de doutorado. 1993. 251 f. Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 1993.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO Jr., Armando. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1991.

RODRIGUES, Raimundo Nina. Os mestiços brasileiros (1890). In: *As coletividades anormais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

_____, Raimundo Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional e Ed. da UNB, 1982.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira* (1888). Rio de Janeiro: Garnier, 2 vols, 1888.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. *Direitos humanos e as práticas de racismo*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2012. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/13516/direitos_humanos_santos.pdf?sequence=3>. Acesso em 25 jul 2013.

SEYFERTH, Giralda. Racismo e o ideário da formação do povo no pensamento brasileiro. In. OLIVEIRA, Iolanda (org.). *Relações raciais e educação: temas contemporâneos*. Niterói: EdUFF: Cadernos PENESB 4, 2002.

SILVA, Thomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* In (org.) SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava–Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Antônio Jorge. *História e a invenção das tradições*. Revista Estudos Históricos, Vol. 13, Nº 23, 1999.

SOVIK, Liv. *Aqui ninguém* é *branco*. Rio de Janeiro: AEROPLANO, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia de Letras, 1993.

THOMPSON, E.P. A *Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Vol 1, 1987.

_____, E.P. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da média*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____, E.P. Modos de Dominação e Revoluções na Inglaterra. In: SILVA, Sérgio (org.). *As Peculiaridades dos Ingleses*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____, E.P. Algumas Observações sobre Classe e 'Falsa Consciência'. SILVA, Sérgio, (org.). In.: *As Peculiaridades dos Ingleses*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

TURRA, C., & VENTURI, G. Racismo cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil. São Paulo: ÁTICA. 1995.

VELASCO JR., Licínio. *A Economia Política das Políticas Públicas: as privatizações e a reforma do Estado.* Texto para discussão nº 55, DEPEC/BNDES, Rio de Janeiro, 1997.

VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In (org.) SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.